

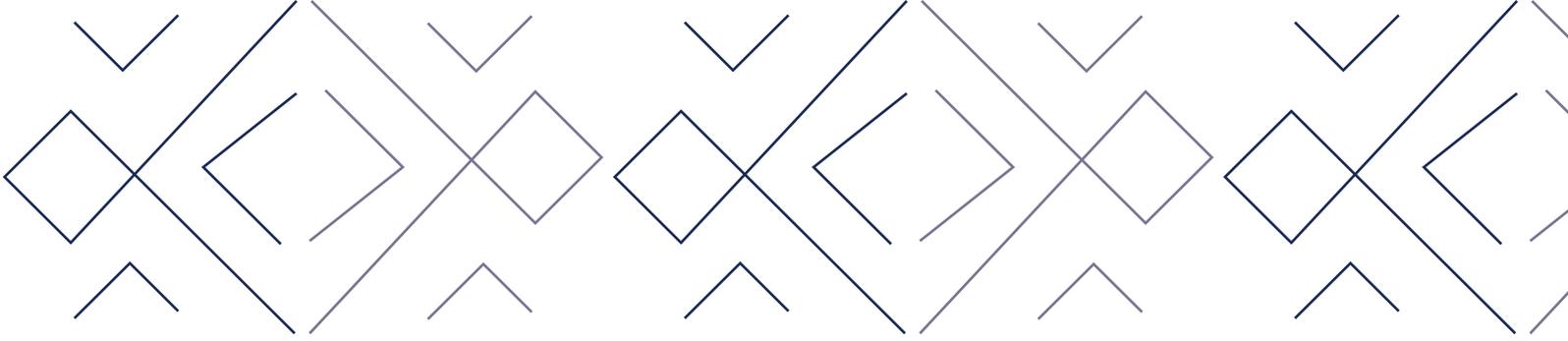


**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

**PLANO DE DIRETRIZES E  
ESTRATÉGIAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS**

Manaus - Am  
2022





# NOTA DE AGRADECIMENTO

O Governo do Amazonas há muito sofre com as discontinuidades das gestões. Tornou-se uma constante a ruptura das ações institucionais e os programas governamentais a cada troca de governo.

Há muito não se preconizava ou se priorizava a gestão governamental com planejamento, metas e ações estratégicas.

Nosso governo de forma republicana, democrática e respeitosa resolveu construir um plano de ações e estratégicas com foco no desenvolvimento do Estado, no fortalecimento do nosso modelo Zona Franca e na viabilização efetiva de novos vetores econômicos.

A preocupação do governador do Amazonas em ouvir todos os agentes e atores envolvidos no processo foi o grande diferencial na construção do Plano de Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas, que visa atender os anseios de uma população e aperfeiçoar de forma contínua a governança no setor público.

Não medimos esforços para envolver, ouvir e engajar os principais atores da indústria, do comércio, do agronegócio, do ativismo político, social e ambiental. Estivemos presentes nos mais diversos ambientes do cenário econômico desenvolvimentista do Estado.

Não podemos deixar de citar e mensurar a participação dos nossos técnicos das mais diversas secretarias, destacando de forma especial a dedicação e empenho dos nossos técnicos da Sedecti e cada servidor envolvido. A todos nossos sentimentos de gratidão e respeito!

Finalizamos com a apresentação de um documento inspirado na visão de estadista do governador Wilson Lima, e no levantamento técnico e estatístico promovido por todo processo de construção. Hoje temos um Plano de Diretrizes e Estratégias com foco no desenvolvimento econômico sustentável e no fortalecimento de novos vetores econômicos.

Nossos sinceros agradecimentos!





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## **WILSON MIRANDA LIMA**

Governador

## **ANGELUS CRUZ FIGUEIRA**

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti)

### **Secretarias Executivas**

## **VALDENOR PONTES CARDOSO**

Secretaria Executiva de Desenvolvimento e Gestão Estratégica

## **LUCELISY DA SILVA BORGES**

Secretaria Executiva de Planejamento (Seplan)

## **ORDIVAL LEITE RUBIM FILHO**

Secretaria Executiva de Administração e Finanças (Seaf)

## **LUIZ CARLOS DO HERVAL FILHO**

Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti)

## **JOSÉ JHONES CORREIA LIMA**

Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico (Sedec)

## **MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA VILLELA**

Secretaria Executiva de Mineração, Petróleo e Gás (Semep)

## **RONALDO FERNANDES DA SILVA**

Secretaria Executiva Adjunta de Articulação Institucional (Seari)

## **ANDRÉ NOGUEIRA VIANA MOTA**

Secretaria Executiva de Trabalho e Empreendedorismo (Setemp)



## Elaboração Técnica

Equipe técnica da Sedecti

## Co-autor

Fundação de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Guamá

## Instituições Parceiras

ADATA Technology

Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ)

Associação dos Fabricantes de Componentes da Amazônia (Aficam)

Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo)

Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros)

Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL)

Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam)

Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

Companhia de Gás do Amazonas (Cigás)

Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime)

Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Empresa Eneva

Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (Faea)

Federação do Comércio do Amazonas (Fecomércio)

Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras

Famíliaes do Estado do Amazonas (Fetagri-AM)

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)

Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Amazonas (Ftieam)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)

Fundação Estadual do Índio (FEI)

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

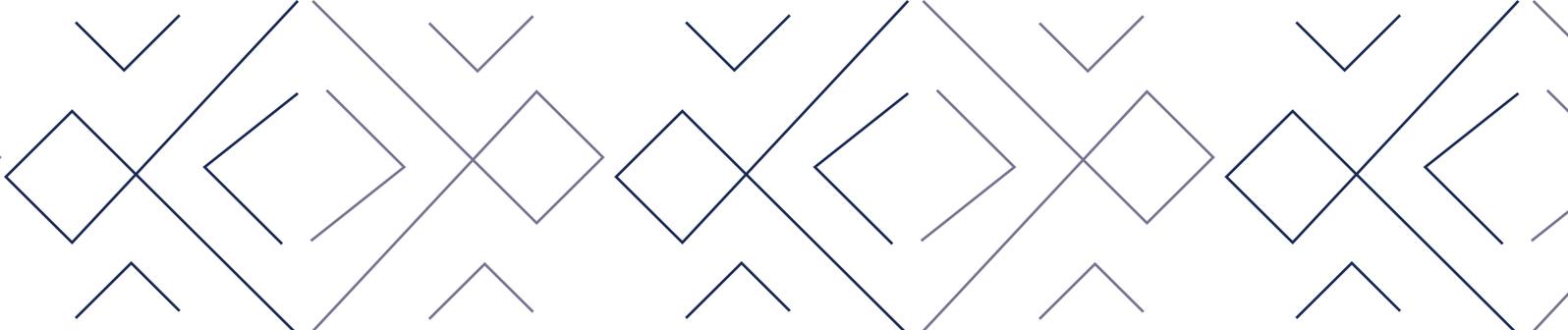
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico (INDT)

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam)

Instituto Federal do Amazonas (Ifam)

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam)

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)



Mil Madeiras Preciosas LTDA  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas (SAF/Mapa)  
Procuradoria Geral do Estado (PGE)  
Polo Digital de Manaus  
Prefeitura de Humaitá  
Prefeitura de Manicoré  
Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC)  
Secretaria de Estado de Cidades e Territórios (Sect)  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema)  
Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror)  
Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação (Semtepi)  
Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)  
Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)  
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

## **Contribuição Técnica**

**Armando Valle** - DD&L Associados  
**Atila de Oliveira Denys** - DD&L Associados  
**Arnaldo Souza dos Reis** - Consultor  
**Afonso Lobo** - Consultor  
**Aderson Frota** - Fecomércio  
**Adriano Espescht** - Potássio do Brasil  
**Auro Levorin** – Grupo Levorin  
**General Algacir Poulsin** - Suframa  
**Ana Maria Oliveira de Souza** - Suframa  
**Augusto César Barreto Rocha** - Ufam  
**André Zogahib** - UEA  
**Carlos Demeterco** - GIZ  
**Clovis Correa Junior** - Cigás  
**Damian Popolo** - Eneva  
**Daniel Bernardes** - Ufam  
**Daniel Nava** - Ipaam  
**Daniel Viegas** - PGE  
**Daniel Vargas** - FGV  
**Eneida Guerra Silvestrim** - Consultora  
**Eduardo Costa Taveira** - Sema  
**Emmanuelle Pampolha** - Amazonastur  
**Everton Cordeiro** - Embrapa

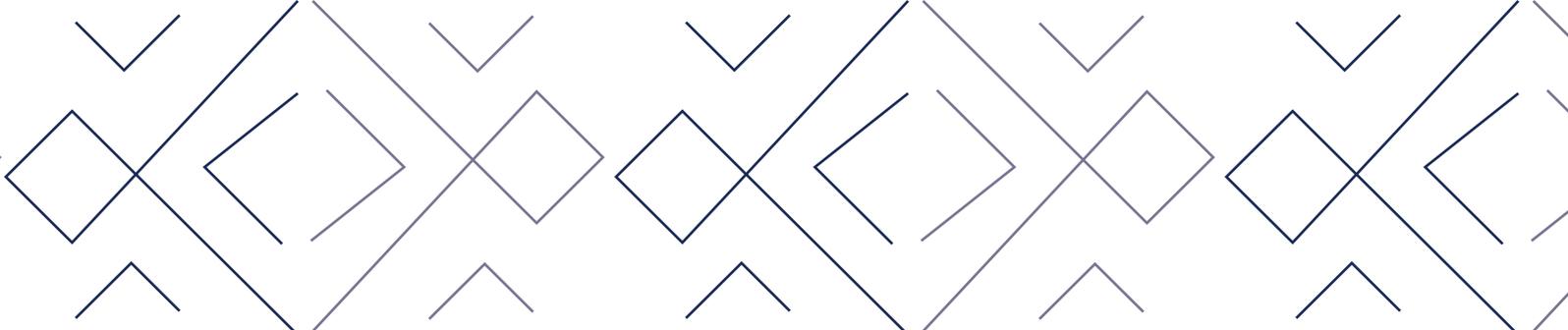


**Francisco Helder** - Empresário do setor agropecuário  
**Fabiano Mariscal** – Samsung Electronics  
**Giordano Bruno Costa da Cruz** – PGE  
**Guilherme Pessoa** - Mapa  
**Gustavo Sampaio** - Amazonastur  
**Jaime Benchimol** - Professor e Empresário  
**João Cruz** - Mil Madeiras Preciosas  
**José Jorge do Nascimento Júnior** - Eletros  
**José Milton Barbosa** - Idam  
**José Cidenei Lobo do Nascimento** - Prefeito de Humaitá  
**Juarez Baldoino da Costa** - Consultor  
**Lúcio Flávio do Rosário** - Prefeito de Manicoré  
**Magna Cunha** - GIZ  
**Márcio Lira** – Eneva  
**Marcelo Motta** - Serviço Geológico (CPRM)  
**Márcia Perales** - Fapeam  
**Marco Antonio Garcia** – Rubberon  
**Michael Raphael Soares Vieira** - Consultor  
**Muni Lourenço** - Faea  
**Nelson Azevedo** - Fieam  
**Osiris Messias Araújo Silva** - Consultor  
**Paulo Trindade** - ADATA  
**Paulo Takeuchi** – Abraciclo  
**Petrucio Pereira de Magalhães Junior** - Sepror  
**Paulo César Cavaletti** - Sect  
**Ralph Assayag** - CDL  
**Rita Prossi** - Artesã  
**Rodrigo Quites Reis** - Fundação Guamá  
**Rogério Bessa** - Sema  
**Roberto Bacellar Alves Lavor** - INDT  
**Rubem Cesar Rodrigues Souza** - Ufam  
**Rodemarck de Castelo Branco** - Consultor  
**Sérgio Duvoisin Júnior** - UEA  
**Turenko Beça** - SEC  
**Thomaz Nogueira** - Consultor  
**Vania Thaumaturgo** – Polo Digital  
**Vicente Schettini** - Sebrae  
**Wilson Périco** - Consultor e Empresário

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Michelly Gomes (Designer)

Kevyn Sousa (Designer)



# APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas tem por objetivo orientar e mostrar novas estratégias de desenvolvimento do Estado, evidenciando diferentes vetores da economia regional, a necessidade de ações estruturantes, a desburocratização de serviços essenciais para a realização de atividades empresariais e a qualificação profissional.

Essas novas estratégias incentivam a atração de investimentos locais, nacionais e internacionais, valorizando o empreendedorismo e a inovação tecnológica que irão resultar na geração de mais oportunidades, emprego e renda. Estimulando assim, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de forma inclusiva, sustentável e inovadora.

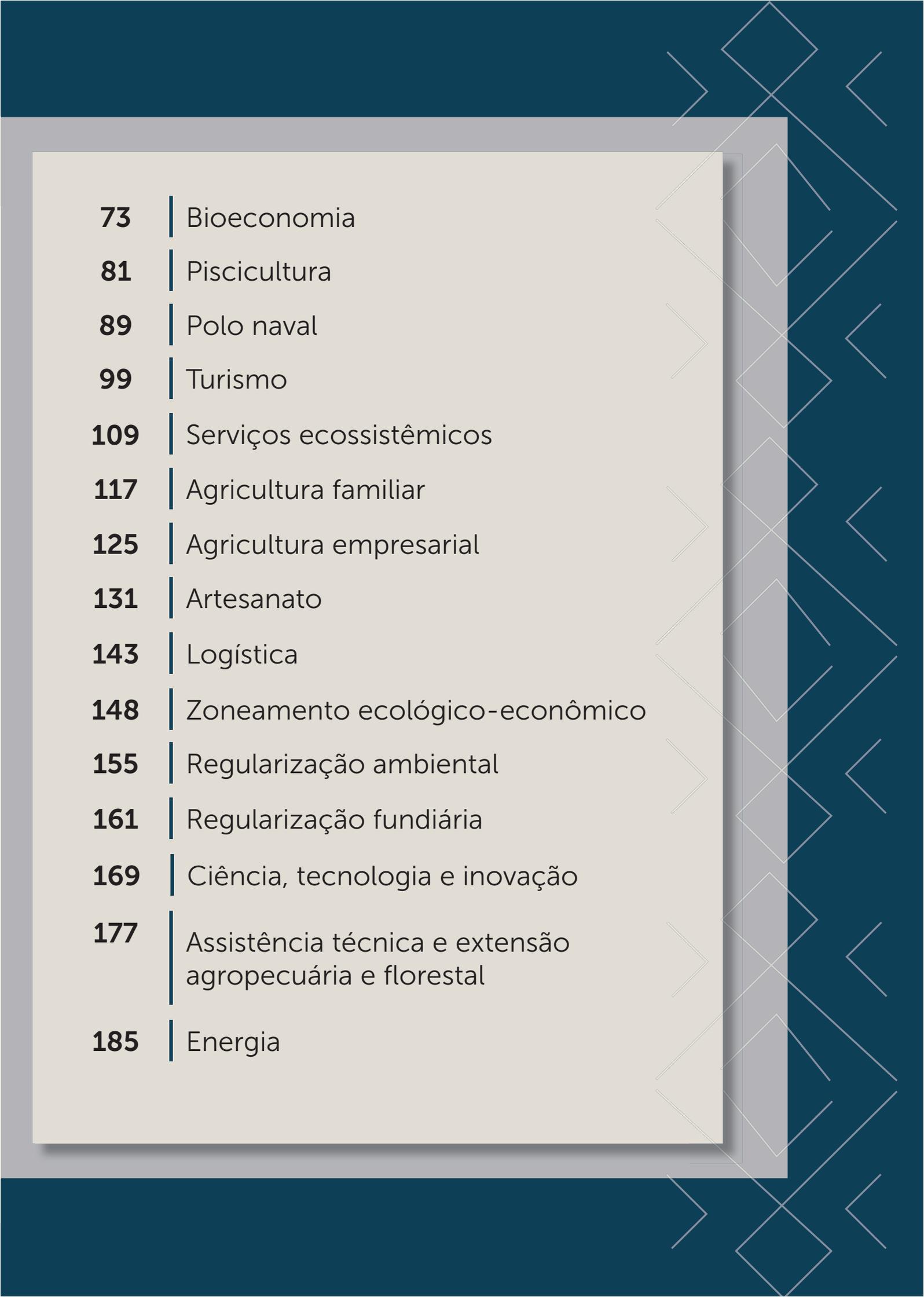
A determinação do atual Governo, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), para elaboração do presente documento, decorre da premência de promover ajustes na Matriz Econômica do Estado, visando o aumento da dinâmica produtiva nos setores primário, secundário e terciário.

Ademais, surge a necessidade da diversificação de vetores econômicos, estimulando e induzindo a descentralização da capital Manaus para o interior do Estado, relativizando a elevada concentração no Polo Industrial de Manaus (PIM). Ao estimular a dinamização da economia e a sua descentralização para o interior do Amazonas, o governo irá criar também oportunidades de desenvolvimento econômico e social para a população do interior e zona rural, combatendo assim os índices de pobreza e as mazelas sociais existentes.

O documento não se trata de uma obra completa e acabada para fins acadêmicos, mas de uma obra em permanente processo de construção e trabalhada de forma coletiva, iniciada a partir da realização do Primeiro Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas, promovido em 2022 na gestão do Governador Wilson Lima, com a participação de instituições de todos os segmentos público e privado que promovem, direta e indiretamente, a economia do Estado, e empresas com potencial investidor.

# SUMÁRIO

- 07** | Apresentação
- 10** | Introdução
- 12** | Considerações sobre o modelo econômico
- 13** | Referências históricas da economia do Amazonas
- 15** | Indicadores socioeconômicos no estado do Amazonas
- 15** | Diretrizes para o desenvolvimento econômico sustentável do Amazonas
- 23** | Polo industrial
- 31** | Comércio
- 37** | Manejo florestal
- 45** | Mineração
- 53** | Gás natural
- 63** | Polo de fertilizantes
- 67** | Recursos hídricos

- 
- 73** | Bioeconomia
  - 81** | Piscicultura
  - 89** | Polo naval
  - 99** | Turismo
  - 109** | Serviços ecossistêmicos
  - 117** | Agricultura familiar
  - 125** | Agricultura empresarial
  - 131** | Artesanato
  - 143** | Logística
  - 148** | Zoneamento ecológico-econômico
  - 155** | Regularização ambiental
  - 161** | Regularização fundiária
  - 169** | Ciência, tecnologia e inovação
  - 177** | Assistência técnica e extensão agropecuária e florestal
  - 185** | Energia



# INTRODUÇÃO

O Amazonas é o maior estado do país em extensão territorial, com uma área de 1.559.167,87 Km<sup>2</sup>, sendo maior que as áreas da França, Espanha, Suécia e Grécia somadas. Se fosse um país seria o 16º maior do mundo em área territorial. Todavia, possui uma economia de média estrutura a nível nacional se comparada ao seu verdadeiro potencial. O PIB de 2021 foi de R\$ 126,3 bilhões, ocupando a 15ª posição no ranking brasileiro, considerando que sua população estimada é de 4.270 mil, conclui-se que o seu PIB per capita é da ordem de R\$ 29.583,00.

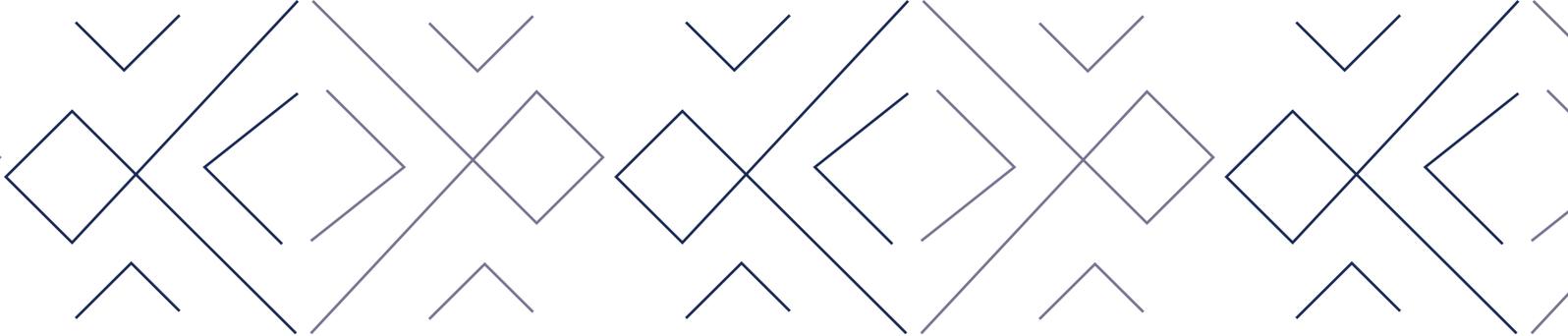
Por outro lado, dados estatísticos oficiais apontam que a metade do efetivo populacional do Estado vive hoje com uma renda mensal de menos de meio salário mínimo, evidenciando um paradoxo brutal onde coexistem um Estado rico e uma grande parte da população em situação de extrema pobreza. E para mudar essa realidade é necessário unir todas as forças políticas e administrativas públicas e privadas do Estado, consistindo em uma tarefa de todos.

Dentre tantas diretrizes já impulsionadas, o Governo do Amazonas considera de especial importância para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado incentivar aquelas focadas no fortalecimento do Polo Industrial de Manaus, na diversificação da economia, e no processo de inovação tecnológica.

As referidas diretrizes contemplam ações programáticas devidamente estruturadas como as inovações tecnológicas, desenvolvimento de novos produtos, capacitação de mão de obra técnica e operacional, logística, reforma tributária, entre outras ações direcionadas ao PIM e setor comercial.

O fomento de novos vetores econômicos a exemplo dos ativos naturais de comprovada e abundante ocorrências no território amazonense, como o manejo florestal, a mineração, o petróleo e gás, os serviços ecossistêmicos, os recursos hídricos, a bioeconomia, a agricultura sustentável de espécies de ciclos permanentes (cacau, café e açaí) serão capazes de alavancar uma forte diversificação e interiorização da economia amazonense.

A inovação tecnológica tornou-se uma condição imanente para o desenvolvimento sustentável em qualquer lugar do mundo. No caso do Amazonas, o governo e as empresas do PIM já vêm investindo fortemente no desenvolvimento de tecnologias e na capacitação de mão de obra. Naturalmente que ajustes serão adotados para contemplar a economia dos setores primários, secundários e terciários.



As frequentes ameaças à ZFM, com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ratifica o sinal de alerta para a excessiva dependência da economia do Amazonas ao Polo Industrial de Manaus (PIM), deixando atentos para a extensão das mudanças tributárias em curso, e que certamente serão progressivas, decorrentes de uma economia que em seu enfoque mundial, continuará realinhando a estrutura tributária do Brasil.

Com essas perspectivas, o governo do Estado apresenta à sociedade amazonense uma proposta de Agenda Prioritária com o objetivo superior de diversificar, dinamizar e ampliar a base econômica do Amazonas.



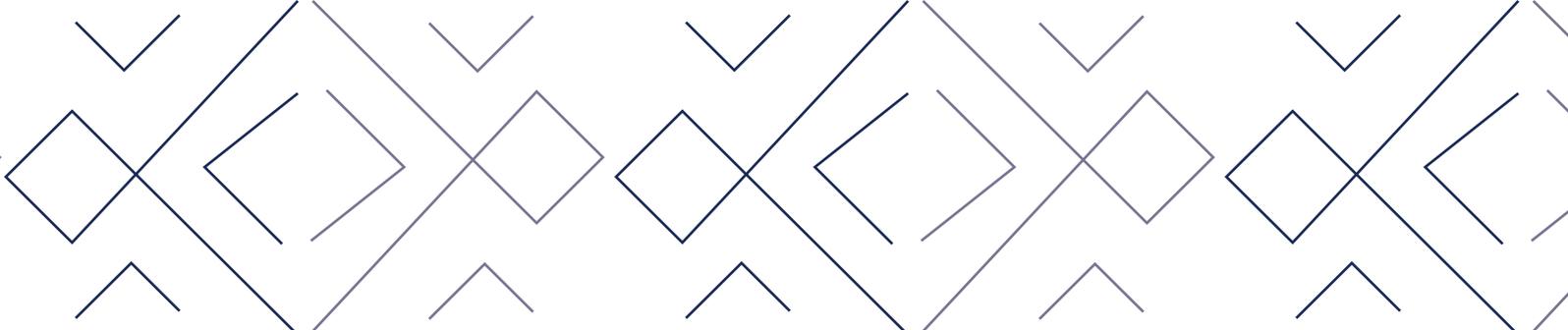
# Considerações sobre o **MODELO ECONÔMICO**

As frequentes discussões pelas quais passa a economia do Amazonas baseadas no PIM, por um lado, a necessidade de adequação tributária do país, decorrente de aspectos econômicos mundiais, e por outro, das restrições de natureza ambiental que interferem e requerem regulamentações, tornam necessárias e medidas importantes que norteiem e facilitem a diversificação de empreendimentos no Estado.

O Polo Industrial de Manaus passa por mais um ciclo de ameaça, seguindo um determinismo já conhecido frente às modificações tributárias nacionais, cujas fugas iminentes de investimentos industriais, caso alterações importantes venham a ocorrer, evidenciam a falta de sustentabilidade política e econômica da atual Matriz Econômica Industrial predominante no Estado.

É imperioso destacar que o Governo do Estado continue adotando ações estratégicas de alcance, de médio e longo prazos, na perspectiva de impulsionar os vetores econômicos, baseando-se no uso inteligente dos ativos naturais abundantes no território amazonense, preenchendo o vazio econômico no interior do Estado, induzindo a criação de emprego e renda, diminuindo a importação de produtos regionais e a conseqüente evasão de divisas.

Para tanto são necessários ajustes, nas várias áreas de atuação do governo, de maneira a se iniciar esse novo momento, ampliando a dinâmica de uma economia ancorada em um único vetor econômico de escala, para uma economia sustentável ancorada em outros vetores baseados na abundância de recursos naturais, com ocorrências na diversas mesorregiões do Estado.



# Referências históricas da **ECONOMIA DO AMAZONAS**

O desenvolvimento econômico do Amazonas teve o seu processo histórico e econômico caracterizado por uma economia baseada em ciclos, que iniciaram com a extração da borracha natural, com duas fases, até seu declínio. (LOUREIRO, 2017).

A partir da segunda metade do século XIX, adentrando o século XX até 1920, tivemos o ciclo da borracha. O auge desse período foi de 1879 a 1912 com a extração do látex da seringueira e a comercialização da borracha, impulsionado pelo reflexo das transformações oriundas da Revolução Industrial (1760-1830).

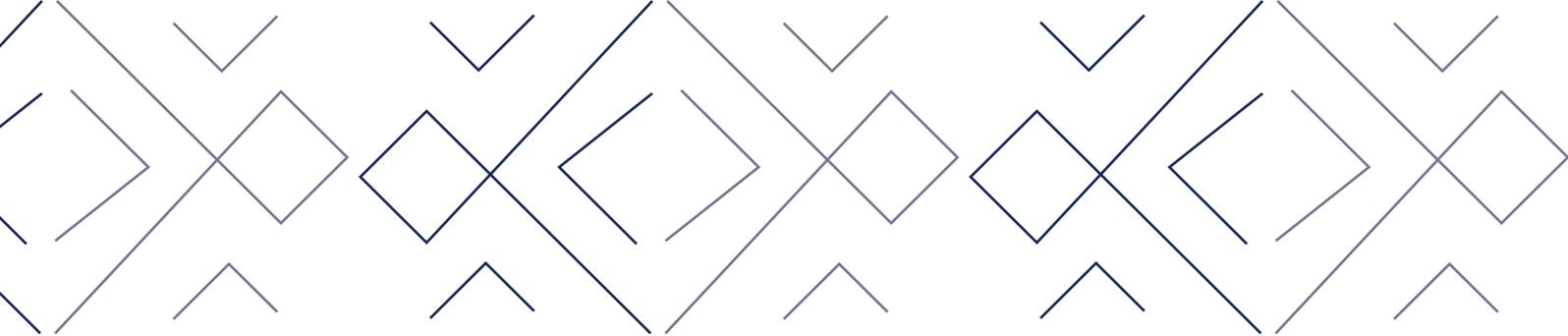
As capitais Manaus e Belém passaram por grandes transformações sociais, culturais e arquitetônicas. Inicialmente foi utilizada a logística fluvial, com a exploração da navegabilidade nos rios, culminando com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Deu-se assim a “Belle Époque”, o apogeu de prosperidade.

Diversas famílias vindas do exterior migraram para a Amazônia, trazendo uma cultura empresarial que formou uma base de empreendedorismo importante para a região. O Amazonas conheceu um expressivo desenvolvimento concentrado na capital Manaus.

Com o advento da segunda guerra (1939-1945) e o controle das plantações de borracha na Ásia pelos japoneses, provocando imensa escassez do produto, o governo americano fez uma parceria com o Brasil para a produção do látex. As vantagens financeiras foram distintas para o segmento, com incremento substancial de produção e exportação. Porém o período foi mais curto e incomparável ao ciclo anterior. (Gary e Rose Neeleman)

Na década de 1950, o Brasil enveredou na produção de juta e malva a partir de sementes trazidas da Índia. Logo veio para a Amazônia com uma adaptação perfeita para o seu cultivo nas regiões de várzeas dos rios. O Brasil torna-se concorrente da produção de fibra indiana. Em 1960 mais de 60 mil famílias do Amazonas e Pará sobreviviam deste cultivo. O produto teve no Amazonas grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social do período. (dissertação de mestrado apresentada ao Inpa por Karine da Silva Araújo).

Unidades fabris que utilizavam a juta e malva como matérias-primas foram instaladas ou transferidas do Sudeste para a Amazônia. A Fiação e Tecelagem de Juta Sociedade Anônima (FITEJUTA) e a Brasil Juta, dentre outras plantas menores, foram as mais expressivas fábricas em Manaus.



Ao longo de toda história existiu a produção extrativa e atividade de pesca na região. Alguns produtos extrativos, além da borracha, tiveram importância nos mercados europeus, com momentos de intensa exploração e subsequente declínio, este associado à gradativa escassez de recursos naturais, a substituição pela produção de outros locais ou mesmo a falta de mão de obra. A pesca, por sua vez, sempre foi relevante. A renda e emprego gerados ainda era um atrativo para a manutenção do caboclo no interior. Com o florescimento da urbe Manaus, impulsionada pela Zona Franca e a exaustão da fertilidade da pesca natural, reduziu a sua atratividade como geração de emprego e renda. Suas produções eram basicamente para o abastecimento dos mercados de Manaus e do próprio interior.

Em 1967 cria-se a Zona Franca de Manaus (ZFM) com vultosos incentivos fiscais, inicialmente com reflexo direto no comércio local de itens importados. Isso incentivou o turismo, associado a inauguração do aeroporto Eduardo Gomes. O Decreto Nº 288 de fevereiro de 1967 iniciou um ciclo de evolução que perdura até hoje. Manaus saiu de uma população de 300 mil habitantes na década de 60 para os atuais 2.255.903 de habitantes. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2021).

A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), responsável pela administração dos incentivos fiscais, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), atraiu investimentos para o estado do Amazonas nas atividades industriais, de infraestrutura, na atividade econômica e no capital intelectual.

O patamar de arrecadação cresceu substancialmente, trazendo a capacidade de gestão do Estado. O capital intelectual foi impulsionado, gerando gradativamente a formação de mão de obra qualificada. Houve incrementos substanciais na geração de emprego e renda e outros benefícios inerentes ao modelo. Hoje, o Polo Industrial de Manaus (PIM) gera 100 mil empregos diretos e 400 mil indiretos.

Esses ciclos contribuíram para o Amazonas em termos culturais e econômicos na sociedade (SILVA, 2014). Ao longo do tempo fez-se necessário uma reestruturação dessas atividades, seja interna ou na criação de novos ciclos, para que não perca a importância, visto que o Estado possui outras atividades com potencial. No entanto, pouco expressivas na formação econômica do Amazonas, acarretando uma limitação de áreas pertencentes ao interior do Estado.

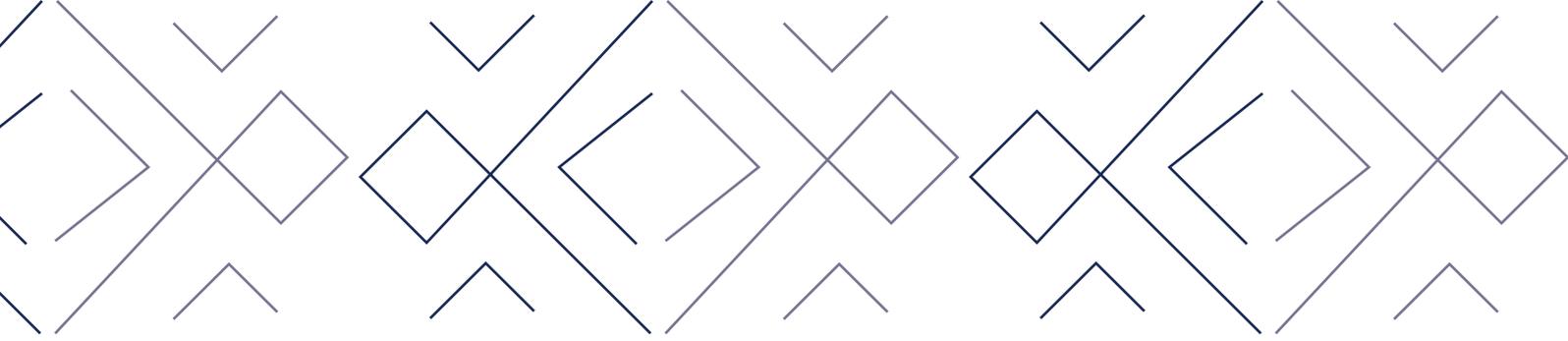
# Indicadores socioeconômicos no ESTADO DO AMAZONAS

Com relação à geração de emprego e renda no Estado, como pode ser observado na Tabela 01, o quantitativo de postos de trabalho em 2021 foi de 444.530 empregos formais. A cidade de Manaus responde por 406.577 postos de trabalho formais e o PIM por 108.272 empregos.

O faturamento do PIM foi estimado no ano de 2021 em R\$ 158,6 bilhões, sendo US\$ 867.947.966 destinados à exportação. Conclui-se que o PIM representa 30,10 % do PIB do Amazonas, segundo dados do IBGE e SEDECTI.

**Tabela 1.** Indicadores Econômicos do estado do Amazonas

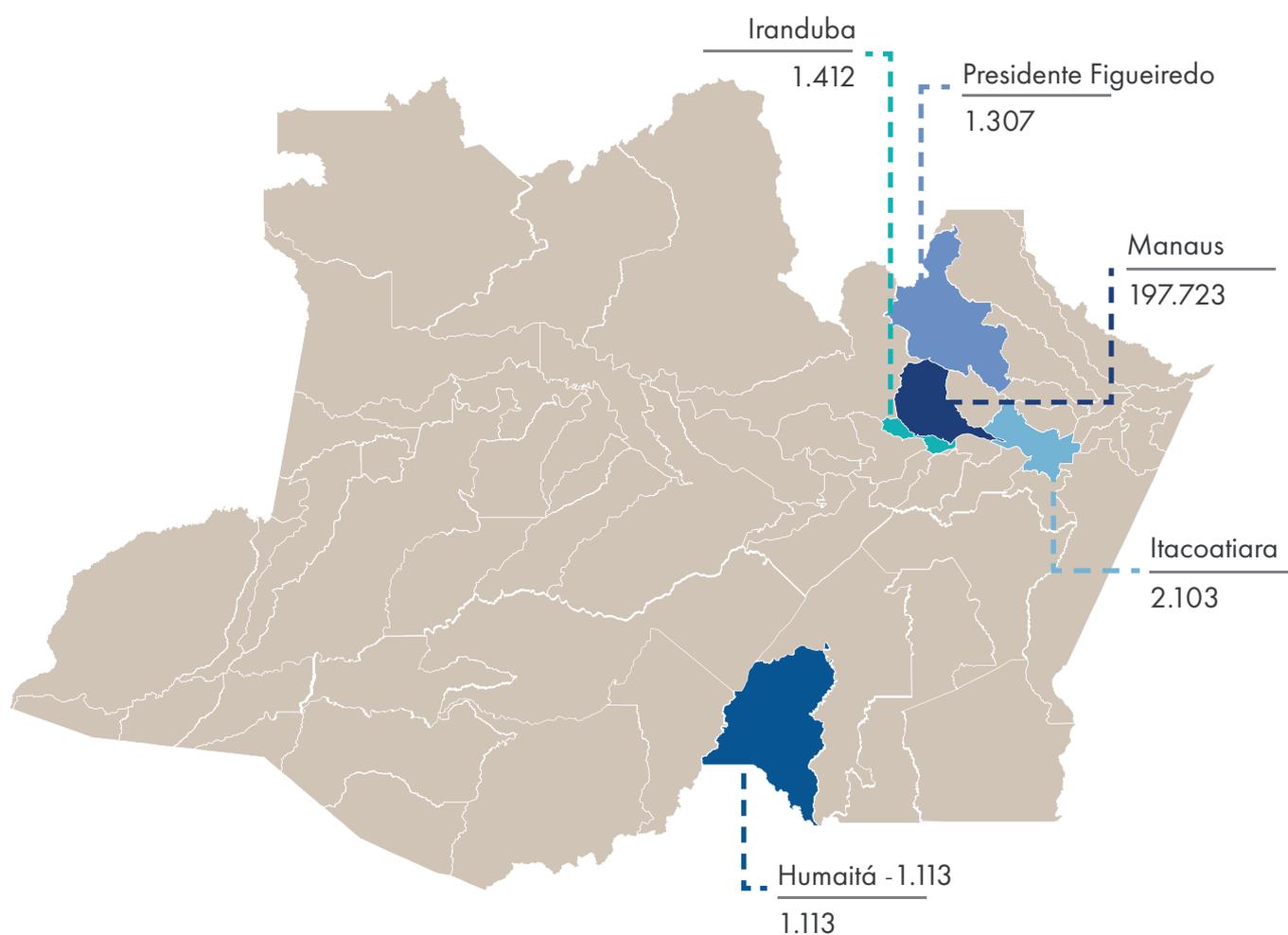
INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	2019	2020	2021
Faturamento do Polo Industrial de Manaus (em R\$1.000.000)	Indústria	Suframa	104.830	120.262	158.625
Produto Interno Bruto do Amazonas	PIB	IBGE/Sedecti	108.181	108.032	126.318
Volume Exportado do Amazonas (em kg)	Comércio Exterior	Ministério da Economia	274.571.268	331.481.453	313.271.434
Valor Exportado do Amazonas (em kg)	Comércio Exterior	Ministério da Economia	731.092.564	786.717.887	867.947.966
Estoque do Emprego Formal do Amazonas (em unidade)	Emprego e Renda	Ministério da Economia/ Caged	399.991	408.467	444.530
Saldo do Emprego Formal do Amazonas (em unidade)	Emprego e Renda	Ministério da Economia/ Caged	11.150	8.776	36.063
Mão de obra do Polo Industrial de Manaus - PIM (quantidade)	Indústria	Suframa	91.544	100.871	108.272
Estoque do Emprego Formal de Manaus (em unidade)	Emprego e Renda	Ministério da Economia/ Caged	247.668	373.184	406.577
Saldo do Emprego Formal de Manaus (em unidade)	Emprego e Renda	Ministério da Economia/ Caged	9.034	8.954	33.393



Em 2021, os indicadores de geração de empregos formais foram positivos, totalizando 202.545 postos de trabalho na região metropolitana de Manaus, decorrentes do fator multiplicador da ZFM. Os 1.113 empregos em Humaitá, Sul do Amazonas, definem um perfil do potencial geração de emprego, comparativo às regiões citadas, como resultado das atividades do setor primário (Figura 1).

Outros indicadores para o estado do Amazonas, apontam uma pequena elevação populacional, entretanto apresentam uma intensa redução no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com oscilações entre os anos de 2019 e 2021. (Figura 1)

**Figura 1.** Municípios com maiores admissões no Emprego Formal do Amazonas - 2021



Com relação aos indicadores econômicos, a participação da indústria reduziu 1,3 %, enquanto o setor agropecuário apresentou elevação de 4,3% demonstrando-se um setor que, com a devida atenção e incentivos, demonstra tendência de crescimento na economia do Estado. (Tabela 2)

**Tabela 2.** Indicadores Socioeconômicos no Amazonas entre os anos 2019 a 2021

TEMA	CATEGORIA	2019	2020	2021	VARIAÇÃO
Estimativa populacional do estado do Amazonas (em 1.000.000)	Social	4,14	4,21	4,27	3,0%
Taxa de crescimento populacional (%)	Social	1,95	1,59	1,87	-4,1%
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano Estadual	Social	0,715	0,697	0,702	-1,8%
IDH Longevidade	Social	0,854	0,793	0,800	-6,3%
IDH Educação	Social	0,878	0,877	0,865	-1,5%
IDH Renda	Social	0,486	0,488	0,499	2,7%
Acessos de telefonia móvel no Amazonas (em 1.000.000)	Social	3,53	4,04	4,02	13,9%
PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR DO PIB DO AMAZONAS					
Agropecuária (%)	Econômica	4,60%	5,1%	4,8%	4,3%
Indústria (%)	Econômica	30,50%	29,7%	30,1%	-1,3%
Serviços (%)	Econômica	48,80%	49,3%	49,1%	0,6%
Impostos sobre a produção (%)	Econômica	16,10%	15,9%	16,0%	-0,6%



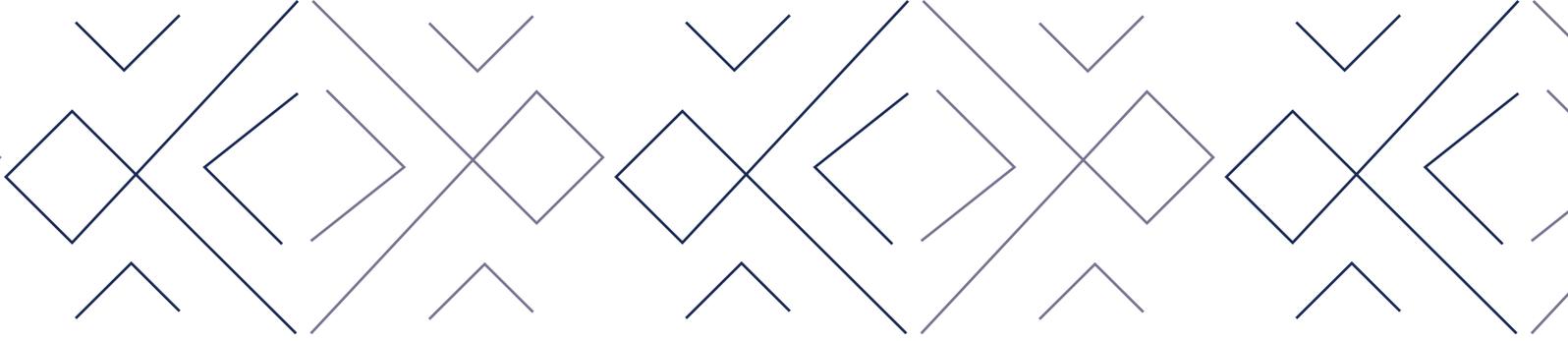
# Diretrizes para o desenvolvimento **ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS**

O Fortalecimento do Polo Industrial de Manaus, a Diversificação Econômica e a Inovação Tecnológica, constituem-se elementos estruturantes para se implementar este Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas, a partir de Vetores Econômicos já existentes na economia estadual em diversos estágios de desenvolvimento, mas de elevados interesses do mercado nacional e internacional, e as ações estruturantes necessárias para ordenar o uso dos recursos naturais disponíveis.

Outros pressupostos de elevadas significâncias para o Plano de Desenvolvimento do Estado, contempla as questões da interiorização da economia, e a inclusão socioeconômica das populações do interior do Estado.

## VETORES ECONÔMICOS

- |   |  |
|---|--|
| ▶ Fortalecimento do Polo Industrial de Manaus | ▶ Fortalecimento do Comércio, da Capital e do Interior |
| ▶ Manejo Florestal                            | ▶ Mineração  |
| ▶ Gás Natural                                 | ▶ Polo de Fertilizantes                                |
| ▶ Bioeconomia                                 | ▶ Piscicultura   |
| ▶ Polo Naval                                  | ▶ Turismo  |



▶ Serviços Ecosistêmicos

▶ Agricultura Familiar

▶ Agricultura Empresarial

▶ Artesanato

## AÇÕES ESTRUTURANTES

▶ Logística

▶ Zoneamento Ecológico -  
Econômico

▶ Regularização Ambiental

▶ Ciência, Tecnologia e Inovação

▶ Assistência Técnica e Extensão  
Rural Agropecuária, Pesqueira  
e Florestal

▶ Capacitação Tecnológica





# VETORES ECONÔMICOS





POLO  
**INDUSTRIAL**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

**A** Zona Franca de Manaus (ZFM) – criada pelo Decreto Lei N° 0288 – de 28 de fevereiro de 1967, é um dos mais modernos centros industriais e tecnológicos da América Latina. Reúne atualmente mais de 500 indústrias de ponta nos segmentos: Eletroeletrônico, Duas Rodas, Naval, Metalúrgico, Mecânico, Termoplástico, Relojoeiro e Joias.

Até julho de 2022, a ZFM foi responsável pela geração de 110.000 (Figura 2) postos de trabalho diretos e cerca de 400.000 indiretos em serviços terceirizados pela indústria. A indústria representa em torno de 31% da composição do PIB estadual. (fonte: Suframa/Sedecti)

Dentre outros segmentos de menor representatividade, mas com potencial de crescimento estão os produtos com insumos regionais. No interior do Estado, existem 40 empresas incentivadas e implantadas, principalmente nos segmentos de laticínios e pescado.

Na promoção de novos investimentos, o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) aprovou 781 projetos orçados em R\$ 42,33 bilhões, no período de 2019 a setembro de 2022. Os números refletem a celeridade do Governo do Estado no fortalecimento do principal vetor da Matriz Econômica do Amazonas.

A ZFM é a mais bem-sucedida estratégia de desenvolvimento regional do país, tendo tem como desafio maior para sua manutenção e potencialização, o aumento da competitividade das empresas do Polo Industrial, a atração de novos investimentos, a promoção das exportações e a internacionalização de empresas locais.

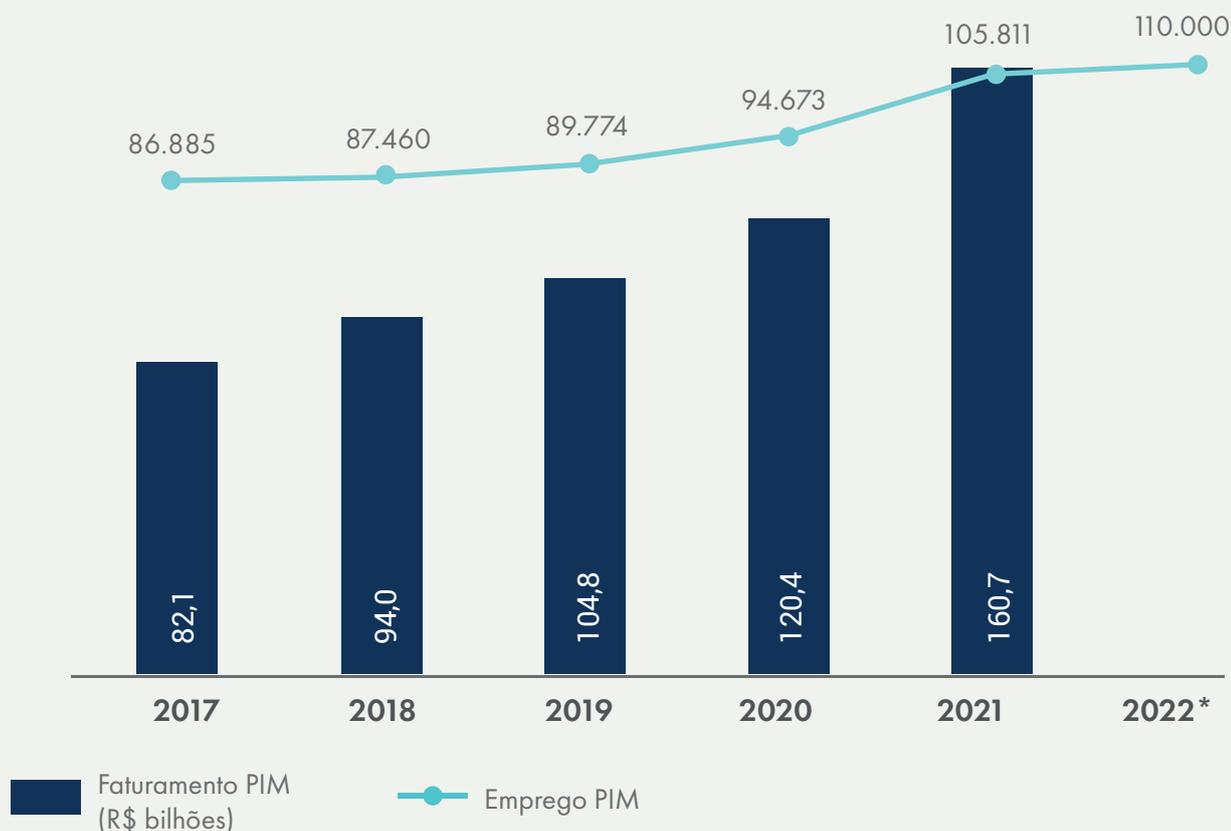
É importante ressaltar que para manter e potencializar esta estratégia de desenvolvimento regional é necessário superar pressões externas sobre o modelo, como a desoneração fiscal e a reforma tributária, tornando desafiador a conciliação entre os interesses da economia nacional e os da ZFM, gerando insegurança jurídica.

O volume de faturamento e de empregos gerados pelo PIM indica que esse vetor econômico não possui, de imediato, um substituto equivalente, sendo fundamental seu aperfeiçoamento e diversificação.

No período de 2017 a 2021, o faturamento do PIM registrou um crescimento de 95,7%, alcançando o auge em 2021 com R\$ 160,7 bilhões (Figura 2).

Já a participação dos subsetores das atividades de faturamento estão divididas em: Bens de Informática (31,97%), Eletroeletrônicos (16,55%), Duas Rodas (14,63%), Termoplástico (9,10%), Metalúrgico (8,10%), Químico (8,64%) e Outros (11%).

**Figura 2.** Municípios com maiores admissões no Emprego Formal do Amazonas - 2021



**Fonte:** Sedecti e Suframa

**Nota:** Dados de empregos até novembro 2022

## DESAFIOS

Nos últimos anos tem-se discutido a necessidade de um modelo adequado para criar e sustentar as vantagens competitivas das empresas localizadas dentro da ZFM.

Para que o setor industrial seja impulsionado é necessário atender demandas emergenciais visando atrair novos investimentos, de modo que se possa sistematizar serviços, otimizar processos e informações, criar infraestrutura necessária com novas áreas para as empresas atuais e aquelas que pretendem se instalar no Polo Industrial de Manaus.

Atualmente, mesmo estando previstos constitucionalmente, os incentivos da ZFM não gozam de plena efetividade, visto que ficam à mercê de decretos, resoluções, portarias e outros instrumentos infraconstitucionais.

A concessão de incentivos fiscais, alinhada entre os entes da administração estadual em suas etapas, é fundamental para promover o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, assim como o aumento de arrecadação para o Amazonas.

Para que o Estado se torne mais competitivo é necessário “melhorar o ambiente de negócios” para atração de investimentos mediante uma nova governança da concessão de incentivos fiscais, criação de escritórios estratégicos em outras localidades, bem como a ampliação da participação em eventos, feiras nacionais e internacionais visando uma maior visibilidade e promoção da ZFM.

Ainda no âmbito da ZFM, é necessário intensificar o adensamento das cadeias produtivas; buscar a internacionalização da indústria local; e irradiar os efeitos positivos do modelo em sua área de abrangência, incluindo a alavancagem do processo de industrialização das Áreas de Livres Comércio (ALC), com base nas potencialidades regionais.

O modelo ZFM precisa potencializar seus segmentos e buscar novos mercados, no que tange novos produtos, principalmente os de alta tecnologia.

É necessário proceder a uma revolução em termos de pesquisa de novas matrizes econômicas em nossa região a partir de uma política consistente de PD&I de acordo com exigências dos mercados globais, sob o risco de continuar em 2073 no mesmo patamar industrial e tecnológico de hoje.

Acompanhar esse movimento disruptivo requer que o Estado seja menos burocrático e mais ativo em relação aos novos mercados que estão surgindo.

Outro fator preponderante para o modelo é a questão da logística, principalmente para o uso de insumos importados, nacionais, regionais e para a preservação da competitividade da ZFM.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Fomentar a atração de novos produtos e empresas, fortalecendo e diversificando os sistemas produtivos locais por meio da participação e promoção da ZFM em eventos nacionais e internacionais;

---

▶ Estruturar o portal website de negócios – Investa no Amazonas;

---

▶ Estabelecer ação conjunta com o Governo Federal (Sepec/Suframa) para a atualização e criação de novos PPB's e adequação da legislação federal às novas tecnologias;

---

▶ Fomentar a comercialização e a produção de bens intermediários com o aumento da competitividade para exportação de produtos do Amazonas;

---

▶ Sistematizar serviços de atendimento ao contribuinte e investidor com programa de informática integrado de acesso via website;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Viabilizar o estabelecimento de uma nova área industrial para oferecer terrenos com infraestrutura aos novos empreendimentos industriais;

---

▶ Promover melhoria do ambiente de negócios com segurança jurídica, celeridade e previsibilidade por meio da adequação da Lei Nº 2826/03;

---

▶ Intensificar as ações de implantação de novas indústrias no interior do Estado;

---

▶ Criar o Centro Agroindustrial e Biotecnológico do Amazonas (CAB/AM);

---

▶ Elaborar em parceria (Governo do Estado, Indústria, Comércio, Serviços e Setor Primário) uma proposta estadual para a reforma tributária.

---





# COMÉRCIO



# CONTEXTUALIZAÇÃO

O comércio tem uma importante participação na economia amazonense representando 8,64% do PIB do estado do Amazonas. Essa atividade econômica está inserida dentro do setor de Serviços que representa 47,41% do PIB.

Já dentro do setor de serviços, o comércio representa 18,22% de valor adicionado, sendo a segunda atividade econômica mais importante do setor. O comércio, para a economia estadual apresenta relevante importância, tanto na formação da receita tributária estadual, quanto na criação de postos de trabalho, geração de renda local e fomento ao turismo, intensificando o fluxo pela oferta de bens e serviços. Em termos de arrecadação do ICMS, o setor de comércio contribuiu (capital e interior) com R\$ 5,83 bilhões, arrecadado em 2021, valor que será ultrapassado em 2022.

A dinâmica das atividades do segmento comercial tem sido a característica marcante, sobretudo, quando confrontada com o crescimento urbano da cidade. Nessas últimas duas décadas ocorreu crescente descentralização de várias atividades econômicas do Centro Antigo de Manaus para suas áreas periféricas suburbanas mais densamente povoadas ou de identificada concentração residencial de classe média alta, ocorrendo uma desconcentração espacial do comércio varejista.

O comércio vem apresentando crescimento nas modalidades varejista e atacadista, com o surgimento de novas lojas no centro de Manaus e em bairros como diversos shoppings centers, redes de supermercados, feiras, mercados, pequenos e médios estabelecimentos.

Destaca-se também o crescimento do comércio na Região Metropolitana de Manaus (RMM), com avanço da infraestrutura logística da região, principalmente com a melhoria da AM-070, Anel Viário de Manaus, construção de novas vias na capital, reforma e modernização da Rodovia AM- 010, bem como a pavimentação de ramais para o progresso da mobilidade urbana e escoamento da produção, que são de grande importância para o comércio do estado do Amazonas.

No ano de 2020, o Amazonas contava com um total de 592.188 empregos formais, aumentando em 2021 para 653.783, representando um crescimento de 10,40%. A participação do setor de comércio recuou de 16,54% em 2020 para 15,69% em 2021. Mas ainda assim, apresentou crescimento de 4,73%, saindo de 97.960 vínculos formais em 2020 para 102.595 em 2021. Em relação aos municípios para o ano de 2021, Manaus é o maior empregador com 90.196 empregos no setor do comércio, seguido de Parintins (1.637) e Itacoatiara (1.325).

**Tabela 3:** Ranking dos Empregos Formais do Comércio dos Municípios do Amazonas.

MUNICÍPIO - AMAZONAS	EMPREGOS 2020	EMPREGOS 2021	CRESCIMENTO %
Manaus	86.258	90.196	4,57%
Parintins	1.545	1.637	5,95%
Itacoatiara	1.446	1.325	-8,37%
Manacapuru	1.213	1.270	4,70%
Humaitá	953	1.032	8,29%
Tefé	954	1.000	4,82%
Tabatinga	626	762	21,73%
Coari	588	529	-10,03%
Iranduba	336	364	8,33%
Maués	336	364	-10,08%
Outros Municípios	3664	4141	13,02%

Fonte: Rais/MTE

## DESAFIOS

Recentemente o Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas destacou a necessidade de fortalecimento do comércio, para isso serão necessárias diversas iniciativas. A ausência de uma reforma tributária traz incertezas, prejudicando um ambiente de construção homogêneo e impossibilitando o aumento da arrecadação do Estado.

Outras necessidades que impedem mais agilidade e dinamicidade ao setor estão relacionadas à logística, por vários fatores como dimensões, isolamento geográfico, infraestrutura deficitária concentrada em três operadores de cabotagem e dois terminais portuários.

O modelo de desenvolvimento está ancorado em dois extremos da logística: O hidroviário, considerado o mais demorado, e o aéreo apontado como o mais caro. O modal rodoviário, predominante no Brasil, relevante como complemento do modal hidroviário, destaca-se pela precariedade e intrafegabilidade da BR-319 que liga Manaus e Porto Velho.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Promover estudos para estabelecer critérios para uma possível diferenciação do ICMS sobre o frete de mercadorias no Estado;

---

▶ Promover revisão da lista de mercadorias sujeita ao regime de Substituição Tributária;

---

▶ Promover revisão da Margem de Valor Agregado (MVA);

---

▶ Avaliar melhores condições para recolhimento do ICMS, dando alternativas de prazos, parcelamentos e descontos de antecipação;

---

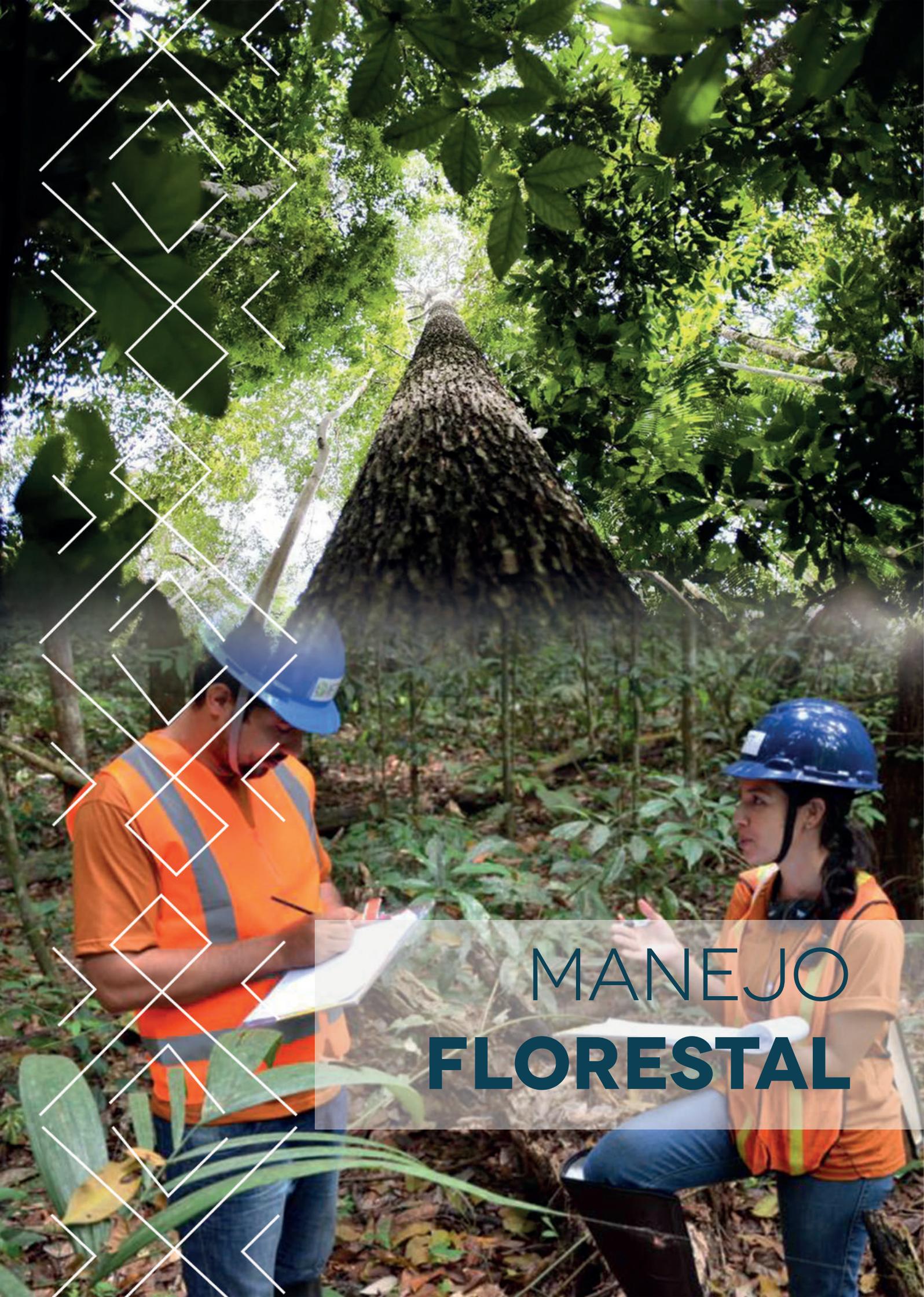
▶ Avaliar critérios de redução ou isenção da taxa para abertura de novas empresas;

---

▶ Criar Fundo de Aval para microcrédito voltado à micro e pequenas empresas e trabalhadores informais via Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam).

---





MANEJO  
**FLORESTAL**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

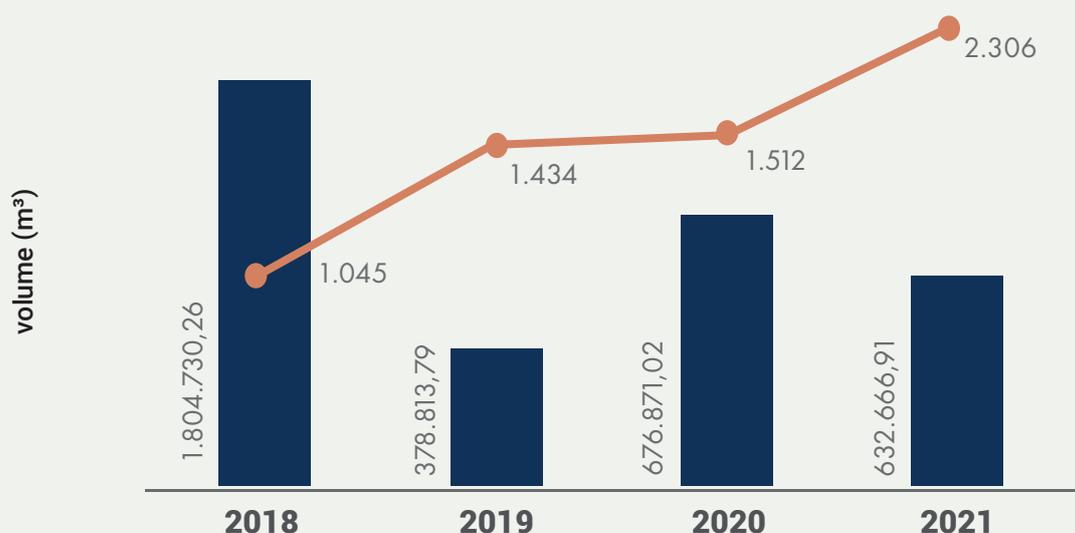
No Brasil, a cobertura florestal é de aproximadamente 460 milhões de hectares, representando 54% da área total do país com relação as florestas brasileiras. Desse total, 325 milhões de hectares estão na Amazônia, que correspondem a 70% da área florestal.

O Amazonas ocupa uma área de 1.559.148 km<sup>2</sup>, sendo 87% da cobertura vegetal de florestas naturais, 10,6% de vegetação nativa não florestal e 2,4% de área desmatada, além de mais de 30 milhões de hectares disponíveis para o manejo florestal (áreas arrecadadas e não arrecadadas).

A diversidade da floresta do Estado, representada pela estimativa de 250 espécies por hectare, implica na necessidade de promover, adequadamente, o manejo e o beneficiamento de produtos madeireiros e não madeireiros, que garantam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental deste importante recurso natural.

Apesar do potencial supracitado, o Amazonas ocupa o 1º lugar no ranking do desmatamento dos Estados da Amazônia Legal, com uma taxa de 1.235,98 km<sup>2</sup> até junho de 2022, consequência de uma combinação de fatores, dentre eles a insegurança jurídica ocasionada pela falta de regularização fundiária nas áreas de manejo, desencadeando numa série de interrupções e restrições no processo de licenciamento e redução no volume de madeira oriunda do Manejo Florestal (Figura 3).

Figura 3. Volume de madeira licenciada x Taxas de desmatamento no Amazonas

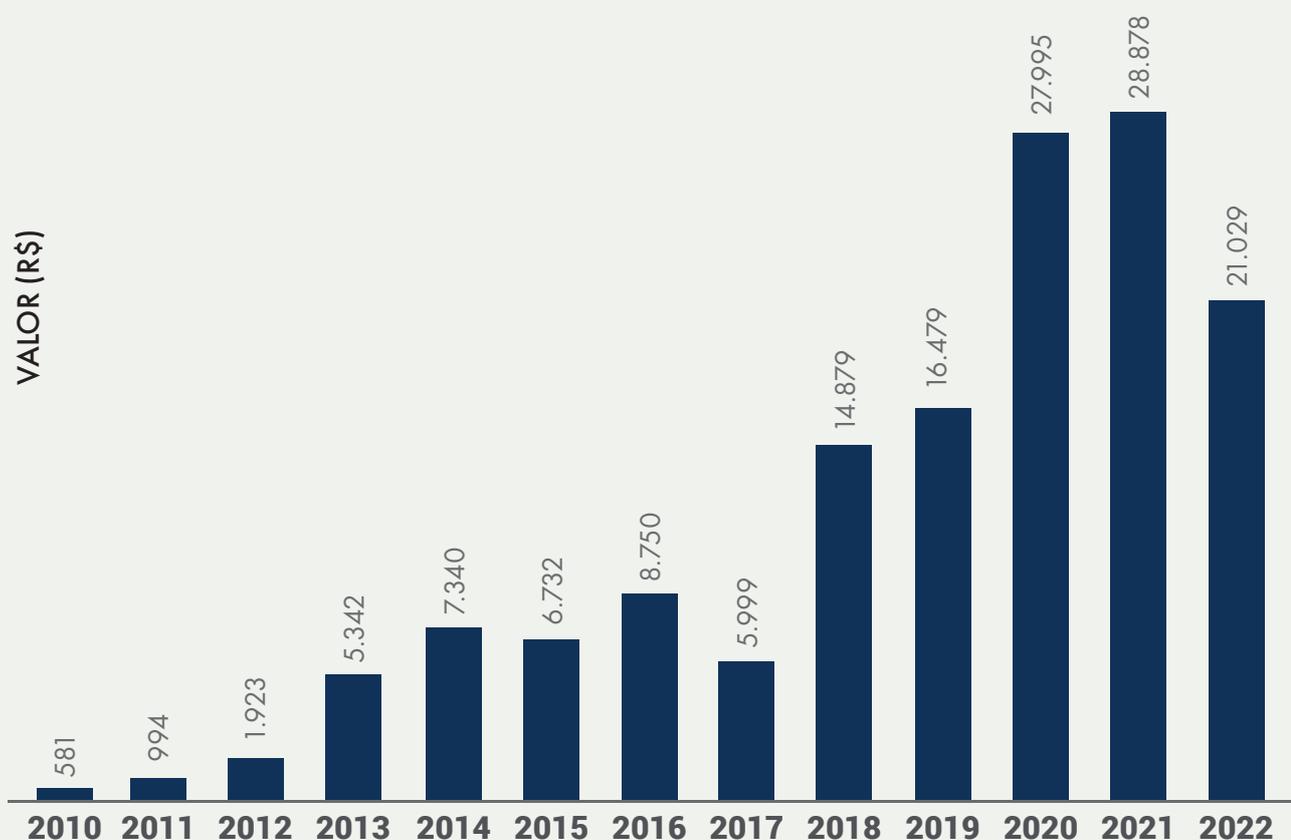


Fonte: Ipaam e Terrabrasilis

# MERCADO

Dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), no período de 2010 a setembro de 2022 sobre a arrecadação total das Concessões Florestais no Brasil foi de R\$ 147.233.420,55. Destacando-se os últimos dois anos 2020 e 2021 com os maiores volumes de arrecadação R\$ 27.994.872,9 e R\$ 28.877.681,77 respectivamente (Figura 4).

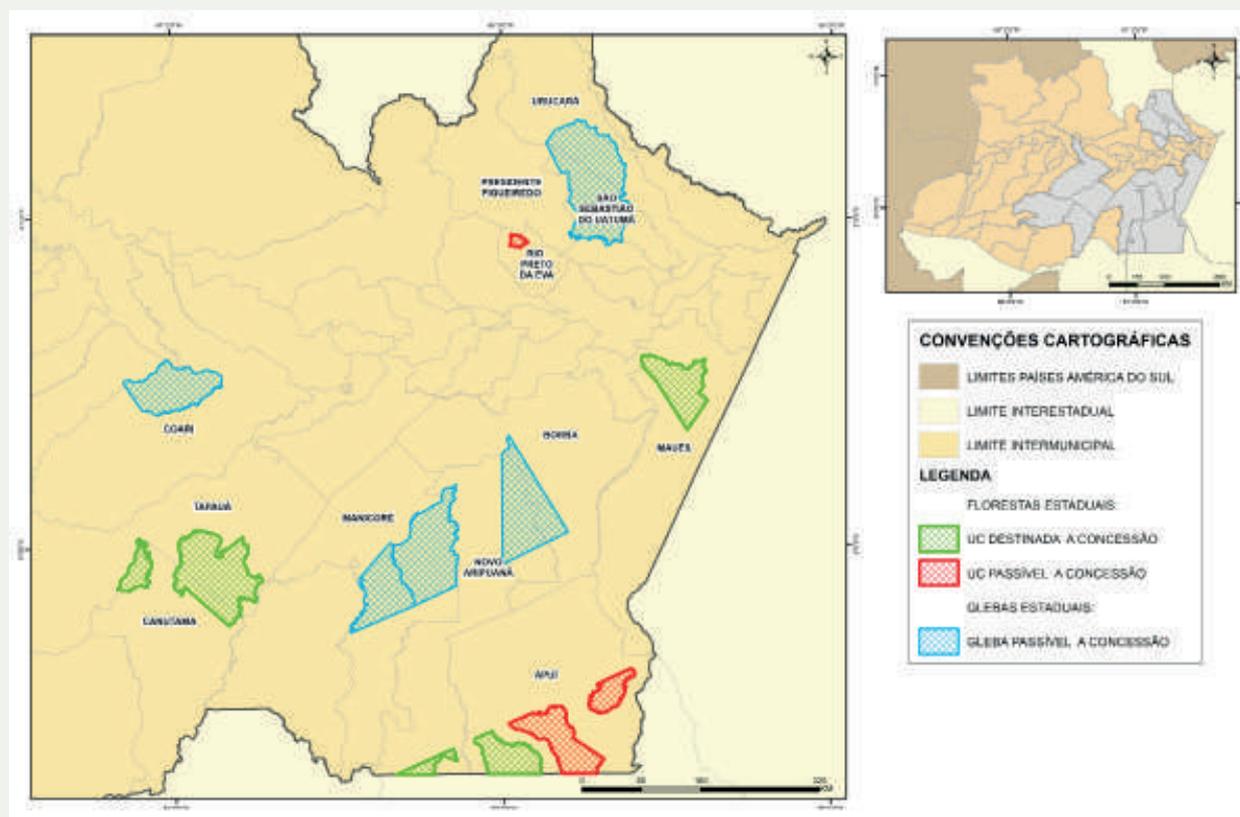
**Figura 4.** Arrecadação no Brasil com Concessões Florestais (R\$ x 1.000)



**Fonte:** Serviço Florestal Brasileiro

O Estado tem um potencial expressivo para concessão florestal, são oito Florestas Públicas Estaduais passíveis de concessão florestal, o que representa um total de 530.375,68 hectares. Além das Unidades de Conservação, existem Glebas Estaduais, em fase de estudo para realização de concessão florestal (Figura 5).

Figura 5. Áreas passíveis de Concessão Florestal no Amazonas.



Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Em Maués, está sendo realizado o inventário da Floresta Estadual do município para assinatura do primeiro contrato de concessão florestal. É estimado que a concessão na floresta de Maués irá gerar uma receita anual de *royalties* na ordem de R\$ 5,9 milhões por ano, e de R\$ 234,5 milhões ao longo dos 40 anos de contrato. Valor este a ser subdividido entre o estado, o município e o Fundo de Desenvolvimento Florestal. Considerando os investimentos adicionais a serem realizados, estima-se um valor de R\$ 250 mil ao ano nas comunidades, totalizando R\$ 10,5 milhões ao longo do contrato.

## DESAFIOS

Está claro que o setor florestal madeireiro do Amazonas representa uma importante atividade econômica, principalmente para o interior do Estado, não somente por sua potencialidade local, em termos de recursos naturais, mas também pela necessidade do fortalecimento do setor primário e industrialização dos municípios do interior, como forma de diversificar o atual modelo de desenvolvimento econômico regional, a saber o Polo Industrial de Manaus (PIM).

No entanto uma série de questões devem ser tratadas para de fato converter o potencial declarado em benefícios à economia, ao social e ao ambiental, principalmente à população do interior do Amazonas.

A começar pela insegurança jurídica (regularização fundiária) aliada à regularização ambiental, dois fatores que, embora sejam recorrentes em outros vetores econômicos, no setor florestal é fundamental. O arrefecimento do volume de madeira licenciada pelo órgão ambiental nos últimos anos se deve principalmente a não apresentação de títulos definitivos que comprovem a propriedade das áreas de manejo florestal.

Não se pode deixar de registrar a baixa qualidade de alguns projetos apresentados no órgão ambiental (elaboração técnica), fato que contribui para o aumento do tempo de licenciamento, além da necessidade de recurso humano qualificado no quadro de funcionários públicos (analistas ambientais, extensionista rurais, entre outros profissionais.)

Para se obter sucesso nas questões de regularização ambiental é primordial os atores dos setores (fundiário, ambiental, assistência técnica e consultores) trabalhem com as mesmas bases de imagens, o que não tem ocorrido nos dias atuais e tem prejudicado o andamento dos processos.

Em paralelo existe uma incompatibilidade dos principais sistemas operados sobretudo com atividades de manejo florestal, como por exemplo: Sistema Nacional de Controle da Origem de Produtos Florestais (Sinaflor), Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), e Sistema de Documento de Origem Florestal (DOF). Tais sistemas, nacionais, em muitos casos não dialogam a realidade do estado do Amazonas.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Criar uma Agência de Florestas do Amazonas;
- ▶ Realizar o Manejo Florestal por meio da Concessão Florestal em Florestas Públicas e Glebas Estaduais;
- ▶ Criar um Distrito Florestal no Estado do Amazonas;
- ▶ Realizar Reposição Florestal, Recuperação de Áreas Degradadas e Restauração Florestal em áreas antropizadas do Estado;
- ▶ Realizar Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

- 
- ▶ Criar Política de incentivos fiscais para o setor florestal;

- 
- ▶ Criar Programa de desembargo de áreas por meio de Programa de Regularização Ambiental (PRA);
-

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Criar Programa de Regularização para indústrias madeireiras – desdobro secundário e beneficiamento – aproveitamento de resíduos (briquetes e carvão);

---



Regularizar do ponto de vista fundiário as áreas de manejo florestal.

---



# MINERAÇÃO



# CONTEXTUALIZAÇÃO

**A** pesar da diversidade de riquezas minerais existentes no Amazonas, a produção atual está concentrada principalmente na lavra e beneficiamento de minérios como a cassiterita, columbita e tantalita, que correspondem mais de 80% do total de R\$ 14,2 milhões arrecadados em 2021, por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). (Tabela 4)

A arrecadação proveniente dos demais minerais (água mineral, ouro, granito, cascalho, areia e argila) correspondeu a aproximadamente R\$ 2,3 milhões, havendo potencial para crescimento.

**Tabela 4.** Compensação financeira pela exploração mineral – CFEM 2020 a 2022

SUBSTÂNCIA	VALORES ANUAIS (R\$)		
	2020	2021	2022
Cassiterita	6.788.267,47	9.412.264,79	7.451.822,44
Tantalita-columbita	1.971.762,02	2.524.720,72	2.457.013,52
Água mineral	668.872,33	772.336,74	800.322,67
Minério de ouro	372.305,12	796.721,93	695.932,35
Granito	312.645,31	678.278,72	655.978,43
Cascalho	14.576,34	16.836,54	26.056,07
Areia	10.047,83	19.777,53	12.833,83
Argila	52.648,12	33.624,95	12.142,25
Argila p/cer. vermelho	16.505,81	14.656,02	9.064,81
Saibro	6.311,27	1.903,59	875,57
<b>TOTAL</b>	<b>10.213.941,62</b>	<b>14.271.121,53</b>	<b>12.122.041,94</b>

**Fonte:** Agência Nacional de Mineração

**Nota:** Valores de 2022 até setembro.

Além da sintonia junto à Indústria quanto às demandas imediatas de bens minerais, a identificação de oportunidades é fundamental no setor. A exemplo da mineração do ouro, que se regulamentada tem potencial para gerar emprego, renda e promover a interiorização do desenvolvimento econômico do Estado.

Atualmente existe a ocorrência da extração ilegal de ouro nos cursos hídricos do Amazonas (ouro de aluvião), tornando-se inviável a responsabilização pelos passivos ambientais gerados e a destinação da arrecadação para recuperação ambiental.

A mineração do ouro se apresenta como alternativa para a geração de receitas no interior do Estado, visto que 60% do arrecadado por meio da CFEM se destina aos municípios onde o minério é produzido (Tabela 5).

**Tabela 5.** Alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CEFEM)

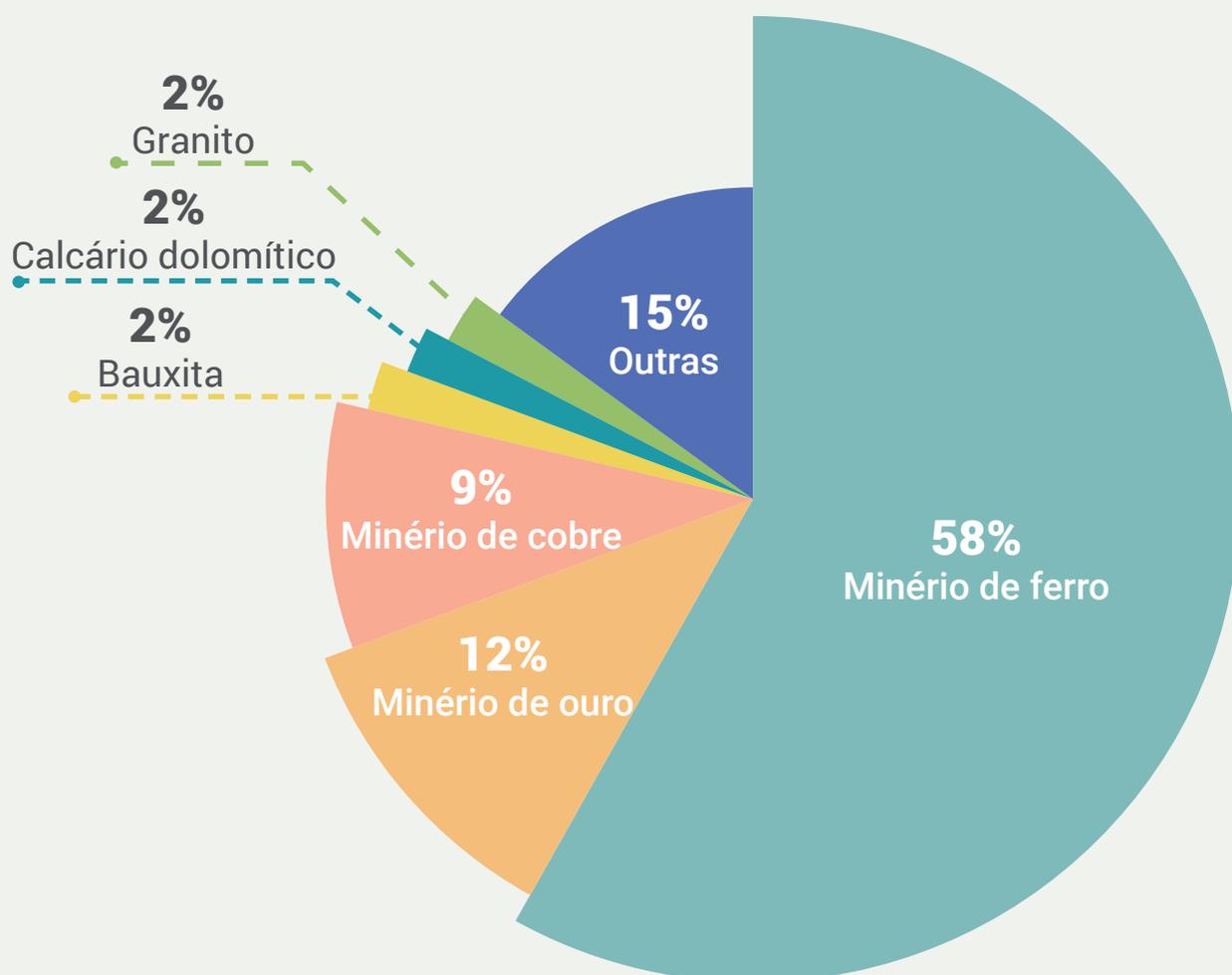
DESTINAÇÃO	PORCENTAGEM	DESTINAÇÃO	PORCENTAGEM
Estado produtor	15%	ANM	7,0%
Município produtor	60%	CETEM	1,8%
Município afetado	15%	FUNDCT	1,0%
União	10%	IBAMA	0,2%

**Fonte:** Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017

## MERCADO

O setor mineral no Brasil faturou no primeiro semestre de 2022 cerca de R\$ 56 bilhões, tendo o ouro correspondido a 12% desse total, destacando-se como uma das principais *commodities* do país (Figura 6).

**Figura 6.** Participação por Substância no Faturamento do Setor Mineral do Brasil no 1º trimestre de 2022



**Fonte:** ANM modificado do Ibram.

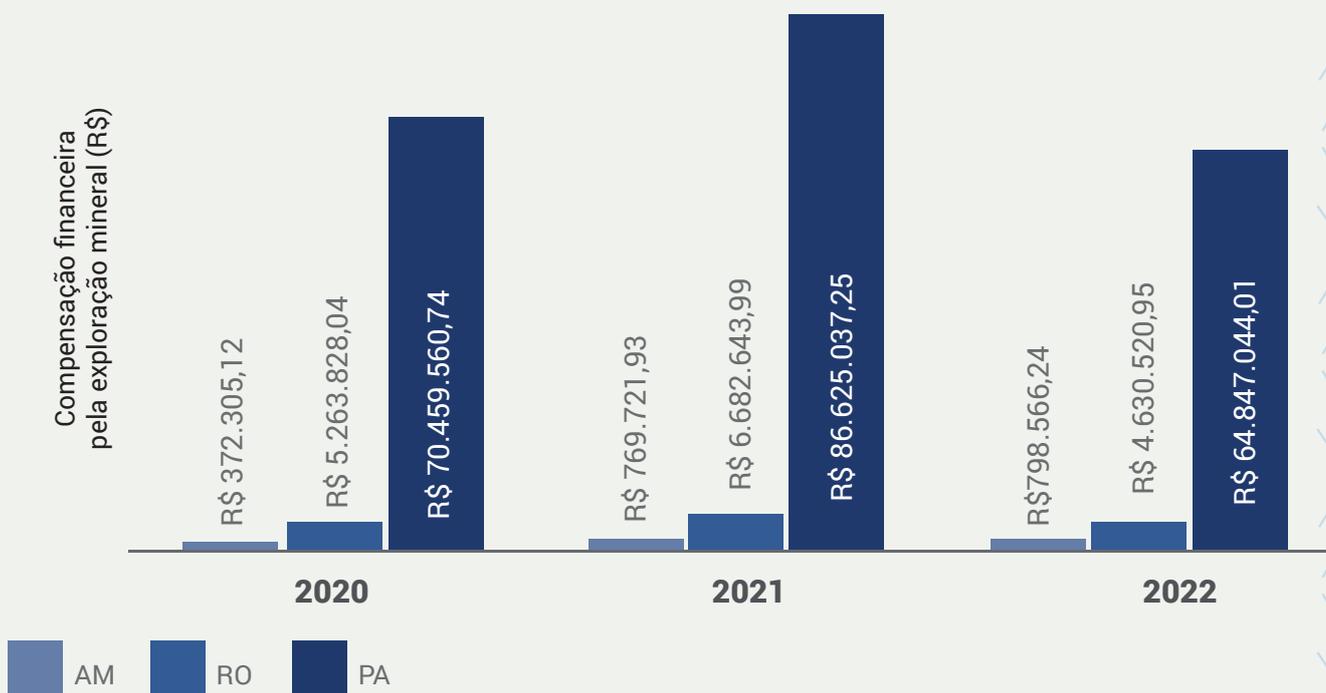
Por meio dos valores arrecadados da CFEM pode-se estimar o valor da produção do minério de ouro. Em 2021, a arrecadação registrada em Rondônia foi aproximadamente R\$ 6,6 milhões (Figura 7), estimando-se, portanto, um valor de produção de R\$ 440 milhões (cerca de 1,5 toneladas de minério).

Assim como Rondônia, o estado do Amazonas é caracterizado pelo potencial de exploração do ouro de aluvião, destacando-se que a extensão de seus rios é superior a do estado vizinho. Deste modo, estima-se que o potencial de exploração de ouro de aluvião no Amazonas é superior.

Ainda na comparação entre estados da região norte, é registrada arrecadação expressiva do CFEM no Pará, no entanto, grande parte da produção de ouro não é oriunda do leito dos rios.

Portanto, evidencia-se que não são triviais os valores de faturamento que poderiam ser alcançados pela atividade por meio de uma produção estruturada e dentro da legalidade, bem como os valores arrecadados da CFEM pelo minério de ouro em benefício dos municípios produtores.

**Figura 7:** CFEM de ouro para os Estados do Amazonas, Rondônia e Pará de 2020 a novembro de 2022



Fonte: ANM

## DESAFIOS

Existe a ausência de um arcabouço legal atualizado e compatível com a realidade territorial e ambiental do Amazonas, o que gera insegurança jurídica para empresas que queiram se implantar no Estado.

A Logística e infraestrutura inadequada para o desenvolvimento da atividade mineral no Estado é outro problema, visto que precisa de grande aporte financeiro para se implantar e tem a necessidade de fazer o transporte de grandes volumes.

Ausência de estudos direcionados para a área mineral (cadeia, ambiental, potencialidade mineral, potencialidade econômica, entre outros) para a viabilidade dos projetos de mineração no Amazonas.

Reestruturação do quadro de pessoal que atenda às demandas do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Elaborar Plano Estadual de Mineração;

---



Adequar e elaborar legislação apropriada para as realidades locais observando sempre a sustentabilidade socioeconômica e ambiental;

---



Contratar consultoria especializada na área ambiental e que tenha relação com as comunidades originais para apoiar o Estado nos licenciamentos;

---



Estruturar quadro de recursos humanos com profissionais especializados em extensão mineral, adequadas condições de trabalho e capacitação para o desenvolvimento das políticas propostas;

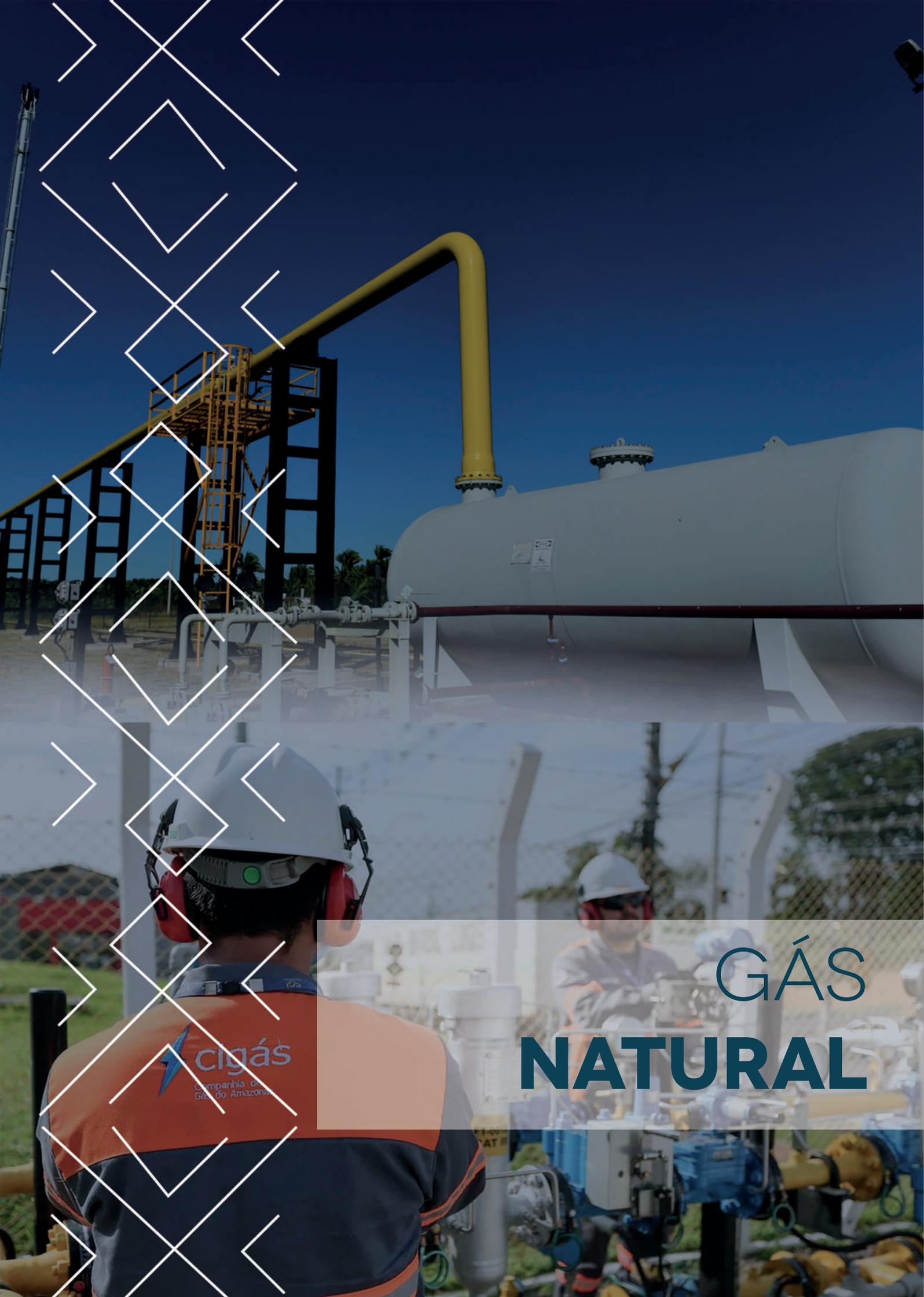
---



Realizar mapeamento com maior precisão das ocorrências de ouro no Amazonas.

---





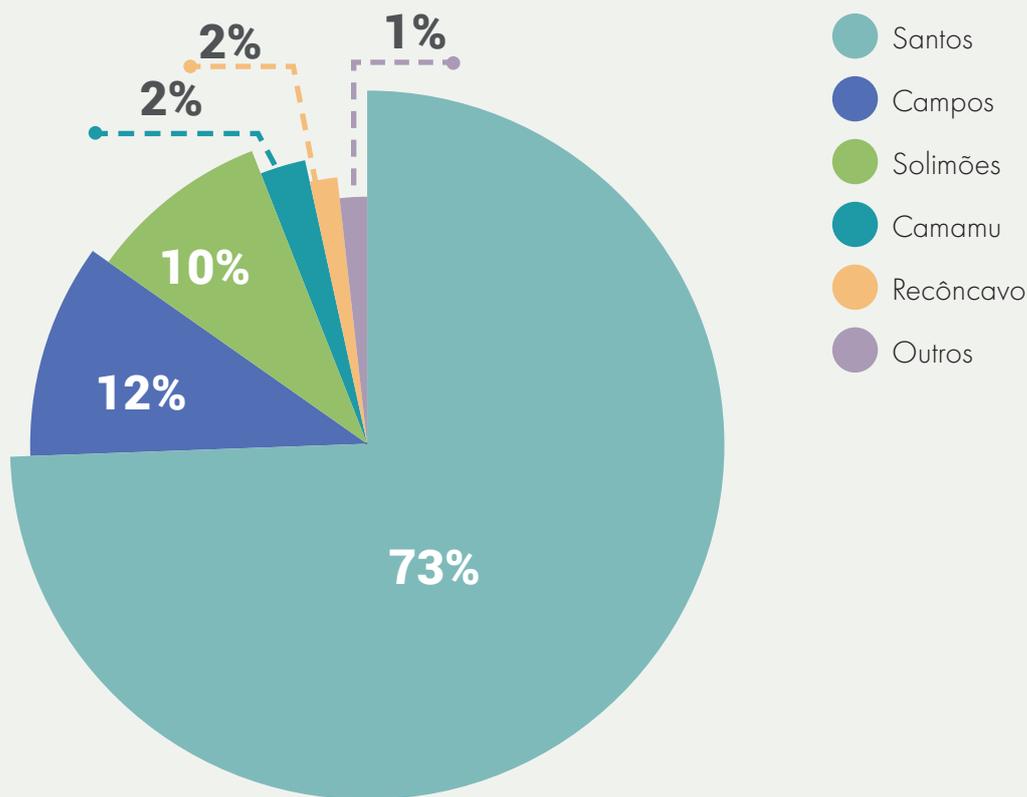
# GÁS NATURAL



# CONTEXTUALIZAÇÃO

○ Amazonas desponta como detentor da maior reserva de Gás Natural (GN) “em terra” (*on shore*), sendo o terceiro maior produtor do Brasil com aproximadamente 14 milhões de m<sup>3</sup> por dia. Atualmente cerca de 1,4 milhão de pessoas são atendidas de forma indireta e cerca de 32,5 mil de forma direta com o uso do gás natural no Estado. (Agência Nacional de Petróleo - ANP)

Figura 8: Distribuição de gás natural por bacia

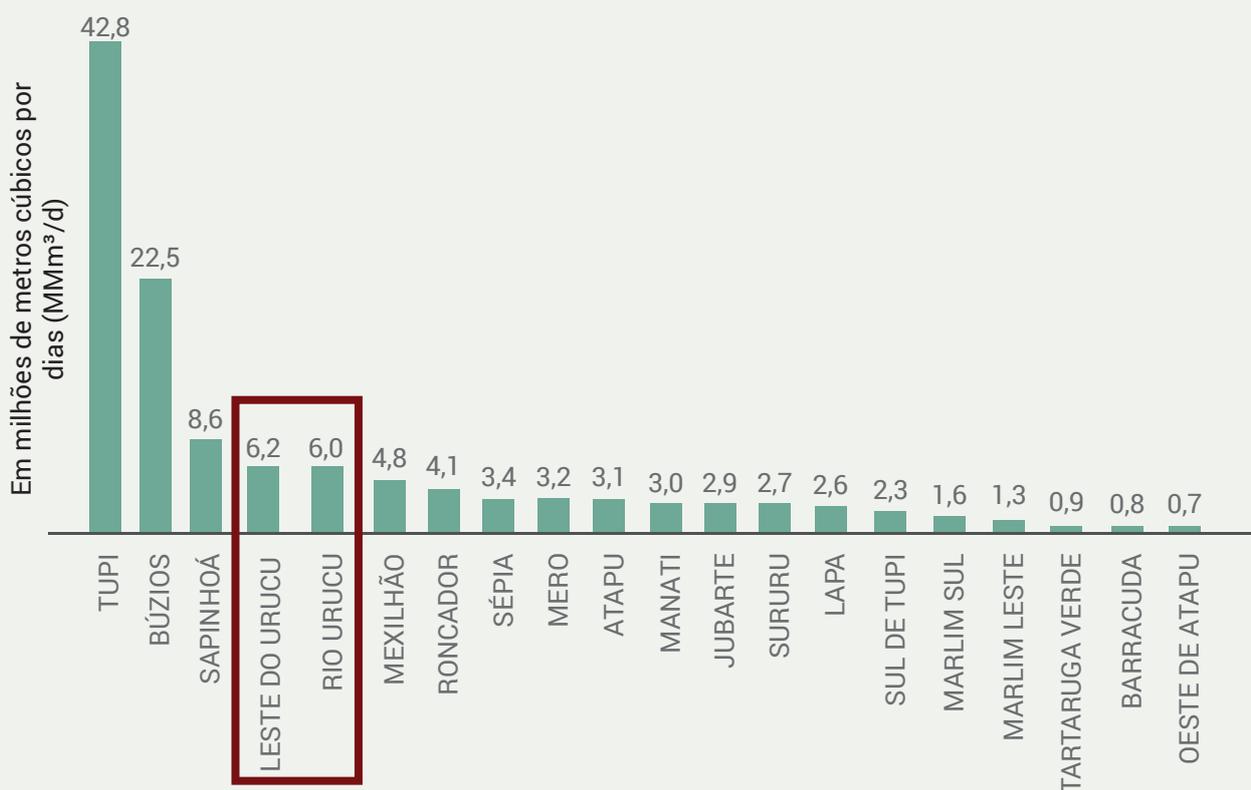


Fonte: Agência Nacional de Petróleo (ANP/ SDP/ SIGEP)

Nota: Fevereiro 2022

A produção de gás natural no Amazonas é de 4,5 milhões de m<sup>3</sup> por dia, proveniente de duas bacias. A bacia do Amazonas, localizada no campo de Azulão, em Silves, operada pela empresa Eneva. E a bacia do Solimões, onde está instalado o polo de Urucu que é explorado pela Petrobrás. O gás natural que abastece a cidade de Manaus é originário do polo de Urucu e chega até a capital por meio do gasoduto Coari-Manaus.

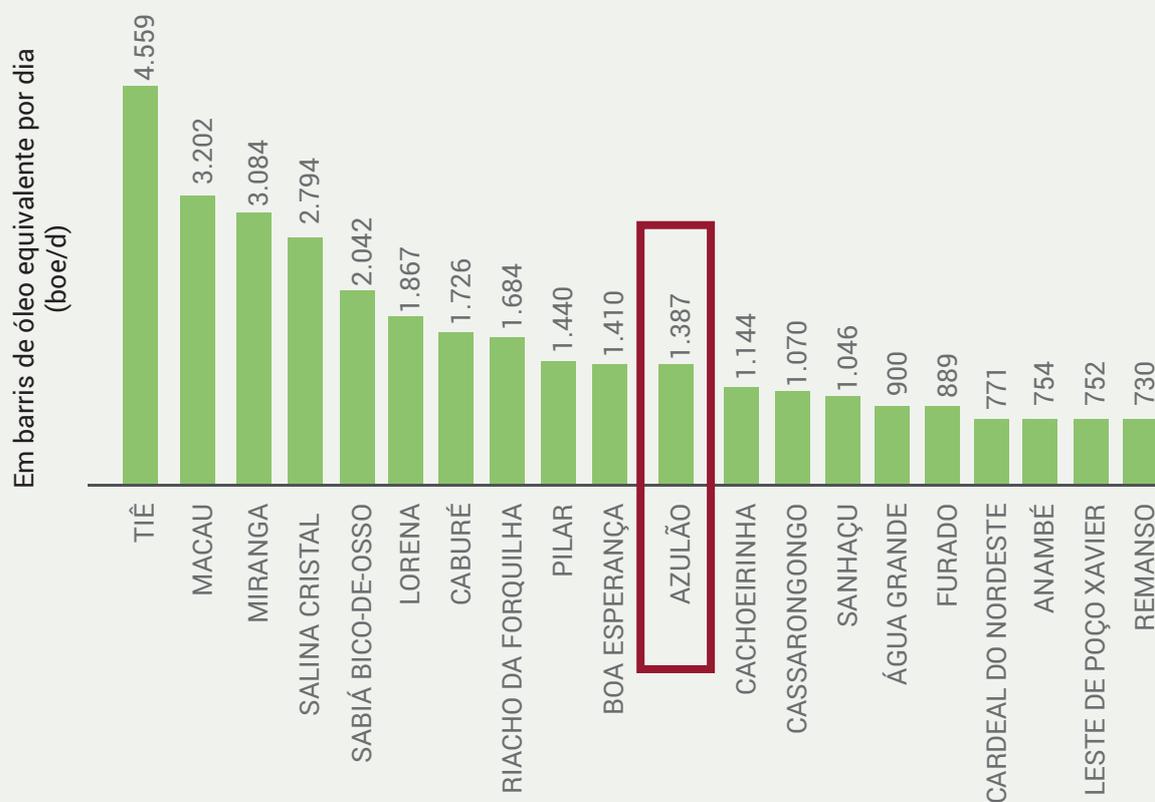
**Figura 9:** Os 20 campos pertencentes a Petrobrás que mais produziram gás natural (MMm<sup>3</sup>/d) em destaque os campos do Amazonas



**Fonte:** Agência Nacional de Petróleo (ANP/ SDP/ SIGEP)

**Nota:** Fevereiro 2022

**Figura 10:** Os 20 campos terrestres não-Petrobras com maior produção (boe/d). Em destaque o campo de Azulão localizado no município de Silves/AM e sua produção atende a termoeletrica de Jaguatirica-II em Boa Vista/RR.



**Fonte:** Agência Nacional de Petróleo (ANP/ SDP/ SIGEP)

**Nota:** Fevereiro 2022

A consolidação do setor, no Amazonas, foi possível graças ao Marco Regulatório do gás natural sancionado em 2021, que estabeleceu condições para exploração em diversas áreas do Estado. E a Lei Nº 5.420 de 17 de março de 2021, que permitiu avançar no serviço público de distribuição e comercialização do gás natural, no âmbito territorial do Amazonas.

A Eneva recebeu licença definitiva e já extraiu do campo de Azulão em 2021, 24 MMm<sup>3</sup> (milhões de metros cúbicos) de gás natural, e enviou 16,7 mil m<sup>3</sup> de Gás Natural Liquefeito (GNL) para Usina Termelétrica de Jaguatirica II, em Boa Vista (RR).

As reservas provadas de óleo e gás natural, no Amazonas, registram 48 milhões de barris de petróleo e 43 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural (reserva provada), além de um volume de 106 bilhões de m<sup>3</sup> de gás recuperáveis (reservas provadas e prováveis -2p) no Estado. (Empresa de Pesquisa Energética - EPE).

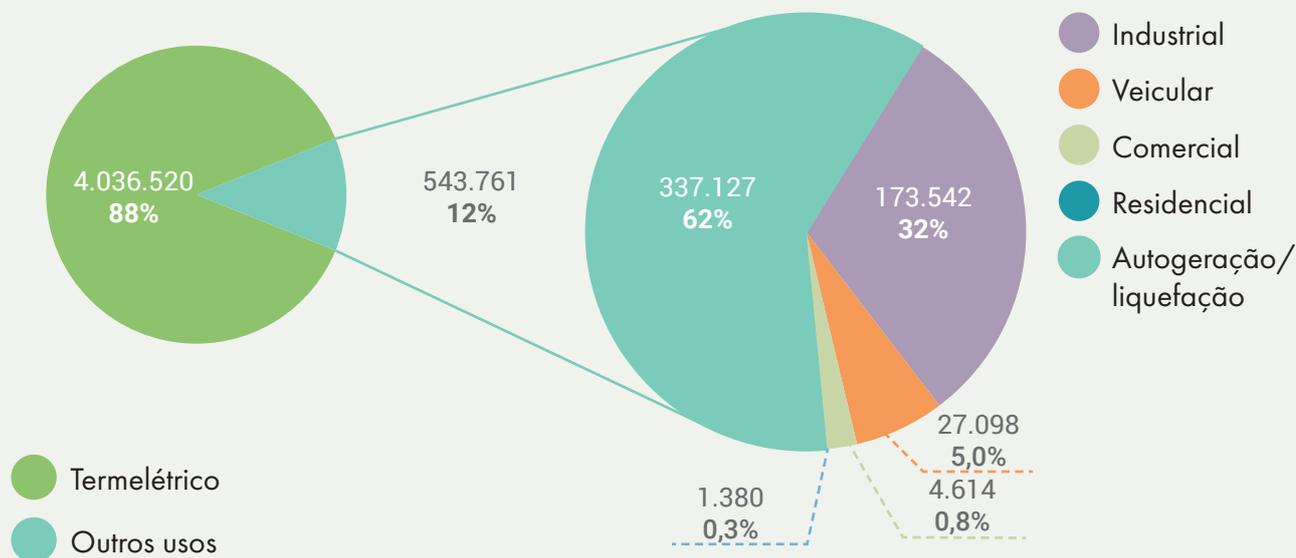
Em 2022, no período de janeiro a setembro, a arrecadação do Amazonas em *royalties* foi de R\$ 311 milhões, que se comparada com o ano de 2018 quando registrou R\$ 221 milhões, representa um aumento de 30%. É importante destacar que o município Coari ocupa o quarto lugar do Brasil em arrecadação de *royalties*.

## MERCADO

O cenário positivo no mercado de gás natural no Estado, estimula a competitividade, propicia a geração de emprego, aumenta o recolhimento de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para o município, e sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o governo do Estado, bem como, possibilita a diminuição no valor do produto e promove a arrecadação de *royalties*.

Em 2022, a comercialização de gás natural no Amazonas registrou cerca de 4,5 milhões m<sup>3</sup> por dia, sendo 88% no segmento de termelétrica, seguido de autogeração e liquefação (62%), industrial (32%), comercial (0,8%), veicular (0,5%) e por último residencial (0,3 %).

**Figura 11:** Volume de gás natural comercializado no Amazonas.



**Fonte:** Cigás (jan a set de 2022)

O Estado dispõe de mais de 11,3 mil unidades consumidoras de gás natural distribuídas nos seguintes segmentos:

Indústrias (57 unidades consumidoras);

Residencial (7 mil unidades consumidoras);

Comercial (161 unidades consumidoras);

Termelétrico (12 unidades consumidoras);

Veicular (4 mil unidades consumidoras);

Autogeração e liquefação (1 unidade consumidora).

O gás natural também é considerado como um importante ativo na transição energética. Em 2022, a Eneva venceu o leilão de reserva da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para implantação de Usina Termelétrica (UTE) no campo de Azulão.

A UTE Azulão II, que utilizará o gás natural extraído no próprio campo, na Bacia do Amazonas, terá capacidade instalada total de 590 MW e será construída no município de Silves.

Somando a vitória no Leilão de 2021, no qual já estava prevista a construção da UTE Azulão I, o complexo termelétrico atinge capacidade contratada de 885 MW e instalada de 950 MW – o equivalente ao abastecimento de aproximadamente um milhão de residências.

Com o resultado positivo do leilão, a Eneva já soma investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões para o Amazonas. Durante a construção estima-se a contratação de cerca de 150 colaboradores próprios e dois mil indiretos, podendo chegar até cinco mil no pico da obra.

# AVANÇOS

Em 2022, o governo do Amazonas implantou o Fórum Amazonense de Petróleo e Gás Natural. O objetivo é ordenar, articular e apoiar as ações das organizações que atuam no setor, como também buscar melhorias das condições de competitividade da indústria, aumento efetivo do índice de conteúdo local nos empreendimentos e operações da cadeia de petróleo e gás.

No acesso ao Gás Natural Veicular (GNV) houve acréscimo no número de postos de abastecimento, passando de três para cinco unidades e com perspectiva de implantação de mais duas unidades até o final de 2022.

Para ampliar a frota de veículos movidos a GNV foi criado pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) um programa de financiamento que disponibiliza o valor de R\$ 4 mil para taxistas, frotistas e motoristas de aplicativo conforme o regimento do programa “Faça a Conta. Use GNV!”

# DESAFIOS

Um dos desafios do setor de gás natural no Amazonas é a necessidade de aumentar a sua exploração e produção para o aproveitamento sustentável das reservas, garantindo a disponibilidade de gás. Assim como, é necessário ampliar a distribuição do gás natural na capital de modo a atender conjuntos residenciais de interesse social.

No segmento de Gás Natural Veicular é necessário promover a massificação do seu uso, tanto no interior quanto na capital. Para que seja possível avançar no segmento de gás natural é preciso ainda ter disponível mão de obra qualificada para atuar na cadeia desse mercado.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Articular junto à Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) para divulgação dos leilões em oferta permanente dos blocos nas bacias sedimentares do Acre, Solimões e Amazonas, no estado do Amazonas;

---



Buscar definições políticas e industriais para retomada do desenvolvimento do polo de Urucu;

---



Propor à concessionária de serviço público de distribuição de gás a ampliação da rede de distribuição de gás natural em Manaus, especialmente, em regiões não atendidas;

---



Captar recursos para possibilitar a disponibilização do gás natural do Distrito de Desenvolvimento Regional de Manacapuru e Iranduba (DDRMI);

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Viabilizar a criação de cursos de formação e capacitação de técnicos de nível médio para atender as diversas cadeias do mercado de gás natural;

---

▶ Incentivar a implantação de postos de GNV no interior do Estado, viabilizada por meio do Projeto Linha Azul, no trecho entre os municípios de Itacoatiara e Manacapuru. Assim como expandir a rede de postos de abastecimento de GNV na área urbana de Manaus.

---



POLO DE  
**FERTILIZANTES**

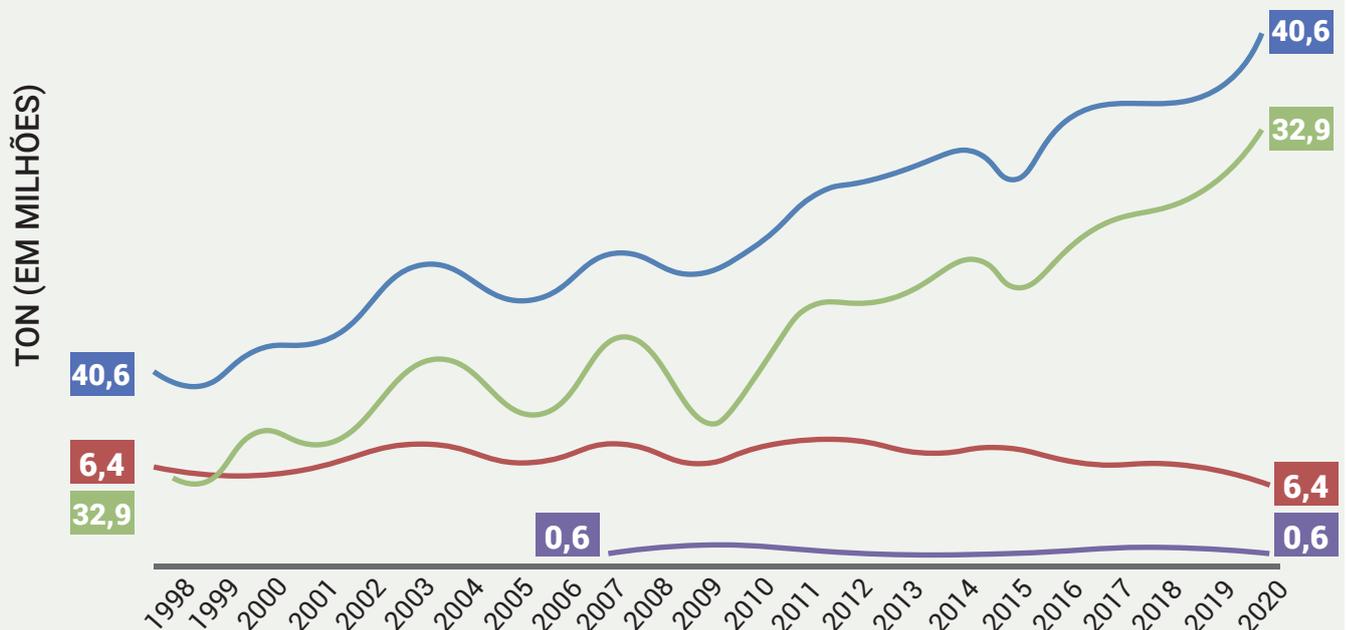


# CONTEXTUALIZAÇÃO

Conforme dados apresentados pelo Plano Nacional de Fertilizantes 2050, a importação de fertilizantes apresenta crescimento anual, uma elevação aproximada de 445% em 20 anos, entretanto a produção nacional caiu 13,5% neste mesmo período. (figura 12)

A dependência piora ainda mais, ao considerar que o Brasil deverá ser responsável por mais de 50% da produção de alimentos em todo o mundo pelos próximos anos, o que causará o aumento da demanda por fertilizantes. Hoje, o Brasil, encontra-se em quarto lugar no consumo mundial de fertilizantes. Com a elevação mundial no preço dos fertilizantes, há um impacto negativo nas exportações do setor agrícola brasileiro, reduzindo o nível de competitividade do produto nacional, pois do total dos custos de produção, o fertilizante (importado) é responsável pela maior parcela.

Figura 12: Série Histórica do Mercado de Fertilizante no Brasil (em volume)



Fonte: Anda (2021). Elaboração: DPE/SAE-PR

O Brasil já é um grande protagonista na produção de alimentos no mundo, com o uso de tecnologias nacionais e importadas. A perspectiva da população mundial é chegar a 10 bilhões de habitantes até 2050 com aumento de cerca de 70% na produção de alimentos, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Em 2021, a demanda do Brasil por fertilizantes chegou em 43 milhões de toneladas, sendo 83% oriundas de importação. Desse total foram importados 8 milhões de toneladas de fertilizantes para Rússia. Estima-se que com a redução da oferta de fertilizantes na temporada de plantio, no verão, que ocorre em outubro de 2022, pode afetar a produtividade no país.

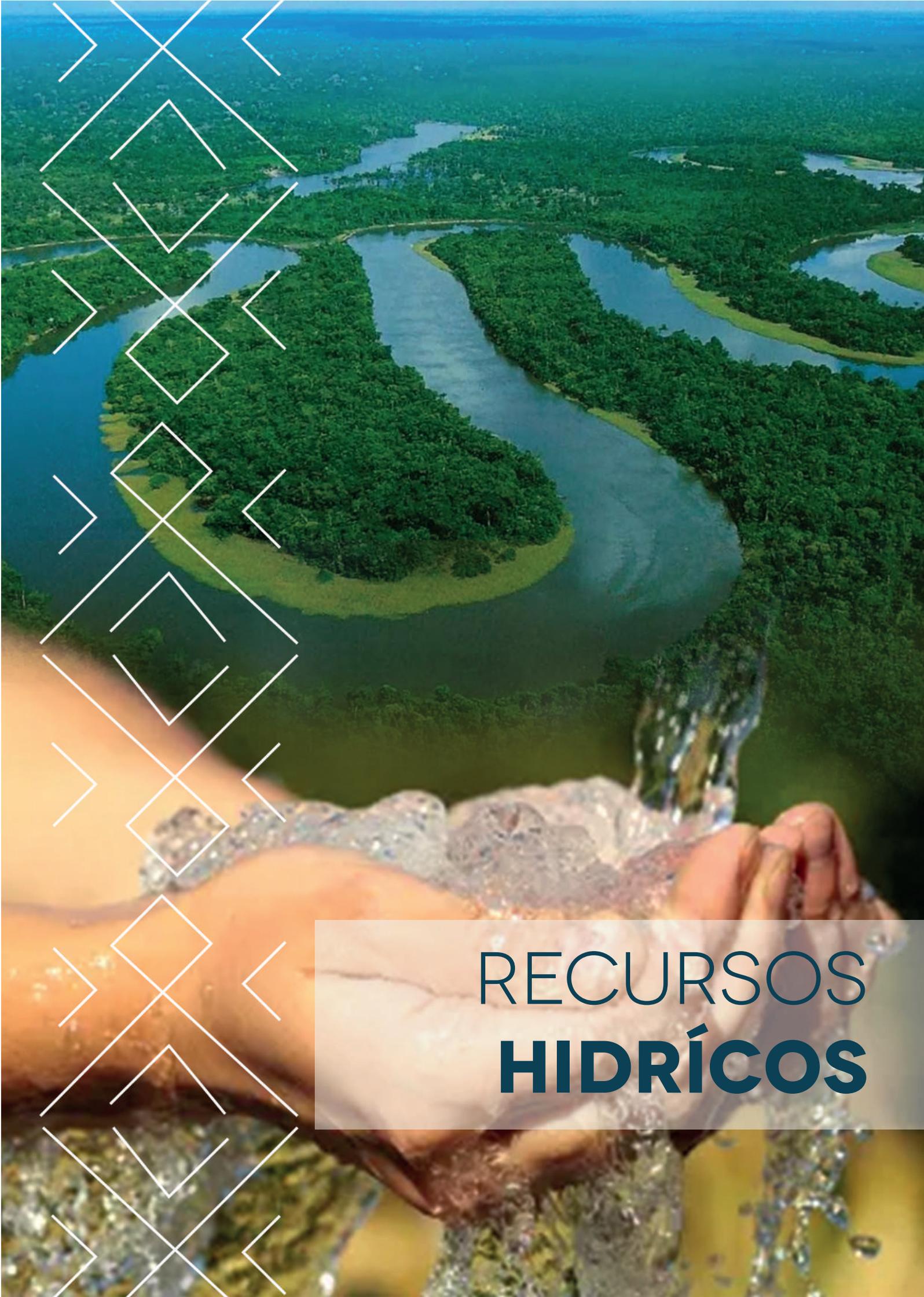
A guerra entre Rússia e Ucrânia nos revelou que um dos grandes gargalos do agronegócio brasileiro é a importação de fertilizantes. Segundo dados especializados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), dos macronutrientes N P K, o Brasil é quarto maior consumidor de Nitrogênio (N), o terceiro de Fósforo (P) e o segundo em Potássio (K). O Amazonas é detentor de grandes reservas, em seu subsolo, de Gás Natural e Silvinita que são matérias-primas das quais se extrai a Ureia e o Potássio. As jazidas de Autazes, Fazendinha (Nova Olinda do Norte) e Ararí (Itacoatiara) totalizam cerca de 1,8 bilhão de toneladas de sais de potássio (ANM).

Em 2020, o Brasil consumiu 7,5 milhões de toneladas de ureia, sendo 85% de origem importada, e consumiu 11 milhões de toneladas de potássio, sendo 96,5% importado. O desafio, no curto e longo prazos, será o de envolver todos os esforços no sentido de obter o licenciamento para a exploração das reservas de silvinita de Autazes, bem como de atrair investidores para a instalação de uma planta de produção de Ureia em Coari ou em Silves.

Entre as proposições para o Polo de Fertilizantes no curto e médio prazos:

Criar oportunidades para o estado do Amazonas se apresentar como uma opção para a substituição dos atuais fornecedores, preparando o Brasil para se contrapor aos efeitos econômicos do aumento de preços.

Articular junto ao Governo Federal a inserção do Amazonas como estado polo produtor sustentável de agrominerais fertilizantes, e, conseqüentemente, promoção ao Programa Nacional de Produção de Alimentos, Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e das ações estratégicas de substituições de insumos importados.



# RECURSOS **HIDRÍCOS**





Evidencia-se, portanto, o quanto este recurso pode ser considerado estratégico para o Estado, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico.

O conhecimento detalhado dos recursos naturais da região é, inquestionavelmente, assunto de segurança nacional, não sendo ainda dada a devida atenção e urgência aos monitoramentos para o acompanhamento de uso e preservação.

Antes de se pensar no uso econômico para os recursos hídricos abundantes na Amazônia, é necessário ter a responsabilidade de prever a manutenção da qualidade deste recurso natural, por meio da gestão responsável dos corpos hídricos intactos da região.

Atualmente, a gestão de recursos hídricos é realizada por órgãos estaduais ou pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Os rios completamente inseridos no território de um Estado e águas subterrâneas (aquíferos) estão sob a tutela do respectivo órgão Estadual; e aqueles rios que cruzam ou fazem fronteira com mais de um estado, sob regulação da ANA.

Apesar da grande importância dos recursos hídricos, o desenvolvimento de atividades econômicas, o desmatamento e a poluição dos rios trazem desafios para a conservação deste recurso, em um cenário marcado também pelo grande desperdício (40% da água tratada fornecida) aos usuários. (Serviço Geológico do Brasil - Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais - SGB/CPRM)

É preciso reforçar o alerta de que a água está cada vez mais escassa no mundo. Como consequência desse processo, regiões ricas em recursos hídricos chamam atenção internacionalmente.

Entre organismos como ONU e Banco Mundial, há um consenso na previsão de que os cenários do futuro são da escassez de água exacerbada pelas mudanças climáticas com efeitos socioeconômicos devastadores.

## MERCADO

A agropecuária é o setor que mais consome água no mundo, representando algo em torno de 70% de todo o consumo, o setor industrial totaliza 22% e uso doméstico os demais 8%. Com o aumento da população mundial para oito bilhões, é natural haver pressões sobre a demanda pelo recurso.

Nesse sentido, a exploração dos recursos hídricos no Amazonas como *commodity* pode ser considerada uma alternativa para diversificação econômica do Estado e para a sua colocação em uma posição estratégica num cenário de futura escassez do recurso no mundo.

Corretoras de investimentos destacam que o mercado de água deve crescer de 5% a 6% nos

próximos anos, impulsionado principalmente pela crescente demanda.

Para a utilização deste recurso natural como uma *commodity*, deve ser levado em consideração a possibilidade desse uso causar impacto ambiental.

Deve-se, portanto, levar em consideração dois pontos principais no uso da água das macros bacias da região amazônica: quantidade e qualidade.

Dessa forma, estudos da ANA apontam haver um gigantesco volume de água doce oriunda da Bacia Amazônica, despejada no oceano atlântico. A vazão média do rio Amazonas, por exemplo, é de cerca de 132.000 m<sup>3</sup> por segundo, o que seria suficiente para encher 53 piscinas olímpicas a cada segundo.

No que se refere a qualidade das águas, há um déficit de informações, pois esse monitoramento não tem sido realizado com a abrangência necessária. Para isso, é preciso fortalecê-lo e torná-lo regular.

## AVANÇOS

No mercado financeiro, para além dos investimentos diretos em companhias de saneamento, a ideia de investir em empresas que trabalham para o uso mais eficiente da água, dentro ou fora do Brasil, tem ganhado cada vez mais adesão na esteira da agenda ESG (sigla para ambiental, social e governança, em inglês).

Nos últimos anos surgiram ETFs (Exchange Traded Funds) e empresas relacionadas à água que tentam capitalizar as tendências crescentes de renovação, tratamento, conservação e purificação de água em todo o mundo.

Enquanto a demanda por água aumenta rapidamente, a oferta permanece limitada. Isso ocorre pelo crescimento da população, pelas mudanças climáticas e pela poluição dos recursos hídricos. Frente à escassez, surgem as oportunidades.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Aprimorar a sua gestão a partir da criação de uma Agência Estadual de Controle e Monitoramento das Águas Estaduais;

---

▶ Estabelecer governança estadual para adequação aos marcos regulatórios do saneamento básico, fortalecer o gerenciamento de resíduos sólidos, aperfeiçoar as relações transfronteiriças, de modo a viabilizar uma possível regulação do mercado de águas;

---

▶ Promover o fortalecimento institucional do Programa de Monitoramento de Água, Ar e Solos do Estado do Amazonas (ProQAS/AM) para melhorar e ampliar o controle ambiental da água em decorrência das atividades humanas e de possíveis fenômenos naturais, como as chuvas e o regime de estiagem sazonal, característicos da região amazônica.

---



**BIOECONOMIA**



---

# CONTEXTUALIZAÇÃO

**A** Bioeconomia refere-se ao conjunto de atividades econômicas de produção, fomento, distribuição e consumo de bens e serviços provenientes de recursos da sociobiodiversidade, sempre considerando a escala tecnológica aplicada durante esses processos, bem como os ecossistemas que esses recursos são manejados e todos os agentes econômicos envolvidos (organizações, instituições e outros).

Alguns autores conceituam bioeconomia de forma mais restritiva, como o conjunto de atividades econômicas relacionadas às cadeias produtivas baseadas no manejo e cultivo da sociobiodiversidade amazônica, com agregação de valor e geração de impactos positivos para o desenvolvimento sustentável local.

O principal objetivo desse vetor econômico é estabelecer e difundir tecnologias que integrem o homem à natureza, para que as populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas tenham fontes de renda sustentáveis a partir dos recursos da sociobiodiversidade. Sempre procurando agregar aparato tecnológico aos seus bioprodutos e na estruturação das suas cadeias produtivas.

Dados apontam que a Bioeconomia, no Amazonas, gerou entre os anos de 2010 a 2020, R\$ 3,1 bilhões e 37.410 empregos diretos e 22.395 indiretos, apresentando crescimento médio de 10% ao ano.

A Bioeconomia, portanto, é um vetor econômico com alto potencial para o desenvolvimento do Amazonas, podendo dinamizar segmentos essenciais nas áreas de agricultura, alimentos, fibras e energia. E também, oferecer soluções para alguns dos grandes desafios sociais como instabilidades econômicas, mudanças climáticas, substituição das fontes de recursos fósseis, segurança alimentar e a saúde da população.

# MERCADO

O mercado da Bioeconomia apresenta números expressivos no mundo. Na União Europeia, por exemplo, movimenta 2,3 trilhões de euros e emprega 18 milhões de pessoas.

O Brasil tem forte potencial para expandir esse mercado e desenvolvê-lo de maneira sustentável, pois temos a maior diversidade genética vegetal do mundo, contando com 42.730 espécies vegetais distribuídas em seus diferentes biomas (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Caatinga e Pantanal).

De acordo com os pesquisadores do Inpa, existem cerca de 20 mil espécies de plantas superiores no bioma amazônico (considerando plantas com flores e frutos, sem contar os musgos) e desse total, em torno de uma dezena, ou 0,05% das espécies conhecidas recebem ações coordenadas para conservação de recursos genéticos. Das 20 mil espécies, se tem conhecimento sobre o uso de 3.500, das quais 83 têm populações que foram domesticadas e destas apenas 15 chegaram ao mercado.

Essa variedade é uma fonte importante para a obtenção de diversos produtos como biocombustíveis, corantes, óleos vegetais, gorduras, fitoterápicos, antioxidantes e óleos essenciais para o setor produtivo, que são matérias-primas para indústrias diversas como as de higiene e limpeza, alimentos, bebidas, farmacêutica e de cosméticos.

No Amazonas, a bioeconomia surge como novo potencial para o desenvolvimento do Estado, estabelecido na magnitude de sua biodiversidade com a respectiva utilização e conservação dos recursos naturais, de forma que possam contribuir decisivamente para a geração de oportunidades de renda para as populações atuais e futuras aliada a conservação da natureza.

Esse mercado pode ser segmentado nas seguintes escalas: Bioeconomia da Sociobiodiversidade, Bioeconomia de Base Florestal e Bioeconomia de *Commodities*.

As bases da Bioeconomia, no Amazonas, encontram-se diretamente ligadas aos recursos nativos da fauna, flora e microrganismos do bioma Amazônico, dentre as quais podemos verificar cadeias que encontram-se consolidadas, como por exemplo, o pirarucu de manejo, a seringueira nativa, o cacau, o açaí cultivado, a castanha-do-Brasil, os óleos e fibras vegetais e a piscicultura.

Dados indicam que essas cadeias têm produção expressiva e possibilitaram a geração

de aproximadamente 50.688 empregos no ano de 2021. A fruticultura é responsável pela maior parcela da produção deste mercado, com destaque para o açaí, com 79 mil toneladas de frutos produzidos em 2021.

## AVANÇOS

Em 2016 foi publicada a Matriz Econômica Ambiental do Amazonas, pela Lei Estadual Nº 4.419 de 2016, cujo foco converge principalmente para as cadeias de valor na produção pesqueira; fruticultura; produção florestal (madeira e não madeira); produção de fitocosméticos; produção de fármacos e química fina; turismo e outras atividades, possibilitando a interiorização do desenvolvimento tecnológico e produtivo.

Com o objetivo de estabelecer bases conceituais e prioridades para a bioeconomia, na perspectiva das realidades locais, no ano de 2021 o governo do Amazonas realizou o lançamento da nota técnica, NTB 01/2021 pela Sedecti. A iniciativa trouxe a visão de que, no Amazonas, dada a complexidade da bioeconomia e seus mercados imperfeitos, é mais adequado pensar em redes de conhecimento produtivo do que em cadeias produtivas propriamente ditas.

A nota aponta pautas prioritárias para a formação da agenda da Bioeconomia no Estado: 1) Investimentos Inovadores; 2) Marcos Regulatórios; 3) Formação Científica; 4) Infraestrutura; 5) Assistência Técnica e 6) Tecnologias a partir da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação adequadas ao grau de maturidade das redes de conhecimento produtivo.

Em 2022, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), que coordena as ações do Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio) da Suframa trouxe abordagens acerca das diversas possibilidades de uma nova matriz econômica para a região, pautada em soluções com agregação de valor e compromisso ambiental.

As proposições impactam diretamente no desenvolvimento do setor, pois apresentam ações de investimento mais assertivas em tecnologias de cadeias produtivas como: pescado; pirarucu; piscicultura; cacau; açaí; abacaxi; castanha; óleos vegetais; produção de baixo carbono; madeira; resíduos orgânicos e resíduos agroindustriais.

# DESAFIOS

O mercado atual está cada vez mais exigente no que tange a rastreabilidade dos produtos, principalmente, da Bioeconomia. No Estado poucas são as cadeias que possuem sistema de rastreabilidade que além de favorecer o acesso a mercados possibilita agregar mais valor ao produto.

A falta de direcionamento e conexão das pesquisas com as prefeituras e organizações locais dificultam o desenvolvimento da bioeconomia.

A infraestrutura para produção, armazenamento e escoamento de algumas cadeias, limita o desenvolvimento de novos produtos com alto poder agregado, como por exemplo a extração de biomoléculas e melhoramento genético.

A potencialidade em matéria-prima natural regional não se reflete no uso expressivo dos produtos da bioeconomia no Estado, os quais podem contribuir para a agregação de valor dos produtos da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ressalta-se ainda a necessidade do Amazonas superar os desafios relacionados à competitividade e à melhoria dos sistemas produtivos no vetor.

Nesse sentido, pode-se elencar como um dos maiores desafios o baixo índice de regularização fundiária, que impossibilita o acesso às linhas de crédito, por exemplo.

Na questão dos produtos oriundos da bioeconomia, a falta de homogeneidade na qualidade e baixo valor agregado; dificuldades na certificação; carência de uma logística de armazenamento e escoamento adequados são entraves a serem superados.

Existe ainda a carência de qualificação técnica, gerencial e organizacional, inadequação e insuficiência na assistência técnica e indisponibilidade de máquinas e implementos;

Além disso, há a necessidade de difundir e popularizar o conhecimento, tecnologia e inovação, para que permeiem mais do que a região metropolitana, chegando ao produtor do interior.

Para que isso aconteça, também existe a necessidade de se formar profissionais diferenciados, com visão inter, multi e transdisciplinar, que possam produzir conhecimentos, estabelecer novas tecnologias e processos de produção, conservação e validação da utilização.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Criar programa que incentive ambientes de negócios favoráveis à inserção de sistemas de distribuição compartilhada para os produtos da bioeconomia; fortalecendo os sistemas rodoviários e de portos estratégicos por calha de rio para potencialidades produtivas de cada município do Estado;

---

▶ Articular com entes públicos e organizações locais para melhorar o direcionamento das pesquisas acadêmicas e garantir o retorno desses estudos para a base;

---

▶ Firmar convênios para melhoramento genético dos sistemas de produção de sementes e mudas; de técnicas de agroecologia; modernização das certificações e rastreabilidade; adequação para acesso a linhas de crédito; e governança local;

---

▶ Incentivar e discutir a criação de distritos bioindustriais no interior do Estado, incluindo os pequenos produtores nos elos mais onerosos das cadeias de valor, nos seguintes segmentos: Alimentos e bebidas; indústria de base madeireira; Agricultura sustentável; Bioquímicos; Florestas; Pesca e Aquicultura; Bioenergia; Biofarmacêuticos; Biocombustíveis; Enzimas; Biossurfactantes; Bioplásticos; Biolubrificantes; Biossolventes; e Semicondutores Biodegradáveis.

---





# PISCICULTURA



---

# CONTEXTUALIZAÇÃO

A valorização dos produtos pesqueiros, tanto pelas suas qualidades nutricionais quanto pela crescente demanda, estimulou o crescimento da piscicultura, tornando-a uma tendência mundial. Em face desta realidade, pode-se afirmar que o momento é extremamente favorável ao desenvolvimento da atividade piscícola no Brasil.

De todas as regiões brasileiras, a Amazônia possui uma das condições ambientais mais favoráveis ao incremento da produção pesqueira nacional através da piscicultura. A região possui mais de sete milhões de hectares de bacias hidrográficas distribuídas entre inúmeros ambientes (rios, lagos e reservatórios) e grande diversidade de recursos biológicos, expressos em mais de seis mil espécies de peixes de água doce, sendo 2,5 mil já catalogadas, equivalente a 75% dos peixes do Brasil e 30% do total conhecido no mundo.

A piscicultura no estado do Amazonas, iniciou na década de oitenta quando foi lançado o programa governamental de apoio ao desenvolvimento da piscicultura no Estado. O Amazonas foi um dos pioneiros na atividade de piscicultura na região Norte.

A piscicultura é a atividade que se apresenta como uma das principais alternativas econômicas para o desenvolvimento do setor primário no estado do Amazonas. É uma das atividades que mais crescem no Amazonas e no Brasil. Atualmente, cerca de 4 mil famílias de produtores rurais estão envolvidas com a atividade, o que leva à necessidade de discutir, ampliar, organizar e implantar novas tecnologias à atividade da piscicultura. (Relatório de Atividades – Idam, 2021).

## MERCADO

O mercado de piscicultura no Brasil está em plena expansão. Se tratando desse mercado, o país é privilegiado pela sua geografia, sendo responsável por grandes mananciais e riquezas naturais, como a Amazônia e o Pantanal, por exemplo.

O país acumula cerca de 12% dos reservatórios de água doce do planeta que, aliados ao

clima propício fazem com que as condições sejam bastante positivas para o desenvolvimento da piscicultura. O Paraná é o campeão brasileiro, seguido por São Paulo, Rondônia, Santa Catarina e Mato Grosso, compondo o top 5 na produção de peixes.

No quesito exportação, a piscicultura brasileira continua em crescimento. Em 2021, o Brasil exportou 78% a mais que em 2020 (U\$ 11,7 milhões), com uma receita de U\$ 20,7 milhões, conforme relatório elaborado pela Embrapa Pesca e Aquicultura em parceria com a Associação Brasileira da Piscicultura (Peixes BR).

Em quantidade, no ano de 2021 os números registrados foram de 9,9 mil toneladas. Já em 2020 foram de 6,7 mil toneladas, representando um crescimento de 49%.

O valor de produção da piscicultura no Amazonas foi de R\$ 105,6 milhões em 2021, apontando crescimento de 22,65% em comparação com o ano anterior (R\$ 86,1 milhões). A expansão foi liderada pela produção de pirarucu (+25,4%), e os peixes mais importantes para o Estado, como tambaqui (+9,8%), matrinxã (+2,1%) e alevinos (+22,3%) também tiveram altas significativas.

## AVANÇOS

A produção da piscicultura brasileira vem crescendo continuamente e a produção de tambaqui na Região Norte contribui com esse crescimento, principalmente nos estados do Amazonas, Rondônia e Roraima.

Desde 2019, a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) entregou mais de 3,7 milhões de alevinos, beneficiando cerca de 2.800 piscicultores da capital e do interior.

O Governo do Estado, por meio da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (Adaf), emitiu a certificação para a primeira fábrica preparada para comercializar, em todo o país, peixes amazônicos com beneficiamento industrial. A Chikó Alimentos, sediada no município de Manacapuru (a 68 quilômetros de Manaus), passou a contar com o registro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA).

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) vem investindo nesse segmento desde 2005, com programas e projetos de pesquisa que incentivam o estudo e o fortalecimento das suas cadeias de valor no Amazonas.

# DESAFIOS

A alimentação do pescado (ração) representa 70% dos custos de produção da piscicultura, além disso, no que diz respeito ao armazenamento e comercialização, há uma baixa qualidade na produção de gelo e ainda os altos custos para implantação dos tanques e outras estruturas de produção e manutenção da atividade.

Outra dificuldade está na orientação técnica continuada para o setor e a qualificação de mão de obra, uma vez que a produção de pescado envolve várias etapas do ciclo produtivo, desde a regularização ambiental, estocagem de peixes, recebimento de alevinos, controle da qualidade da água e gerenciamento adequado das pisciculturas.

A oferta de peixes no mercado ainda é insuficiente, visto que a demanda do pescado no Estado é suprida pelo mercado de outras regiões. Da mesma forma, a confiabilidade das informações do pescado no Estado é um dos grandes desafios para alavancar esse vetor, pois sem informação não há estratégias para o investimento.

Outro desafio está nos problemas sanitários observados nos principais centros de produção, assim como outros entraves, que incluem a falta de fornecimento de energia com qualidade e más condições da estrutura viária regional. Assim como, as restrições ambientais para o licenciamento da piscicultura em larga escala.

No Amazonas, o perfil de piscicultores é quase 100% familiar e para torná-los viáveis técnica e economicamente é imprescindível que se trabalhe intensamente a organização social e produtiva do setor.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Implantar infraestruturas para fabricação de ração, de gelo e câmaras frigoríficas em polos produtores no Estado para fortalecimento da cadeia produtiva;

---

▶ Ampliar assistência técnica e extensão rural para piscicultura visando reduzir os prejuízos com a atividade por falta de orientação técnica e para aumentar a produtividade;

---

▶ Fomentar o desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e rastreabilidade do pescado.

---

▶ Legalizar os empreendimentos aquícolas junto aos órgãos controladores da atividade propiciando pescado com qualidade dentro das normas técnicas;

---

▶ Apoiar e incentivar ações de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Fortalecer programas de capacitação dos produtores em boas práticas de produção, gestão de negócios e empreendedorismo;

---

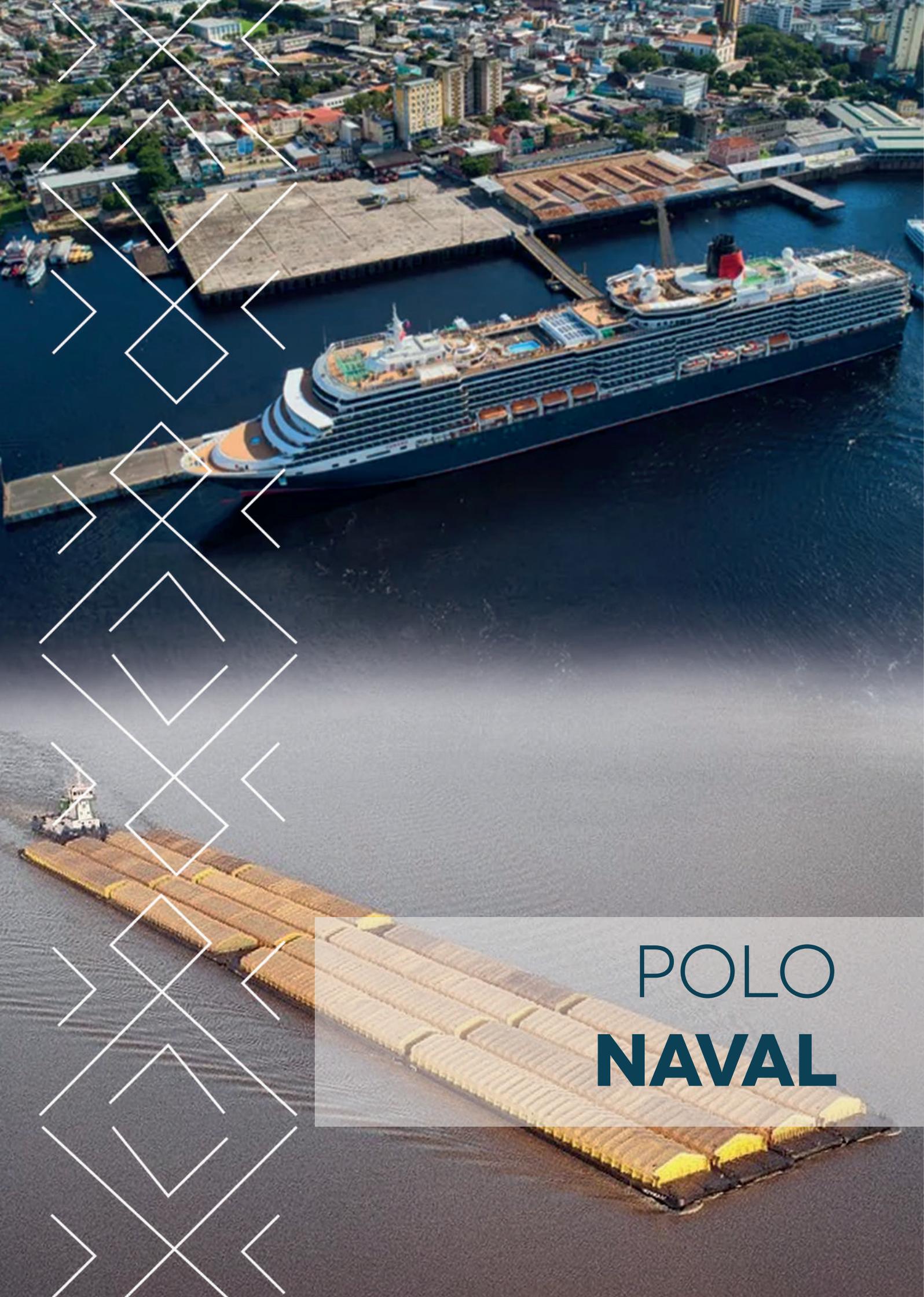
▶ Ajustar o regramento ambiental para dar celeridade ao processo de licenciamento ambiental da piscicultura em larga escala;

---

▶ Fomentar orientação técnica com foco na organização de grupos para fins sociais e econômicos dos piscicultores familiares.

---





POLO  
**NAVAL**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

A quantidade de cursos d'água na bacia amazônica e o apelo por conservação ambiental na região são elementos que apontam a relevância do transporte hidroviário para o Estado.

No ano de 2021 até outubro, mais de 411 mil pessoas no Amazonas utilizaram embarcações para acessar municípios e comunidades, tendo como principal ponto de saída a capital. O modal hidroviário é o principal meio de locomoção da população para outras localidades do Estado. (Arsepam, 2021)

Dados do Sindinaval apontam que 95% do transporte de passageiros entre os municípios é feito via fluvial, assim como o abastecimento dos municípios amazonenses. Portanto, a utilização do modal hidroviário para o transporte de cargas no Amazonas é extremamente relevante.

A frota da região gira em torno de cinco mil barcos, sendo que cerca de 90% são feitos de madeira. Observa-se, no entanto, a tendência de substituição da madeira por aço, um processo possivelmente irreversível, dada a questão crítica da segurança, da classificação e do financiamento quando se trata de embarcações de madeira.

Nesse sentido, o futuro da indústria naval do Amazonas reside na construção de barcos regionais para o aparelhamento da frota usada no transporte de cargas, passageiros, barcos esportivos e iates, de lazer e de turismo.

Além disso, existe a necessidade da construção de estruturas flutuantes para atender as demandas por transporte da indústria e do agronegócio, além de parte da produção *offshore* com pequenos barcos de até 86 metros que também atendem o setor de Petróleo e Gás.

Durante a concepção da Zona Franca de Manaus (ZFM), previa-se a criação dos distritos: Industrial, Agropecuário e o de Construção Naval e Reparos (de navieças ou de componentes).

O Distrito Naval, todavia, não teve sua área definida, o que dificulta, há mais de cinco décadas, as ações para o crescimento da indústria naval e o ordenamento da orla de Manaus.

Destaca-se que atualmente a indústria naval goza de incentivos fiscais do Estado de 100% de crédito presumido do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Projeta-se que com a implantação do Distrito Naval do Amazonas, nas cercanias de Manaus, haja inicialmente a criação de 20 mil empregos com a movimentação de negócios de cerca de R\$ 1 bilhão através da construção de barcos esportivos e de luxo, lazer e turismo, além de unidades flutuantes, balsas e pequenas embarcações (Sindinaval, 2021).

## MERCADO

A industrial naval do Amazonas, configura-se pela existência de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, nas atividades de construção e reparo de variados tipos de embarcações.

Existem no Amazonas mais de 300 estaleiros a maioria de pequeno porte espalhados por todos os municípios. Os estaleiros de reparo ocupam 20% da orla de Manaus, sendo um dos maiores polos de conserto do Estado.

No Amazonas, ocorre a produção de empurradores fluviais desenvolvidos e projetados de acordo com as intempéries naturais dos rios da região, equipados com casco duplo no espaço dos tanques; separador de água e óleo; unidades de tratamento de efluentes de bordo e com padrões ergonômicos adequados a tripulação.

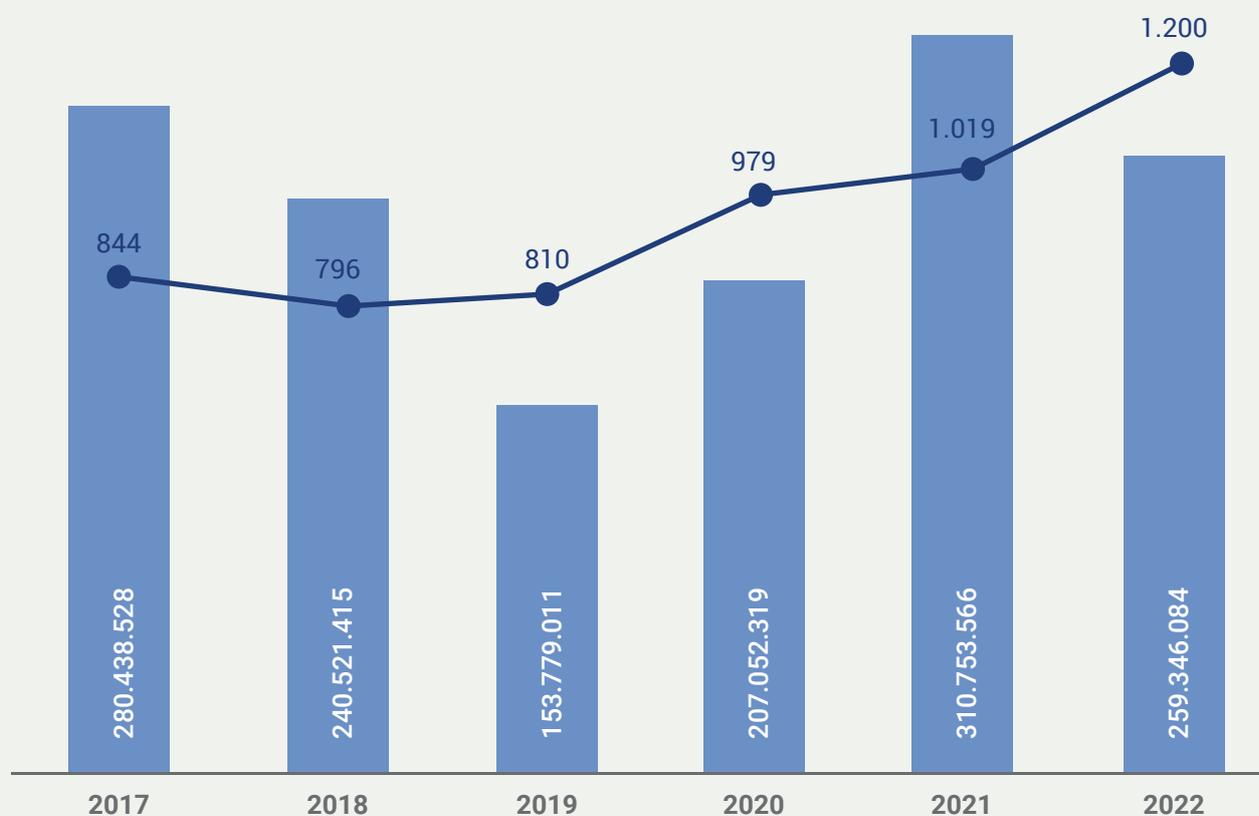
Ocorre também a produção de maneira artesanal das embarcações de madeira, com técnicas passadas de geração em geração, mas que se encontra em processo de substituição.

O subsetor naval emprega em média 890 pessoas por ano, considerando-se o período de 2017 a 2021, com o faturamento de 2021 registrado em aproximadamente R\$ 311 milhões (Figura 14).

A estruturação da Indústria Naval no Estado tem potencial para a geração de grande volume de empregos com mão de obra, em geral especializada e certificada, para atender exigência de mercado.

Obras no segmento naval utilizam mais de 50% de insumos locais, envolvem construções com elevados índices tecnológicos, necessitando de acompanhamento de técnicos da região, e o processo executado por profissionais do lugar.

Figura 14: Faturamento e mão de obra do subsetor naval (2017 a 2022\*)



Fonte: Suframa

Nota: Valores do faturamento em R\$1,00.

Dados médios mensais de Mão de obra efetiva + temporária + terceirizada

Dados de 2022 até julho.

## DESAFIOS

A estruturação de um Distrito Naval vai ao encontro das necessidades da região e do Polo Industrial de Manaus, considerando a prevalência do transporte por meio de barcos no Estado e o menor impacto ambiental no uso do modal hidroviário.

Existem desafios que devem ser considerados para o enfrentamento de gargalos como:

1. Fatores intrínsecos e externos (meio ambiente está se tornando prioritário no

desenvolvimento de novos projetos; sobre-valorização do real frente ao dólar e euro, implica na redução da competitividade dos estaleiros);

2. Com a implantação do Distrito Naval, há de existir uma “pactuação” entre os órgãos reguladores, fiscalizadores e gerenciadores dos incentivos do PIM na construção do Marco Legal Regulatório, em face ao desenvolvimento da atividade econômica naval, tanto para estaleiros quanto para a construção de novos portos;

3. Congregar subsídios para a formatação das diretrizes de uma Política de Construção do Polo Naval no Amazonas, razão pela qual destacamos os pontos principais: Marco Legal e Regulatórios para construção de estaleiros e portos; Implantação de área específica para o Distrito Naval (Indústria Naval);

4. Resolução e Regulamentação da questão fundiária da orla de Manaus;

5. Criar condições para que o Polo Naval seja substituidor de importações.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Estudo de Viabilidade da Indústria Naval:
  - ▶ Dimensionar e mapear o mercado naval local e seus impactos na economia do Estado.

---

- ▶ Novos mercados para embarcações:
  - ▶ Criar e participar em feiras e eventos do segmento;
  - ▶ Aumentar o número de produtores e consumidores de produtos náuticos do Estado.

---

- ▶ Demanda por embarcações gerada pelos grandes investimentos da Petrobrás e por outros importantes projetos nacionais:
  - ▶ mapear e monitorar as demandas do setor produtivo de óleo e gás;

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Articulação com os produtores locais.

---

▶ Produção de peças para o setor naval (Indústria de Navipeças):

▶ Criar um Polo de Produção Nacional de peças do setor naval;

▶ Mapear principais produtos e demandas para o setor;

▶ Realizar capacitação empresarial para melhoria dos processos internos de trabalho nos estaleiros;

▶ Realizar capacitação dos trabalhadores para melhoria dos processos internos de trabalho nos estaleiros;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Participação do Estado na elaboração dos Processos Produtivos Básicos (PPB):

▶ Desburocratizar a elaboração e aprovação do PPB;

▶ Trabalhar as alterações necessárias para que o Estado possa propor PPB's para peculiaridades regionais.

---

▶ Infraestrutura para criação de ambiente logístico favorável e novas áreas para as empresas:

▶ Implantar novas áreas para instalação de empresas e opção de realocação de empresas da orla para o novo ambiente com infraestrutura competitiva.





1896

EDUARDO G. RIBEIRO

**TURISMO**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

No Amazonas, o turismo está associado diretamente a natureza e a cultura dos povos tradicionais. Esse vetor impacta na interiorização da economia do estado. No primeiro quadrimestre de 2022, a movimentação de turistas que visitaram o Amazonas foi de aproximadamente 97 mil. (Relatório do Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2022).

Os segmentos de maior expressão no Estado são os de observação da natureza, pesca esportiva, turismo cultural e náutico. Em Parintins, por exemplo, o festival folclórico dos bumbás Garantido e Caprichoso movimentou, em 2022, mais de 100 mil turistas, representando um aumento de 68,12% em relação a 2019. A receita direta gerada por esses turistas foi de R\$ 112.658.995,23.

Já a pesca esportiva movimenta diversas atividades econômicas influenciadas pelo seu desenvolvimento, como os serviços de traslado, de atendimento ao público, culinário, de artesanato e de guias de pesca. A atividade ocorre dentro de Unidades de Conservação (UCs) gerenciadas pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema), e demais áreas com potencial gigantesco para a busca dos maiores tucunarés do mundo.

Diante desse cenário, o esforço do Estado é preparar atrativos estruturados que possibilitem aos turistas (nacional ou estrangeiro) opções ampliadas para que fiquem mais dias no Amazonas. Atualmente, os principais pontos turísticos de Manaus e do Amazonas são: Encontro das Águas e o Teatro Amazonas.

## MERCADO

O Amazonas possui vantagem competitiva no mercado de Turismo, pois está localizado em meio a maior floresta tropical do mundo, com rica diversidade ecológica e cultural. Em 2009, ganhou o prêmio de melhor destino verde da América Latina, concedido durante o evento World Travel Market, em Londres.

O turismo cultural normalmente está associado ao turismo de aventura, diante dos diversos

eventos (festas, feiras e festivais) e lugares exóticos como arquipélagos, corredeiras, cachoeiras e cavernas, que proporcionam lazer e diversão, tanto aos visitantes quanto a população amazonense.

O Amazonas é o destino de pesca esportiva mais importante do Brasil, considerado pelos praticantes da modalidade como o “Oasis” do turismo de pesca, com destaque para o majestoso Tucunaré Açú (*Cichla temensis*), considerado o peixe símbolo da pesca esportiva conforme o Decreto Estadual N° 39.125, de 14 de junho de 2018.

Atualmente a atividade de pesca esportiva, no Amazonas, passa por um período de evolução, considerando a grande quantidade de operações de pesca registrada em diferentes regiões do Estado. O Amazonas recebe cerca de 25 mil turistas para a prática da pesca esportiva, injetando na economia do Estado um valor estimado de R\$ 500 milhões, sem levar em consideração o valor das embarcações e demais estruturas de operações de pesca.

O Amazonas possui 42 Unidades de Conservação (UCs), onde a maioria possui potencial para a prática da atividade. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDS-Uatumã), que é um modelo do turismo de base comunitária, possui 11 pousadas comunitárias em funcionamento e outras quatro em construção. Por temporada, a média de turistas que frequentam a unidade chega a 1,6 mil pescadores, com preço médio do pacote de R\$ 6.500,00.

## AVANÇOS

A atuação do Estado concernente à regulamentação e cadastro dos prestadores de serviços turísticos, obteve um significativo resultado quanto ao número de empreendimentos regulamentados e cadastrados junto ao órgão oficial de turismo.

Nos últimos anos a atividade avançou nos seguintes quesitos: surgimento de novas rotas aéreas; visibilidade do Amazonas entre os principais destinos do Brasil e na rota dos eventos esportivos mundiais.

Destaca-se ainda, a oferta de novos produtos baseados no Turismo de Natureza (Ecoturismo; Pesca Esportiva; Observação de Aves; Turismo Científico; Turismo de Base Comunitária e Enoturismo).

O ecoturismo se consolidou no Amazonas como uma atividade sustentável, principalmente com a implantação dos chamados hotéis de selva. O Amazonas foi o primeiro a ofertar este tipo de hospedagem, em que as construções são instaladas em meio à selva, na margem dos rios ou flutuantes, e onde os visitantes se acomodam em alojamentos bem estruturados (*resorts*) ou com

quase nenhuma estrutura, acompanhando o modo de vida da população local.

O Amazonas está presente nas feiras internacionais, promovendo o destino preferencial para a prática do ecoturismo e divulgando casos de sucesso como Mamirauá, que enfatiza a prática do turismo sustentável e a preservação da maior parte de floresta preservada da região amazônica.

Ainda se verifica o crescimento do mercado de Etnoturismo, também chamado de Turismo de Experiência ou Turismo de Imersão, que é uma atividade na qual o visitante convive determinado período na comunidade, conhecendo e participando da rotina, dos costumes e da cultura de um determinado povo, especialmente povos indígenas. (Funai/ 2015).

## DESAFIOS

Entre os desafios para o crescimento do Turismo no Amazonas é possível destacar a necessidade de aumentar a captação de eventos nacionais e internacionais, bem como monitorar o plano de desenvolvimento territorial do turismo do Amazonas.

No que tange à infraestrutura percebe-se a necessidade de dinamizar a cadeia do turismo de pesca esportiva, sendo fundamental a construção de terminais fluviais turísticos nas comunidades, como também estruturas para recebimento e entretenimento do turista e da população local.

No âmbito da capacitação, é necessário ampliar em 20% a oferta de vagas em projetos de qualificação profissional, realizar intercâmbio em comunidade indígena com turismo consolidado, além de viabilizar a qualificação sobre trilhas interpretativas.

Pode-se ainda elencar como desafios, a regulamentação de legislação protetiva para o sucesso do turismo de pesca no Estado e a instalação de sete instâncias de governança no Amazonas.

É necessário também atrair indústrias do setor para instalação no Polo Industrial de Manaus (PIM); o desenvolvimento em parceria com as Prefeituras Municipais, ações integradas que fortaleçam o setor; além da realização e apoio aos eventos de pesca esportiva.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Participar de feiras nacionais e internacionais;

---



Resgatar a malha aérea;

---



Promover, divulgar e gerar ações de marketing da marca e destino Amazonas;

---



Promover ações de Famtour (promover e familiarizar os agentes com o produto turístico) e Fampres (promover e divulgar destinos e empreendimentos através do convite de representantes de veículos diversos ligados à mídia);

---



Realizar ações voltadas à conectividade para promoção da atividade turística no Amazonas;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Implantar o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) digital;

---

▶ Realizar reforma do Centro de Apoio ao Turista;

---

▶ Construir infraestrutura para adequação de espaço de interesse turístico, mirante e feira na comunidade Santa Rita da Serra da Valéria;

---

▶ Entregar os terminais fluviais indígenas;

---

▶ Construir o Museu dos Bois de Parintins;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Promover ações integradas de ordenamento com Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) e órgão de fiscalização;

---

▶ Realizar junto ao Cetam curso de guia de turismo regional nos 62 municípios amazonenses, e ampliar em 20% ofertas de fiscalização;

---

▶ Inserir os municípios com vocação no mapa do turismo brasileiro;

---

▶ Qualificar profissionais da área em inglês aplicado ao turismo;

---

▶ Entregar o roteiro Arena de Portas Abertas.

---

# PROJETOS

- Centro de Turismo de Pesca Esportiva

Projeto em estudo: Centro de turismo na Vila de Balbina – Presidente Figueiredo

Refere-se a construção na Vila de Balbina, nos limites da APA Maroaga, de um centro de turismo de pesca esportiva e demais modalidades de pesca. O objetivo do projeto é unir o potencial turístico de aventura, lazer e ecológico, do município de Presidente Figueiredo, ao turismo de pesca em uma região rica e já procurada para pesca esportiva.

Ao contrário de outros locais na Amazônia que dependem muito do regime de águas (seca e cheia), Balbina tem o seu nível de água regulado pela Usina Hidrelétrica, o que faz com que durante o ano todo seja possível pescar, fazendo pescarias com qualidade.

- Parque Temático Cultural

Projeto em estudo: Parque Temático Cultural de Manacapuru

O projeto tem por objetivo a implantação de um Centro de estudos e Pesquisas do meio ambiente amazônico e lazer, e visa atender as instituições Públicas e Privadas, com interesses em estudos sobre o bioma amazônico, atendimento à população de Manacapuru, e ao turismo de visitação e do conhecimento histórico e científico à nível local e internacional.

Componentes do projeto:

a) ESTUDOS E PESQUISAS:

- Centro de convenções Nacionais e Internacionais sobre Meio Ambiente e Biodiversidades da região amazônica.
- Prédio de Parceiros: Universidades e Entidades para Estudos e pesquisa sobre o meio ambiente amazônico.
- Escola técnica do Pescador e Ribeirinho, com cursos de Piscicultura, Conservação do meio ambiente e afins.

## b) PARQUE DE VISITAÇÃO e ESTRUTURA DE APOIO:

Parque de Visitação e lazer permanente destinado à comunidade local, da região Metropolitana de Manaus e ao Turismo de visitação nacional e Internacional

Hospital Regional de Manacapuru com Porto próprio para atendimento aos Municípios limítrofes e as comunidades ribeirinhas da Bacia do Médio Solimões.

Porto do Parque – Apoio aos ribeirinhos da Bacia do Solimões.

- Pesqueiro Público

Projeto em estudo: Pesqueiro Público de Manaus

O projeto refere-se a construção de uma obra emblemática para a cidade de Manaus, conhecida como a capital mundial da pesca esportiva de tucunaré.

O objetivo é a implantação de um Pesqueiro Público na capital, com espaços setorizados para manejo de quelônios, de pirarucu, de peixes ornamentais e para a prática do pesque e solte.

Com a proposta de retratar os diferentes ambientes aquáticos que propiciam a pesca esportiva, considerando as principais espécies e cenários que remetam o nosso Amazonas.



SERVIÇOS  
**ECOSSISTÊMICOS**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

Os serviços ecossistêmicos (SE) são benefícios que o ser humano obtém dos ecossistemas direta ou indiretamente e são classificados em quatro grandes grupos como serviços de Provisão, Regulação, Habitat (suporte) e Cultural. Esses grandes grupos contemplam mais de 20 subserviços, a exemplo da produção de alimentos, regulação do clima, abastecimento de água (doce), ciclagem de nutrientes e fertilidade dos solos.

O Amazonas possui 97% da sua cobertura vegetal preservada, considerado um dos maiores prestadores de serviços ecossistêmicos do mundo. Somente com as Glebas Estaduais não arrecadadas, que equivalem aproximadamente 25,6 milhões de hectares, há uma estimativa de poderem gerar algo em torno de R\$ 575 bilhões por ano em serviços ecossistêmicos.

Seguindo os parâmetros e variáveis desenvolvidas e validadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), estima-se que o bioma amazônico produz cerca de R\$ 23 mil por hectare de serviços ecossistêmicos por ano.

Para monetizar os serviços ecossistêmicos, no Amazonas, é preciso viabilizar mecanismos jurídicos e institucionais de forma a lastrear esses serviços prestados, permitindo que o Estado tenha condição de se tornar um grande comprador-pagador de serviços ecossistêmicos das áreas particulares e unidades de conservação estadual.

## MERCADO

O mercado de pagamentos por serviços ambientais foi impulsionado com a definição do protocolo de Kyoto em 1997. No Brasil, o pagamento por serviços hídricos foi pioneiro na valoração da biodiversidade, seguido pela criação do mercado voluntário de crédito de carbono que deu amplitude nesse processo.

O valor das transações do mercado voluntário de carbono, que não depende de legislação, chegou à marca de aproximadamente US\$ 2 bilhões em 2021, número quatro vezes maior que o registrado no ano anterior e com potencial para atingir US\$ 50 bilhões até 2030, considerando-se valores acumulados.

No Brasil, o mercado de carbono é regulado por meio do Decreto Nº 5.882, de 2006 e o Decreto Nº 11.075, de 2022, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Este arcabouço legal garante o mais moderno e inovador mercado regulado de carbono, com foco em exportação de créditos, especialmente para países e empresas que precisam compensar emissões para cumprir com seus compromissos de neutralidade de carbono.

Outro serviço monetizado no país é a Cédula de Produtor Rural Verde (CPR-Verde), título de crédito que possibilita ao produtor rural financiar atividades de reflorestamento e manter a vegetação nativa em sua propriedade. Com essa Cédula de crédito, o produtor pode negociar trabalhos realizados de proteção ao meio ambiente na propriedade, a exemplo da preservação das nascentes e conservação da biodiversidade.

Na prática, o produtor que preserva a vegetação nativa recebe recursos financeiros, ativos ambientais, para trocar ou negociar com empresas ou instituições que tenham interesse em fazer a compensação de carbono ou proteger determinada área de relevância da biodiversidade.

A estimativa de mercado para esse segmento é de R\$ 30 bilhões nos próximos quatro anos. Vale lembrar que o CPR-Verde é gerado a partir de alguns dos 20 principais subserviços ecossistêmicos que os biomas nativos fornecem.

Em São Paulo existe o repasse da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-Ecológico) aos municípios que é uma política que condiciona e dirige o repasse de uma parte da receita do ICMS já arrecadado pelo Estado aos respectivos municípios, com base em critérios ambientais. Em 2021, os repasses aos municípios correspondem a aproximadamente a R\$ 186 milhões.

Diante de tantas possibilidades de utilização dos instrumentos tributários e financeiros para a defesa do meio ambiente, a concessão de benefícios fiscais nas hipóteses de resguardo e proteção do patrimônio natural vêm sendo utilizada pelos entes dotados da competência.

## AVANÇOS

A publicação da Lei Nº 14.119 de 2021, que regulamenta o pagamento por serviços ambientais, trata-se de uma forma de incentivo à conservação e desenvolvimento sustentável pela remuneração em troca do bem preservado.

Essa lei representa um avanço nessas questões, com a criação de uma política de

pagamento por serviços ambientais, determinando objetivos, diretrizes e um Programa Federal de Pagamento por esses Serviços (PFPSA) com foco em ações de manutenção, recuperação ou melhoria da cobertura vegetal em áreas consideradas prioritárias para a conservação, nas ações de combate à fragmentação de habitats, para a formação de corredores de biodiversidade e conservação dos recursos hídricos.

O avanço mais recente do estado do Amazonas, foi a assinatura do Decreto N° 46.596 de 10 de novembro de 2022, que estabelece cotas e a alocação dos créditos de carbono disponíveis para comercialização. Ao todo, mais de 809,6 milhões de toneladas de carbono (tCO<sub>2</sub>e) estão disponíveis para venda, com potencial de captação que vai de US\$ 1,6 a US\$ 2,4 bilhões.

## ATIVIDADE SUSTENTÁVEL

Os recursos lastreados e convertidos em criptomoeda, a partir da monetização dos Serviços Ecosistêmicos gerados nas terras do Estado, irão beneficiar diretamente unidades de conservação e propriedades rurais, disponibilizando valores para financiar atividades econômicas sustentáveis, como as cadeias produtivas da bioeconomia e a recuperação de áreas degradadas. Essas ações irão reduzir os problemas sociais e fundiários, assim como o desmatamento ilegal e a redução na emissão de gases do efeito estufa.

## DESAFIOS

A valoração monetária da natureza é realidade mundial, para a conscientização pública acerca dos problemas decorrentes do consumo ambiental globalizado. Da exaustão do capital natural, surge o que pode ser considerada uma importante inovação de política ambiental dos últimos tempos: o mercado para serviços ecosistêmicos. Criar este mercado significa dotar de valor econômico os serviços ecosistêmicos prestados atualmente de forma gratuita.

O Amazonas possui mais de 97% do seu território intacto e surge com grande potencial de ser o maior gerador – pagador por serviços ecosistêmicos, tanto em áreas públicas quanto particulares, construindo assim, uma nova matriz econômica ambiental com benefícios sociais, ambientais e descentralizados.

Para tal, a necessidade de estruturação do mercado de pagamentos por Serviços

Ecosistêmicos, no Amazonas, passa inicialmente pela insegurança jurídica, no que tange a regularização fundiária e ambiental, que pouco avançou nos últimos anos, e possui um sistema fragilizado, com poucos recursos humanos, infraestrutura precária, sem padronização e integração de bases tecnológicas (sistemas de operação) entre os órgãos responsáveis.

Outro desafio é a conectividade no estado do Amazonas, que deve ser entendido como um problema amplo, que prejudica a saúde, a educação, a segurança, o desenvolvimento profissional e direitos básicos, pois menos da metade da população tem acesso à internet e muitas das vezes com baixa qualidade. Nesse sentido, há a necessidade do Estado fortalecer os programas de acesso à conectividade no interior do Amazonas.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Mobilizar a Assembleia Legislativa do Amazonas para aprovação da Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos (PEPSE);

---

▶ Instituir o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA);

---

▶ Criar uma Agência de Floresta gerenciadora do PEPSA dotado de personalidade jurídica de direito público, vinculado ao órgão de gestão responsável, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa e financeira, sediada na comarca de Manaus, com a finalidade de executar a política de pagamento por serviços ecosistêmicos no Amazonas em consonância com as macropolíticas de desenvolvimento do Estado;

---

▶ Criar *Fintech* estadual para gerir e movimentar os ativos financeiros ecosistêmicos; Moeda digital (BioCash); monetização dos ativos da floresta agregando o *Blockchain* como vetor tecnológico na proposta, para blindá-la das oscilações do mercado financeiro, como troca de governos, guerras ou inflação;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Agregar valor financeiro à Criptomoeda na Bovespa e dar amplitude aos ativos, permitindo a exposição ou saída imediata ao ativo a preços de mercado;

---

▶ Criar Bolsa de Valores para negociação dos ativos ecossistêmicos, um ambiente de negociação escalonável dos ativos com segurança, confiabilidade e transparência.

---

▶ Estabelecer Plano Emergencial de Regularização Fundiária; para resolver o principal gargalo que inviabiliza quaisquer ações de desenvolvimento que demande identificação, localização e titulação de propriedades;

---

▶ Articular aplicação de Termo de Execução Descentralizada (TED) na agenda prioritária de conectividade do Estado;

---

▶ Fortalecer e expandir os programas de acesso à conectividade no interior do Amazonas, como o Programa Wi-fi Brasil (disponibiliza internet via satélite e via terrestre por meio de antenas e roteadores em locais públicos) e o Programa Amazônia Conectada (Implantação de rede de fibra ótica subfluvial), o qual pretende levar até 2024 a infraestrutura pelo Rio Solimões até Atalaia do Norte.



AGRICULTURA  
**FAMILIAR**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

**D**e acordo com a Lei Nº 11.326, para ser classificado como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar e ter gestão estritamente familiar.

Considerando os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, segundo o IBGE, os estabelecimentos de agricultura familiar têm participação significativa. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

No Amazonas, a agricultura familiar se encontra nas atividades agrossilvipastoris, floresta associada com cultivos agrícolas e atividades pastoris, e produção em pequena escala. Contribuindo no Estado com a produção de banana, cupuaçu, açaí, feijão, hortaliças, mandioca, abacaxi, milho, guaraná, cacau, arroz, entre outros. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam) no ano de 2021, o Estado cadastrou e atendeu cinquenta e um mil oitocentos e dezessete (51.817) agricultores familiares.

Além da produção de alimentos, a agricultura familiar agrega outra característica que é a sua capacidade de deter mão de obra e gerar postos de trabalho no meio rural, numa perspectiva diversa da lógica empresarial rural. A agricultura familiar é responsável pela maior parte dos postos de trabalho no meio rural. Esta particularidade confere a agricultura familiar uma grande importância no desenvolvimento rural e na dinamização das economias locais. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

# DESAFIOS

No entanto, apesar de tanta importância, a agricultura familiar do Estado carece de maior atenção e apoio. Conforme estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Amazonial Ocidental) os problemas do setor consiste em:

1. Baixa adoção e utilização de tecnologias da Embrapa no Estado;
2. Isolamento geográfico da maioria das regiões do Estado;
3. Solos de baixa fertilidade natural;
4. Dificuldade de acesso ao crédito e alto nível de inadimplência;
5. Dificuldade de aquisição e alto custo de insumos;
6. Baixa regularização fundiária no Estado;
7. Clima quente e úmido, que favorece incidência de doenças, pragas e daninhas;
8. Dificuldade de acesso à assistência técnica frequente;
9. Problemas logísticos nas ações de transferência de tecnologia devido ao tamanho do Estado;
10. Gargalos de beneficiamento, processamento, industrialização e comercialização;
11. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) incompleto para o Amazonas;
12. Baixo empreendedorismo agropecuário regional;
13. Cadeias produtivas não completamente estruturadas;
14. Baixo uso de mecanização agrícola;
15. Baixa organização social dos agricultores (associativismo e cooperativismo);

16. Baixo número de viveiristas/produtores credenciados para produção de sementes e mudas;

Alguns desses itens fogem de gestão planejado, por exemplo: clima quente e úmido e o isolamento geográfico. Outras questões já estão em andamento e previstas neste documento, como são os casos do ZEE, dos solos de baixa fertilidade e aquisição de insumos a alto custo.

Embora sejam situações bem conhecidas, nas questões da agricultura familiar, os especialistas da Embrapa construíram uma matriz de análise para as soluções das questões postas, categorizando o padrão de urgência, e os níveis de impactos (Tabela 6).

**Tabela 6.** Matriz de análise de impacto de urgência na resolução dos problemas

URGÊNCIA	IMPACTO		
	ALTO	MODERADO	BAIXO
Imediata	5,6,8	-	-
Média	4, 14	3, 7, 9, 13, 16	-
Longa	1,2,11	12,15	10

**Fonte:** Embrapa, 2021

A matriz aponta para cada problema enumerado anteriormente uma caracterização quanto à urgência (imediata, média e longa) e quanto ao impacto (alto, moderado e baixo). Sendo assim, a numeração representa o problema apresentado conforme a lista. Fazendo uma análise para o problema 1) baixa adoção e utilização de tecnologias da Embrapa no Estado, esse está locado na coluna "ALTO" e linha "LONGA", ou seja, é um problema a ser resolvido a longo prazo, porém de alto impacto.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Elaborar o Plano Estadual de Agricultura Familiar;

---



Fortalecer a relação com agentes do órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), tornando efetiva a referida assistência técnica;

---



Ampliar o acesso às linhas de crédito direcionadas a agricultura familiar, flexibilizando os normativos não ambientais, de sorte efetivar o uso desse fator de produção;

---



Estruturar parcerias técnicas com institutos de pesquisa e extensão para adoção de tecnologias validadas;

---



Organizar e fomentar a operacionalização das políticas públicas federais e estaduais já existentes como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP), Cadastro Ambiental Rural (CAR);

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Fomentar o aumento dos programas de compras governamentais:

- ▶ Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae);
- ▶ Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar, Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme);
- ▶ Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove);
- ▶ Programa de Garantia do Preço Mínimo para Produtos da SocioBiodiversidade (PGPMBio);
- ▶ Subvenção Estadual da Borracha Natural e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

---

▶ Estruturar e intensificar os Programas de Capacitação Tecnológica para os Agricultores Familiares;

---

▶ Apoiar na implantação de infraestrutura de escoamento da produção (estradas e vicinais).

---





# AGRICULTURA **EMPRESARIAL**



---

# CONTEXTUALIZAÇÃO

**A**gricultura empresarial, responsável pela produção em larga escala, é um vetor que oportuniza o desenvolvimento econômico, gerando renda, oportunidades no campo e ainda inserindo tecnologia no processo de produção.

A produção de grãos na região sul do Amazonas, por exemplo, apresenta potencial para expansão, visto que dispõe de 100 mil hectares de campos naturais disponíveis para produção. Em 2018/2019 a produção de grãos na região foi 11 mil toneladas. (Secretaria de Estado de Produção Rural- Sepror, 2019)

O Amazonas tem vocação para produzir com sustentabilidade, somente na região sul do Amazonas existem cerca de 2,1 milhões de hectares de áreas antropizadas, ou seja, localidades onde é possível produzir alimentos sem precisar desmatar, são áreas já consolidadas.

Outras cadeias produtivas também apresentam potencial em sub-regiões do Estado, é o caso do açaí na sub-região do Rio Negro e Solimões, mais precisamente nos municípios de Anori e Codajás, da banana e do cacau na sub-região do Madeira, da avicultura e citrus na região metropolitana e do abacaxi no município de Itacoatiara. No entanto, tais cadeias precisam de grande atenção para chegarem ao status de produção em escala comercial crescentes e sustentáveis.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, com cerca de 45 milhões de toneladas ao ano, ficando atrás da China e Índia. A maior parte desta produção é voltada para o mercado consumidor interno e somente 2,5% é exportada. (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa)

## MERCADO

No Amazonas, precisamente na região sul do Estado é possível mensurar crescimento nas atividades de pecuária sustentável, produção de soja e milho safrinha. Considerando os 2,1 milhões de hectares de áreas antropizadas é possível investir na recuperação de pastagens cultivadas e na expansão de grãos com alta escala de rendimento.

Essas atividades podem atrair investidores e, se desenvolvidas nas áreas mencionadas podem gerar receitas de mais de R\$ 7 bilhões por ano na economia e milhares de empregos diretos e indiretos. Ao comparar o valor gerado com o faturamento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor agro de 2020 que foi de R\$ 6 bilhões, estima-se que, aumentando o cultivo nas áreas disponíveis já antropizadas, é possível dobrar a participação do agronegócio, no Estado, para R\$ 13 bilhões somente trabalhando a região sul do Amazonas.

Na geração de receitas tributárias relacionadas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é possível arrecadar até R\$ 701,5 milhões, considerando para pecuária sustentável 5% de tributos do total de R\$ 1,63 bilhões, e para soja/milho 10% de tributos do valor de R\$6,2 bilhões. (Convênio ICMS 100/97- Regulamento do ICMS/AM- Decreto N° 20.689/ Sepror, 2019).

## DESAFIOS

A agricultura amazonense encara há décadas diversos desafios, muitos programas e projetos já foram pensados e desenhados, mas nem sempre alcançaram os resultados almejados. Faz-se necessário dar um grande salto alicerçado em ganhos de qualidade, produtividade e sustentabilidade.

Solucionar problemas que desafiam governos há décadas exige contrapartida efetiva da corrente de forças parceiras, aporte de recursos humanos e financeiros, sistemas de produção tecnicamente ajustados, e ainda ampliação do quadro de profissionais - técnicos especializados – visto que a falta de assistência técnica qualificada e continuada é um entrave no setor.

As disfunções mencionadas são potencializadas pela baixa relação entre sistemas de produção ajustados às vocações potenciais e as alternativas agroeconômicas apontadas pelos Zoneamentos Ecológico-Econômico (ZEE's) e pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC).

São propositos do governo do Amazonas intensificar a atração de investidores na economia rural do Estado, fundamentada em sistemas de produção efetivamente sustentáveis.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Produzir de forma sustentável, em escala comercial, produtos agropecuários com suporte da pesquisa e apoio técnico especializado;

---

▶ Incentivar a implantação de infraestruturas de beneficiamento para elevar a qualidade do produto, garantindo competitividade em escala nacional;

---

▶ Viabilizar infraestrutura de estradas, ramais e vicinais;

---

▶ Ampliar o número de técnicos que atuam com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no interior do Amazonas;

---

▶ Apoiar a implantação de infraestrutura de processamento e armazenamento de grãos na região sul do Amazonas;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico nas mesorregiões do estado, e o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para as culturas de relevantes interesses econômicos que ainda não foram objetos da referida ação;

---



Avançar na regularização ambiental e fundiária, descentralizando essas ações para as cidades polos das mesorregiões, aumentando a efetividade do ordenamento territorial e ambiental.

---



# ARTESANATO



# CONTEXTUALIZAÇÃO

O artesanato é uma das formas mais tradicionais de expressão e disseminação cultural do povo amazonense. A prática artesanal não retira a identidade dos produtos fabricados manualmente, possibilitando a comercialização a preço justo.

Como atividade econômica e social, o artesanato alia cultura, tecnologia e criatividade, que geram receitas e movimentam a economia amazonense.

*“O artesanato é um setor que precisa ser incentivado pois mexe com toda uma cadeia produtiva. Ele começa pequeno e envolve várias pessoas que trabalham junto com o artesão, todos crescem. Ele passa pelo pequeno produtor, plantando suas árvores e colhendo suas frutas. Pelo setor de reciclagem, que corta, faz a limpeza e vende as sementes. Passa também pelo setor de beneficiamento, que está crescendo no Amazonas. Já existe um estudo para melhor aproveitamento destes insumos”, destaca a design de biojoias, a artesã Rita Prossi (2022).*

As habilidades artesanais das comunidades indígenas e ribeirinhas do Estado evidenciam o valor dos recursos naturais, impulsionando os pequenos negócios do setor artesanal.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) tem buscado parceiros, a exemplo do Convênio firmado com o Ministério da Economia, que possibilitou a otimização de produtos artesanais de municípios como Benjamin Constant e São Gabriel da Cachoeira.

Esse Convênio agregou qualidade e valor ao produto original, fazendo com que as cestarias, bolsas e artefatos indígenas ganhassem uma nova roupagem. Além disso, a iniciativa visa desenvolver o selo amazônico, possibilitando ao artesão a correta apropriação e comercialização de sua cultura. Somente em 2022, cerca de 220 artesãos foram capacitados, beneficiando mais de 500 famílias e várias comunidades.

Para o artesanato existe uma legislação específica descrita na Portaria Nº 1007 de 2018, destacando o conceito de artesanato, seus materiais, suas técnicas e todo o escopo que faculta ao artesão uma Carteira específica, descrita nesta Portaria, aplicada no Estado através da Lei Estadual Nº 3.003 de 2005.

*“A Europa e os Estado Unidos estão de olho nas nossas criações, porque somos um povo criativo. Nós transformamos uma semente em joia, um pedaço de madeira em uma escultura. Esse “nós” é o nosso setor”, enfatiza a artesã Rita Prossi (2022).*

## MERCADO

Uma comunidade que tem o artesanato como atividade principal mostra que esse vetor econômico é capaz de gerar renda para famílias a partir de recursos naturais encontrados na própria região. Consequentemente conscientizando e incentivando outros moradores a optarem pelo artesanato, reduzindo o êxodo rural.

No período de 2019 a 2022, mais de 170 empreendimentos que trabalham com economia criativa, no Amazonas, foram cadastrados pela Setemp.

Em 2021, na comercialização de produtos artesanais foram registrados mais de R\$ 1,5 milhão, que se comparada com 2020 quando a comercialização foi de R\$307 mil, o aumento é de 401%.

O artesanato é um importante trabalho que possibilita ao pequeno empreendedor o acesso ao microcrédito, capacitações diversas e atendimento direcionado. É o Governo do Amazonas apoiando o pequeno produtor a melhorar a infraestrutura do seu negócio e oportunizando renda.

## ARTESANATO NO AMAZONAS



### SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Cestarias, decorativo e acessórios  
Feitos da fibra de arumã, argila e fio de tucum.



## BENJAMIN CONSTANT

Cestarias, decorativo e acessórios  
Feitos da fibra de arumã, fio e palha de tucum, pena e madeira

---



## BARCELOS

Acessórios, utilitários e decorativos  
Feitos de fibra da piaçava, e fio tucum, e cipó

---



## CAREIRO CASTANHO

Decorativos e acessórios  
Feitos do cipó amber e tática

---



## SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Acessórios, utilitários e decorativos  
Feito de fibra da piaçava, fio tucum e cipó

---



## TABATINGA

Acessórios, utilitários e decorativos  
Feito de fibra de arumã, palha do tucumã, fio de tucum, pena e cipó



## ATALAIA DO NORTE

Acessórios, decorativos e utilitários  
Feitos de sementes, madeira, fio de algodão, fio de tucum, palha de tucumã e pena

---



## NOVO AIRÃO

Acessórios, decorativos e utilitários  
Feitos de fibra de arumã, madeira e cipó

---



## RIO PRETO DA EVA

Produtos decorativos  
Feitos da fibra de arumã

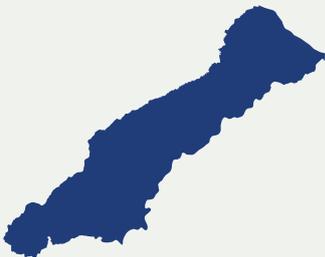
---



## MARÃ

Produtos decorativos e utilitários  
Feitos da fibra de cauçu

---



## TEFÉ

Produtos decorativos e utilitários  
Feitos de madeira



## MANAUS

Produtos decorativos, acessórios, utilitários, lúdicos  
Feitos de madeira, semente, penas, metais, fio e tecidos, fio de tucum, fibras, fio de algodão, couro, material sintético e argila



## ITACOATIARA

Acessórios, decorativos  
Feitos de palha de tucumã, sementes e madeira



## MANACAPURU

Acessórios, decorativos  
Feitos de sementes, pena, fios e tecidos



## PARINTINS

Acessórios, decorativos e utilitários  
Feitos de penas, sementes, madeira e metais



## BARREIRINHA

Acessórios, utilitários e decorativos  
Feitos de madeira, sementes e fio de tucum

# DESAFIOS

Com a pandemia de Covid 19, o cenário do mercado artesanal teve que ser remodelado em virtude do tempo que as pessoas passaram mais em suas casas. Com isso, o produto artesanal passou a ter várias utilidades, deixando de seguir as tendências do mercado.

O elevado número de artesãos sem a carteira nacional de artesão é outro desafio, visto que inviabiliza o acesso à benefícios como a participação em feiras e a insenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). No Amazonas, estima-se a existência de aproximadamente 8 mil artesãos. No entanto, o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro registra o total de 5.453 cadastros.

Nos grandes centros de produção artesanal, o acesso ao mundo digital é quase zero. Essa falta de conectividade inviabiliza a divulgação de produtos, a participação em rodada de negócios e a emissão de notas fiscais. Também se apresenta como desafio na comercialização de produtos regionais, a ausência de espaço físico adequado que possa centralizar os produtos regionais.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Estimular e promover a ampliação do portfólio de produtos produzidos pelos artesãos visando novos mercados;

---

▶ Expandir a emissão da carteira nacional de artesanato para diversos pontos do Estado;

---

▶ Incentivar o uso de ferramentas e plataformas digitais para a divulgação dos produtos de artesãos indígenas, ribeirinhos, cablocos e de áreas urbanas;

---

▶ Implantar uma Central de Artesanato do Estado do Amazonas, ambiente exclusivo para comercialização do artesanato regional.

---

▶ Articular a criação de novas linhas de crédito para estimular o empreendedorismo no setor artesanal.

---





# AÇÕES ESTRUTURANTES





# LOGÍSTICA



# CONTEXTUALIZAÇÃO

○ Amazonas possui aproximadamente 1.036 km de rodovias estaduais e cerca de 1.805 km de rodovias federais, somando total de 2.841 km de vias.

Na região Metropolitana de Manaus (RMM) está concentrada a maior infraestrutura de rodovias e vicinais do Estado, representando 37,13% do total, seguida da calha do Madeira com 17,97%, Purus com 11,93%, Baixo Amazonas 9,62% e Rio Negro/Solimões com 9,28%.

○ crescimento das operações no Polo Industrial de Manaus (PIM) e os outros entrantes da economia, como as cadeias de valor da Bioeconomia no interior do Estado, deverão ser acompanhados por melhores investimentos em infraestrutura logística, algo em torno de R\$ 3,1 bilhões, o equivalente a 2,5% do PIB do Estado, em 2021, para sustentar a expansão em processo de crescimento.

○ compromisso com a descentralização das matrizes produtivas, tanto no que se refere ao PIM, como aos arranjos produtivos locais que são capazes de minorar os efeitos das diferenças mesorregionais, demandam por ações vigorosas, destinadas a diminuir o espectro de dificuldades competitivas. Também requerem que o Estado promova a recuperação e ampliação de rodovias e vicinais estaduais, bem como a construção de grandes portos nas calhas dos seus principais rios para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias.

Para o Estado avançar em seu desenvolvimento, a infraestrutura logística precisa ter destaque, pois dela depende a integração do interior do Amazonas à capital e aos centros econômicos do país e do mundo.

As importações no Estado ocorrem preponderantemente por via marítima e eventualmente aérea no caso de componentes eletrônicos compactos e de alto valor agregado. A origem das importações são cerca de 78% oriundas da Ásia via canal do Panamá chegando a Manaus pelo Rio Amazonas. Não existem outras rotas regulares via pacífico por meio dos países vizinhos (Peru, Colômbia, Venezuela ou Guiana Inglesa).

Ressalta-se, portanto, a necessidade de expandir a infraestrutura logística da região metropolitana de Manaus integrando os municípios que a compõe.

# DESAFIOS

Os desafios socioeconômicos do Amazonas estão diretamente ligados a sua baixa competitividade operacional. A sua infraestrutura logística do Estado impacta negativamente os custos de produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização local dos produtos da Bioeconomia, bem como na sua exportação.

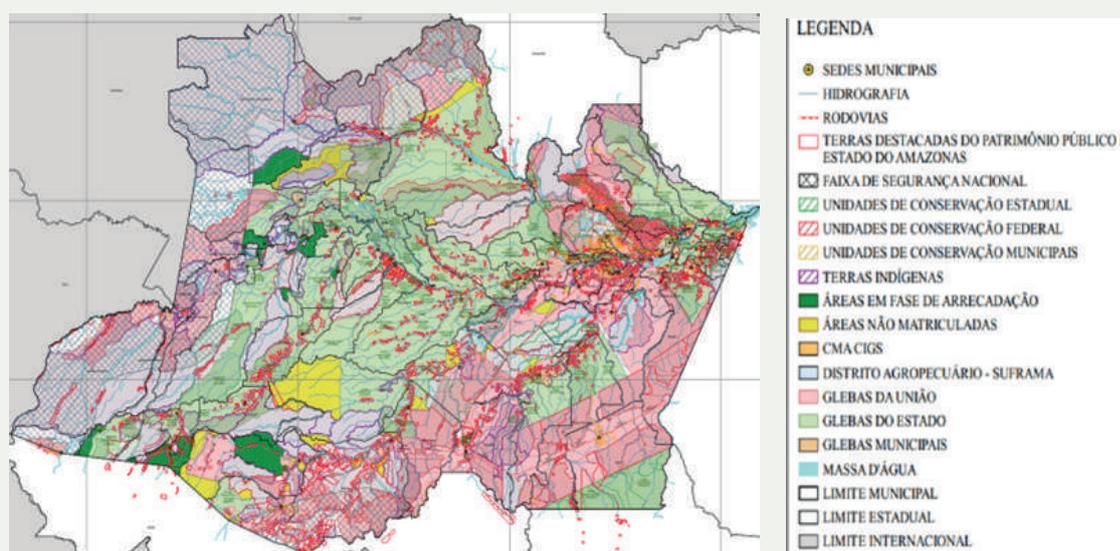
A estruturação do transporte hidroviário no interior é um dos grandes desafios para dar vazão à produção local e viabilizar a circulação de pessoas entre os municípios de uma mesma calha de rio ou mesorregião.

Outro desafio apontado é a logística interoceânica, se apresentando como via alternativa para o escoamento da exportação e importação de produtos do Estado e a criação de novos negócios.

A falta de governança logística dificulta a unificação e simplificação dos diversos serviços de fiscalização existentes, vinculados a vários órgãos, nos portos, aeroportos e rodovias, considerando as especificidades dos modais e tipos de cargas transportadas.

A baixa integração das rodovias (BR 174 – 319 – 317 – 230 – 307 e 210) e das rodovias estaduais e estradas vicinais aos portos e aeroportos regionais e internacionais limita a circulação no Estado.

**Figura 15.** Mapa da situação Fundiária do Estado do Amazonas



Fonte: Sect

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Implementar marco regulatório da navegação fluvial do Estado e o Programa Estadual de Competitividade Logístico-Operacional; regulamentar a mobilidade de mercadorias e de passageiros, dotar os rios com rota intensa de carga, de calado e sinalização, visando solucionar as dificuldades de navegabilidade;

---



Construir Portos de referência mesorregional; melhorias e ampliação dos portos de Humaitá, Tabatinga, Fonte Boa, Carauari, Tefé, Coari, Beruri, Manacapuru, Manaus, Nova Olinda do Norte, Autazes, Itacoatiara e Parintins, considerando as suas localizações estratégicas para a economia do Estado; potencializando o transporte de pessoas e mercadorias com agilidade e segurança nos municípios amazonenses, melhorando a capacidade e estrutura física dos portos;

---



Realizar estudo de viabilidade técnico-operacional ambiental no oeste do Amazonas; para entrada e saída de Produtos via Oceano Pacífico e Caribe;

---



Mobilizar a base parlamentar na câmara federal para inclusão da pauta de integração das rodovias (BR 174 – 319 – 317 – 230 – 307 e 210) no Plano Nacional de Transporte e Logística.

---





ZONEAMENTO  
ECOLÓGICO  
**ECONÔMICO**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como ponto de partida para a diversificação da economia do Estado é de fundamental importância na definição de ocupação e uso dos recursos naturais, de modo a possibilitar o seu desenvolvimento, a geração de riqueza e, em última análise, o bem-estar da população, respeitando as peculiaridades regionais para o desenvolvimento sustentável do Amazonas.

O ZEE fornece subsídios para o aproveitamento sustentável das potencialidades naturais. E como instrumento político de regulação do uso do território, permite a integração das políticas públicas, descartando o convencional tratamento setorializado, além de aumentar a eficácia das decisões políticas. O ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, leva em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas.

No cenário jurídico institucional estruturante, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) por meio da Lei N.º 6.938/1981 instituiu o ZEE no sentido de promover o desenvolvimento territorial sustentável do país, compatibilizando desenvolvimento econômico com conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população. Já no final da década de 80, o Governo Federal instituiu o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Lei N.º 96.944/1988), no qual o ZEE foi estabelecido como instrumento de ordenamento territorial no Brasil (Ministério do Meio Ambiente, 2016).

No Amazonas, as ações do ZEE iniciaram em 2009 com o detalhamento do zoneamento na escala de 1:250.000 nos 62 municípios do Estado, divididos em nove sub-regiões, iniciando pela sub-região do Purus, definido por ordem de prioridade.

Em 2011, foi realizado um estudo para a sub-região do Purus, municípios de: Lábrea, Boca do Acre, Canutama, Pauini e Tapauá, na escala de 1:250.000 – Lei N.º 3.645, de 08/08/2011, detalhando as suas características físico-bióticas, socioeconômicas, as áreas protegidas e a situação fundiária, possibilitando o zoneamento da sub-região. O ZEE do Purus está aguardando homologação do governo federal e em fase de atualização.

No cenário atual, foi assinado o Decreto N.º 43.502 de 02 de março de 2021 pelo Governo do Amazonas, que reorganiza a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico- Econômico (CEZEE). Em 2022, assinou o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Acre) para realizar a atualização do ZEE da sub-região do Purus. A meta é concluir a atualização até o 1º semestre de 2024.

Para 2023, o Governo do Amazonas implementará ações operacionais para acelerar a realização dos ZEEs nas mesorregiões do rio Madeira e sul do Amazonas, assim como das regiões metropolitana de Manaus, baixo Amazonas e calhas dos rios Negro, Juruá e Solimões.

Uma vez regulamentado e implementado no Estado, o ZEE viabilizará o acesso facilitado a várias políticas públicas, como o financiamento de empreendimentos visando o desenvolvimento econômico territorial do estado do Amazonas, por bancos nacionais e internacionais, como também a possibilidade de redução da Reserva Legal no Bioma Amazônia de 80% para 50%.

## DESAFIOS

○ Estado tem o desafio de realizar o ZEE, para conhecer com profundidade as características dos recursos naturais, da socioeconomia e das questões políticas; mapear as vocações e potencialidades de uso econômico, com vistas a subsidiar as tomadas de decisão; políticas para o desenvolvimento sustentável de baixas emissões, e envolver as comunidades locais a partir da articulação e diagnóstico.

As alternativas para o desenvolvimento precisam ser conhecidas e entendidas pelos atores, visto que a falta de conscientização da população e a falta de informação ao agricultor sobre proteção ambiental, manejo adequado, alternativas de uso, e ainda a descontinuidade de projetos, cria descrença e desestimula a participação.

Implementar todos esses planos e estratégias do ZEE somente será alcançada se for impulsionada por forças políticas, econômicas e sociais, comprometidas com princípios, critérios e práticas da sustentabilidade.

Para tanto, é necessário atender as condicionantes citadas na Resolução N<sup>o</sup> 3.545/2008 do Conselho Monetário Nacional, na Lei Federal N<sup>o</sup> 11.952/2009 que dispõe sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal e na Portaria N<sup>o</sup> 01/2012, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Bem como atender ao Novo Código Florestal (Lei Federal N<sup>o</sup> 12.651, de 25 de maio de 2012) que estabelece o prazo de cinco anos para que todos os Estados elaborem e aprovem o ZEE, segundo metodologia unificada e estabelecida no Decreto federal N<sup>o</sup> 4.297 de 10 de julho de 2002.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Alocar recursos e estabelecer metas territoriais para a elaboração do ZEE na escala 1:250.000, e já iniciar a elaboração do ZEE em 1:100.000 nos municípios com maior potencialidade e com as maiores taxas de desmatamento;

---



Estimular a participação ativa e institucional, em todas as etapas do ZEE, de setores sociais e econômicos com atuação e interesse no território, em especial do setor produtivo, assim como qualificá-lo por meio de capacitação e do estabelecimento de forma simples de monitoramento e fiscalização das diretrizes do ZEE;

---



Incentivar e inovar com novos modelos de procedimentos metodológicos de elaboração de ZEE, considerando as mudanças ocorridas no Brasil nos últimos dez anos, e os diferentes potenciais de uso do instrumento para atender as demandas da gestão pública, incluindo a definição de diretrizes claras para a sua operacionalização;

---



Atualizar os conteúdos do ZEE existentes, incorporar temáticas e melhorar formas de apresentação e comunicação junto à sociedade, além de constituir diretrizes de uso e ocupação do solo que subsidiem com mais clareza os processos de licenciamento governamental e a implementação de atividades produtivas;

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Construir e implementar, seguindo objetivos do PPCD, um conceito de ordenamento territorial que articule com o MacroZEE da Amazônia Legal, o ZEE estadual e as obras de desenvolvimento previstas, assim como estabelecer mudanças institucionais, sociais e legais que permitam o empoderamento municipal e das sociedades locais, para facilitar a implementação das diretrizes do ZEE;

---



Estimular ações que permitam a análise de potenciais associações do ZEE com instrumentos ambientais e de ordenamento territorial como o Cadastro Ambiental Rural (CAR);

---



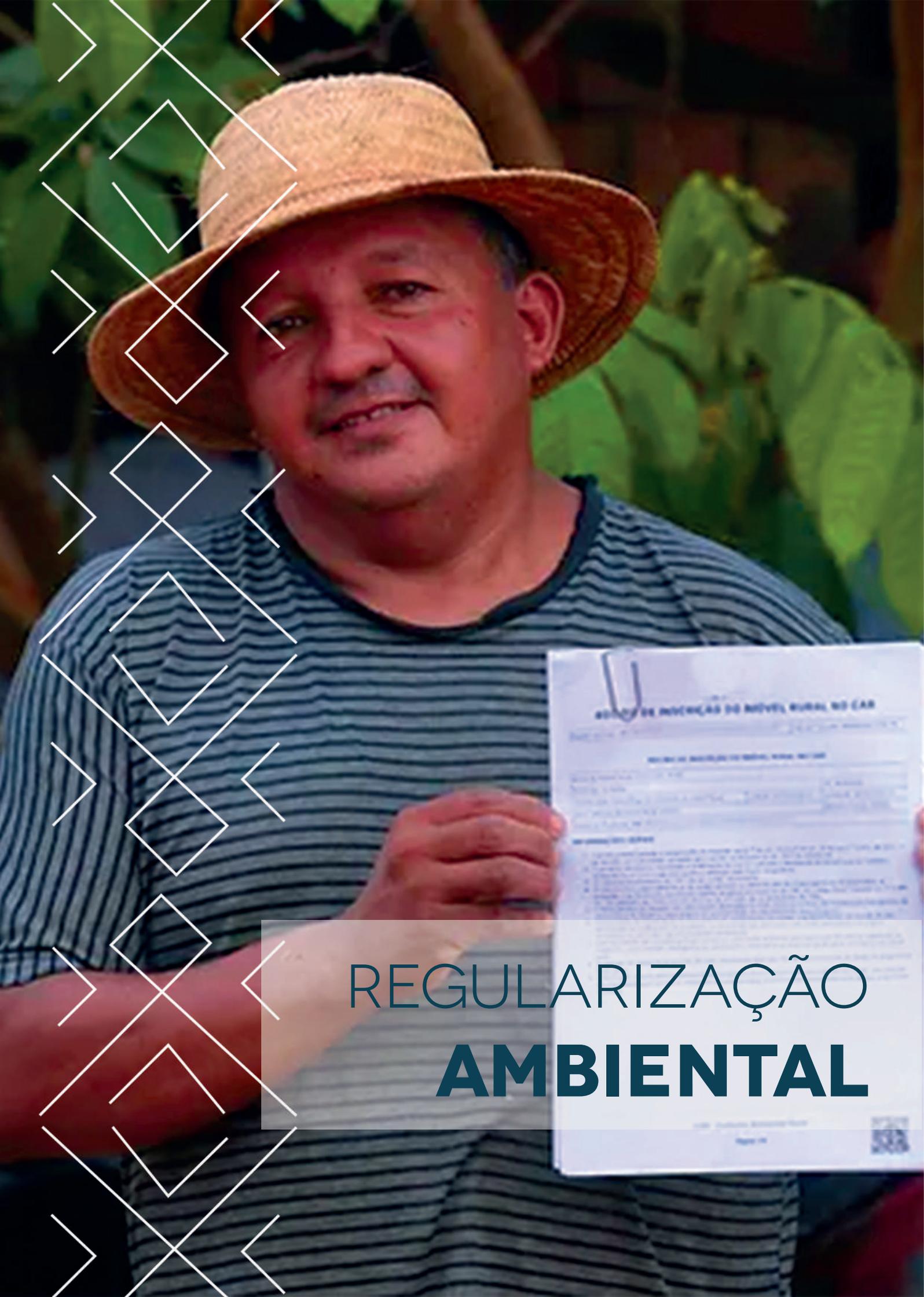
Estabelecer com os poderes Executivo e Legislativo mecanismos que assegurem a continuidade temporal e o incremento dos recursos orçamentários destinados aos zoneamentos e ordenamentos territoriais e ambientais;

---



Fortalecer a participação das capacidades técnicas governamentais e acadêmicas existentes nos estados na construção de todas as etapas dos projetos de ZEE. É importante fomentar a capacitação de técnicos e gestores nas diferentes secretarias estaduais, a fim de disseminar conteúdos e diretrizes existentes e prepará-los para novos projetos de ZEE.

---



# REGULARIZAÇÃO **AMBIENTAL**



---

# CONTEXTUALIZAÇÃO

**A** Regularização Ambiental compreende um conjunto de ações e iniciativas que devem ser desenvolvidas por proprietários/possuidores de imóveis rurais ou urbanos para a adequação e promoção da regularidade ambiental de seus imóveis e atividades produtivas.

A condução da Política de Controle Ambiental do estado do Amazonas é de responsabilidade do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e as ações estratégicas do órgão contemplam os eixos técnicos de: Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento.

O primeiro refere-se a forma como a sociedade é beneficiada com ações que consistem no Licenciamento Ambiental Industrial, de atividades agropecuárias, florestais, de pesca, e de exploração de recursos hídricos e minerais.

O segundo eixo, preconiza a conduta de prevenção e reparo de possíveis danos ambientais, e em geral consiste no combate ao desmatamento e ações degradantes, por intermédio da ação de fiscalizar empreendimentos/atividades não licenciadas. As áreas fiscalizadas são definidas em função das denúncias recebidas pelo Ipaam, por requisições do Ministério Público/Poder Judiciário e Ibama, bem como são efetuadas em áreas críticas de desmatamento e queimadas, detectadas pelo laboratório de geoprocessamento através de sensores multiespectrais e nas Unidades de Conservação de Administração Estadual.

Já em relação ao terceiro eixo, o Instituto age com medidas de controle quanto ao cumprimento de condicionantes legais. O órgão também busca desenvolver ações com vista ao Monitoramento e a Educação Ambiental. Como reflexo das atividades de licenciamento e fiscalização, dois indicadores são monitorados pelo Ipaam como parte do controle ambiental são eles: focos de calor e áreas desmatadas.

O bom desempenho das atividades de desenvolvimento econômico do Amazonas estão diretamente relacionadas à boa execução das Políticas de Controle Ambiental e de Regularização Fundiária, as quais sofreram entraves à sua implementação, trazendo impactos à economia do Estado.

# DESAFIOS

Um dos maiores desafios da regularização ambiental no Amazonas é a grande quantidade de processos formalizados que aguardam análise e trâmites internos para licenciamento.

Ao todo existem no Ipaam mais de 100 mil processos que precisam passar pelas etapas de análise, vistorias em obras emergenciais e fiscalizações para atendimento de denúncias de ilícitos. Desse total, 25 mil processos estão sem análise, gerando atrasos nas respostas às solicitações e expedição de licenças ambientais, principalmente do setor primário do Estado.

Além das demandas ordinárias, com a Lei Complementar Nº140/2011, o Ipaam recebeu o repasse das atividades ligadas a gestão de fauna pelo Ibama, passando portanto, para sua responsabilidade todas as atividades de criadores de passeriformes, mantenedor de fauna silvestre, criadouro científico para fins de conservação, coleta, captura, manejo, transporte da fauna silvestre de empreendimento comercial e principalmente resgate de animais silvestres, objeto de solicitações externas e denúncias.

Outra demanda recorrente tem sido os pleitos enviados pelos Ministério Público Estadual e Federal (MPE e MPF), Ministério Público de Contas (MPC), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelas Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias (VEMA) e Polícias Federal e Civil, cujos prazos para atendimento são previamente determinados, demandando um número significativo de servidores para suas resposta.

Na contramão do aumento da demanda, nos últimos anos o instituto tem sofrido uma redução significativa no seu quadro técnico. De 456 servidores previsto em lei, apenas 163 estão preenchidos (área técnica e administrativa) e 298 estão vagos.

Existe também uma defasagem no quadro de servidores comissionados (63), sendo: quatro cargos de confiança e 59 cargos de provimento em comissão, dos quais, 23 são ocupados por servidores efetivos, que por força da Lei Nº 3.510, estão impedidos de acumulação dos provimentos.

Sobre alcance do atendimento, embora o Ipaam disponha de quatro Centros Multifuncionais distribuídos nos municípios do interior do Amazonas, estes não dispõem de quadro técnico para atendimento ao público.



Para além do corpo técnico, atualmente a base geográfica está desatualizada, não conferida, não oficializada, irregular e desigual, gerando distorções e erros de exatidão locacional com as atuais imagens de satélites de alta e média resolução adotadas pelo Ipaam, para o monitoramento e análise de processos de licenciamento ambiental. Há necessidade de manutenção e evolução dos Sistemas Tecnológicos e Virtuais de Gestão e Monitoramento Ambiental do Ipaam, bem como a disponibilidade de suporte técnico especializado.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Descentralizar e ampliar os serviços de gestão ambiental e fundiária por meio dos Centros Multifuncionais já existentes nos municípios do interior do Amazonas;

---

▶ Quadro de pessoal efetivo: Aprovar plano de cargos, carreiras e remuneração; Incluir função gratificada, realizar concurso público para preenchimento de 298 vagas de servidores e capacitação de servidores;

---

▶ Infraestrutura física: Reforma e adequação predial; aquisição de mobília;

---

▶ Infraestrutura tecnológica: Manutenção de Sistemas Remotos e Virtuais, aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia da informação, aquisição de serviço de digitalização de processos;

---

▶ Desburocratização das ações: Revisão, adequação e sintetização de procedimentos internos;

---

▶ Gestão orçamentária e financeira: Aumentar a participação no orçamento do Estado, revisar Lei de arrecadação por multas e danos ambientais.

---



REGULARIZAÇÃO  
**FUNDIÁRIA**



---

# CONTEXTUALIZAÇÃO

A regularização fundiária, em termos gerais, é o processo que inclui medidas ambientais e sociais, destinadas a oferecer proteção jurídica a imóveis e reduzir conflitos em área urbana e rural. A política permite a posse legal da terra ao residente. Toda e qualquer atividade referente ao desenvolvimento econômico passa pela regularização fundiária.

No Amazonas cabe à Secretaria de Cidades e Territórios (Sect) a execução da Política de Regularização Fundiária do Estado.

A Regularização Fundiária é a garantia do direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, permitindo acesso ao crédito, aos programas governamentais e às inovações tecnológicas, além de promover a competitividade e a sustentabilidade dos negócios, sem deixar de lado a conservação ambiental.

Nos últimos três anos houve duas mudanças de órgãos responsáveis pela gestão fundiária das terras estaduais no Amazonas. Até março de 2016, havia dois órgãos atuando com demandas fundiárias no estado: Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), responsável pela titulação rural e Secretaria de Política Fundiária (SPF), responsável pela titulação urbana. Com a extinção do Iteam em 2016, a SPF assumiu as competências de regularização rural e urbana. Em 2019, a SPF foi extinta e a Sect assumiu suas funções.

Nos últimos três anos, o Governo do Amazonas, por meio da Sect, analisou os impedimentos e áreas problemáticas no Estado, onde é preciso atuar efetivamente e realizar o processo de regularização fundiária.

Ainda identificou em todos os municípios do Amazonas as áreas rurais e núcleos habitacionais, tanto urbano como distritos. As 16 unidades de conservação existentes foram regularizadas por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que representa em torno de 40 mil famílias.

# DESAFIOS

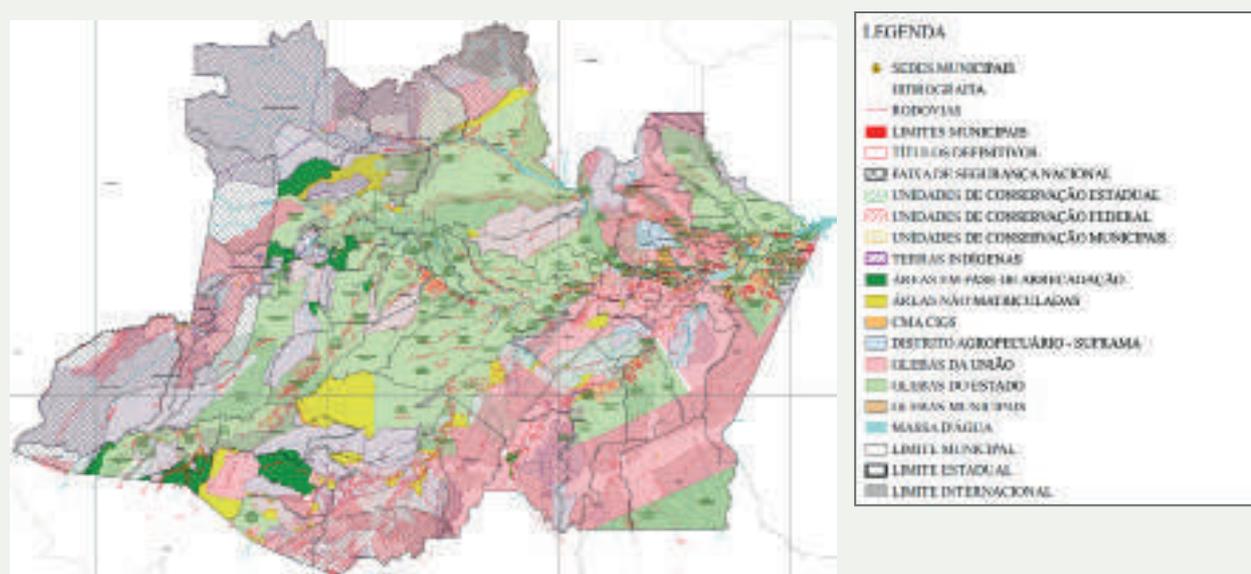
O Governo do Estado tem como um dos maiores desafios estreitar o relacionamento, tanto com o Governo Federal, Suframa e Inkra, para avançar na regularização fundiária das áreas federais, como com os órgãos do Governo Estadual, a exemplo do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

Para um maior controle de todo contingente de áreas federais e estaduais é necessário investir em tecnologia. O Estado necessita melhorar a velocidade de pesquisas e de informação, a partir da digitalização de todo acervo fundiário e de todos os tipos de formulários, resolvendo o passivo analógico existente e dando celeridade a captação, armazenamento de dados e protocolos.

Analisando o mapa da situação fundiária do Estado, é possível verificar que existe uma diversidade de situações das áreas no território estadual, inclusive terras ainda não arrecadadas e sobreposição de terras indígenas com unidades de conservação. (Figura 1)

A partir da titulação de terras, a regularização surge como alternativa para contribuir com o desenvolvimento do país e a geração de emprego e renda no campo. A falta deste reconhecimento impede investimentos, a promoção do desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população, bem como uma infinidade de benefícios que impactam diretamente na economia do Estado. A regularização fundiária é o início de todo processo de desenvolvimento, tanto do pequeno produtor rural, do morador do município e do empresário.

Figura 16. Mapa da situação Fundiária do estado do Amazonas



Fonte: Sect

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Digitalizar e Informatizar sistema e acervo fundiário do Amazonas:

▶ Obras para construção de um Arquivo Fundiário;

▶ Reestruturar a base cartográfica: Organização em diferentes layers com informações para utilização de um único sistema e banco de dados para armazenamento de informações;

▶ Criar banco integrado em um cadastro transversal com a sistematização das informações identificadas criando um acervo de dados para fomentar a regularização fundiária;

▶ Revitalizar o acervo fundiário, patrimônio público que contém peças fundiárias estratégicas de controle, guarda, autenticidade, prova e informação sobre a natureza e exatidão da propriedade da terra no estado do Amazonas (parceria Incra-Iteam).

---

▶ Arrecadar e matricular as terras públicas do Amazonas

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Realizar estudo físico das glebas arrecadadas e matriculadas de domínio do Amazonas, com interface das altas taxas de incremento do desmatamento;



Arrecadar, matricular e publicar as terras públicas aptas a regularização fundiária.



Destinar as glebas públicas de domínio estadual para fins de uso sob consulta de manifestação de interesse de instituições públicas federais e estaduais do território do Amazonas:



Criar Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Estadual;



Destinar terras públicas do Estado prioritariamente da região sul do Amazonas para fins uso de regularização fundiária.



Promover a regularização fundiária do estado do Amazonas:

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Regularizar imóveis rurais em ações integradas com a política pública estadual de regularização ambiental, licenciamento ambiental e produção rural sustentável;

▶ Fomentar a criação e regulamentação pelos municípios de Planos de Diretores, devidamente aprovados e regulamentados pelas câmaras municipais.

▶ Realizar o levantamento das áreas de interesse com sobreposição de títulos ou de matrículas particulares em áreas do Estado, escolhendo a melhor alternativa de conflitos: REURB-S, com a participação dos municípios ou via anulação administrativa;

▶ Estabelecer entendimento com Suframa e Incra para viabilizar áreas federais.

---

▶ Promover a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais:

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Emitir CDRU coletivas em UC Estaduais, ação integrada com terras públicas de patrimônio da União;

▶ Regularizar a situação fundiária dos ocupantes de terras públicas do estado do Amazonas presentes nas zonas rurais e urbanas dos municípios, nas Unidades de Conservação Estaduais, nas áreas de várzea estadual e na Região Metropolitana de Manaus.

---

▶ Regularizar 17 mil títulos definitivos (média de 355 por mês), sendo 10 mil na capital e 7 mil no Interior;

---

▶ Criar uma Ouvidoria dentro da Sect.



Educação Profissional  
PARA TODO O AMAZONAS

CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



---

# CONTEXTUALIZAÇÃO

○ Amazonas é referência no setor industrial. Com pouco mais de 50 anos de existência, o Polo Industrial de Manaus (PIM) exalta particularidades pelo fato de estar inserido na maior área de floresta tropical contínua do mundo, onde exerceu e exerce um papel imprescindível para sua conservação.

A indústria do Amazonas, com intenso e diversos processos produtivos, passou também a desenvolver soluções em tecnologia e inovação. O conjunto de leis federais e estaduais voltadas ao setor de Tecnologia e Inovação proporciona segurança jurídica singular ao Estado, criando ambiente propício à inovação, unindo indústria, setor de desenvolvimento, mão de obra qualificada e, sobretudo, recursos a serem investidos.

A Lei Nº 8.387 de 1991 (Lei de Informática), e o Decreto Nº 6.008 de 2006 estabelecem que as empresas do setor de informática devem destinar 5% do faturamento para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), algo em torno de R\$ 1,8 bilhões.

Essa capacidade de investimento, promoveu intenso desenvolvimento do setor com a atração de Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT'S) para o Estado e a abertura de cursos de graduação e pós-graduação específicos à área de desenvolvimento, elevando consideravelmente a qualificação da mão de obra nesses últimos anos.

Os estados da área de abrangência da Suframa vem tomando medidas eficazes de incentivo ao CT&I em suas legislações, assim como investindo na criação de estrutura de suporte ao crescimento do setor e informatização da estrutura interna e dos serviços públicos para a população.

Dessa forma, o estado do Amazonas foi um dos pioneiros com a criação da Lei Nº 3.095 de 2006 de Política Estadual de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Na comparação entre os estados da região norte, o Amazonas ocupa a 19ª posição nacional no *ranking* de informatização dos serviços públicos estaduais, estando atrás dos estados de Amapá (9º), Rondônia (17º) e Tocantins (18º) e à frente do Pará (20º) e do Acre (27º).

# MERCADO

Os estados de Santa Catarina (SC) e Pernambuco (PE) são exemplos de sucesso no setor de tecnologia. Em Santa Catarina, o setor teve um faturamento estimado em R\$ 19,8 bilhões em 2020, o sexto maior do país, valor acima da média nacional no PIB estadual do setor.

São mais de 17 mil empresas atuando, com 56,5 mil colaboradores, e uma produtividade média de R\$ 65,8 mil/ano, englobando empresas desde a fase de operação até startups que já escalaram e faturam na casa de milhões.

Já no estado de Pernambuco, Recife se destaca internacionalmente, sendo reconhecida como uma das seis cidades do mundo que lideram a construção do futuro da indústria de TI. Pode-se destacar algumas iniciativas que ajudaram a cidade a ganhar esse destaque, como o hub de tecnologia do Porto Digital, que em 2019 gerou cerca de US\$ 430 milhões em receitas.

No primeiro semestre de 2022, o PIM teve receita total de R\$ 96,6 bilhões, com mais de 100 mil empregos diretos. Dessa receita total, o setor de bens de informática foi responsável por aproximadamente 32%, e o de eletroeletrônicos por 17%. Isso demonstra a relevância do setor de tecnologia e inovação dentro do PIM, pois esses dois setores são responsáveis por quase metade (48,52%) da receita total.

Esses números reforçam o potencial que o Amazonas tem para o desenvolvimento do setor de tecnologia, pois a legislação confere amparo legal, grande fonte de recursos exclusivos para PD&I, empresas com expertise na área, profissionais qualificados, capacidade de atração de investimentos nacional e internacional.

# AVANÇOS

Após avanço na regulamentação do setor de tecnologia e inovação com as leis federais de incentivo à inovação de 2004 e estadual de 2006, o setor passou por expansão no período 2006-2010, onde o acesso à Internet e bens de informática aumentou de forma exponencial.

No setor de startups, o Amazonas possui uma das legislações mais atualizadas, a Lei N° 4.985 de 2019, o marco legal, e a Lei N°. 5.861 de 2022, que institui medidas de apoio.

Nos últimos anos, o total arrecadado de PD&I pelas empresas do PIM, via Lei de Informática, aumentou de R\$ 220 milhões em 2010 para R\$ 1,8 bilhão em 2021. Esse montante representa uma excelente fonte de recursos para o desenvolvimento do setor de tecnologia, visto que é destinado quase exclusivamente para geração de novas tecnologias, tanto em processos quanto em bens.

## DESAFIOS

O Amazonas é historicamente o local de aporte de quase a totalidade dos recursos de PD&I oriundos da Lei de Informática, entretanto isso gerou um movimento de acomodação resultando na perda de governança no quesito informatização do serviço público, assim como na estrutura de incentivo ao CT&I.

Do ponto de vista normativo boa parte da legislação dá respaldo jurídico para as ações dentro do setor, havendo a necessidade de avançar em etapas de implementação, que gerem acordos, integração dos entes e destinação de recursos para fomentar atividades.

No Amazonas, as startups atualmente não possuem acesso a crédito via Agência de Fomento do Amazonas (Afeam) por não se enquadrarem em nenhuma linha de crédito existente.

A baixa governança se constitui em um desafio, além de grandes desafios no incentivo à inovação, como a necessidade de formação de mão de obra qualificada para trabalho na indústria e ICTs, no desenvolvimento do setor de biotecnologia.

A baixa governança e a necessidade de formação de mão de obra qualificada na indústria de ICTs, principalmente para o desenvolvimento da biotecnologia, se constituem como desafios para o setor.

A integração e a coordenação do sistema estadual de ciência e tecnologia constitui-se em um grande desafio que visa acelerar o desenvolvimento da economia sustentável baseada nos vetores econômicos constituídos pelos abundantes ativos naturais do Estado.

Outro grande desafio do ecossistema é interiorizar tecnologias e inovações nos arranjos produtivos tradicionais e atividades produtivas inovadoras para os municípios do Estado.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Recriar a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação para que o Estado recupere a governança no ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado;

---



Atualizar a Lei Estadual Nº 3.095 de 2006, referente a Política Estadual de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, no ambiente produtivo, para que seja alinhada a Política Nacional Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e contemplar as demandas do ecossistema local;

---



Criar o Programa Amazonas + Tecnológico que contempla a criação de um Sistema Estadual de Dados (SED) – Data Center do governo; Criar espaços de inovação descentralizados no Estado voltado as vocações produtivas regionais – AmazonasLab; Implementar programas de capacitação na área de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDICs) – Jovem na T.I;

---



Criar programas que irão contemplar a implantação de sistemas estaduais de dados e capacitar jovens na área de tecnologia digital da informação e comunicação, assim como criar espaços de inovação descentralizados no Estado e voltados as vocações produtivas regionais.

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Estimular e promover a integração do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação;

---

- ▶ Direcionar partes dos recursos orçamentários estaduais e federais para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação das atividades produtivas rurais sustentáveis.





ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
E EXTENSÃO  
AGROPECUÁRIA  
**E FLORESTAL**



# CONTEXTUALIZAÇÃO

A extensão rural no Amazonas iniciou suas atividades em 1966, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (Acar/AM) em 1977, passou a ser chamada de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (Emater/AM). Já em 1993 surge o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas, e em 1995 passou as funções à Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciam).

Somente em 1996, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (Idam), que em maio de 2007 absorveu parte das atividades da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (Afloram), e o nome foi alterado para Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, permanecendo a mesma sigla: Idam.

Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é o serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais, além das organizações sociais de produtores.

O principal objetivo dos serviços de Ater é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

No Amazonas, por força da lei, o serviço é prestado de forma gratuita, aos agricultores familiares e produtores rurais da zona rural, por meio do Idam, seguindo as diretrizes contidas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

Atualmente o Idam presta serviços de Ater nos 62 municípios do estado do Amazonas, com uma estrutura física composta por um Escritório Central, 66 Unidades Locais e cinco Postos Avançados.

O público beneficiário dos serviços de Ater no Amazonas é constituído, em sua grande maioria, por agricultores familiares, que compreendem aproximadamente 98% do público assistido. Os demais são considerados produtores rurais de médio e grande porte. Em 2021, foram assistidos 52.918 agricultores familiares e produtores rurais, 2.015 comunidades rurais tradicionais, 333 comunidades indígenas, 363 associações e 32 cooperativas.

# DESAFIOS

Os serviços da Ater pública são prestados por meio de métodos e técnicas próprias das metodologias de Ater, com participação efetiva dos atores envolvidos (agricultores familiares, produtores rurais, comunidades, associações e outras formas organizativas) na tomada de decisão, nos aspectos relacionados ao desenvolvimento de suas atividades produtivas/econômicas e ambientais, nas questões sociais e culturais, e na perspectiva da geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida do público assistido.

As ações e atividades realizadas têm como foco o desenvolvimento rural sustentável, fundamentado no respeito às questões ambientais, na segurança alimentar e nutricional, no combate à pobreza, na diversificação das atividades produtivas e na geração de ocupação econômica e renda por meio do fortalecimento das cadeias produtivas nas áreas agropecuária, florestal, pesca e piscicultura, bem como das atividades rurais não agrícolas, com vistas à inclusão social e produtiva das diferentes categorias de beneficiários destes serviços.

Além do processo organizativo dos beneficiários, objetivando a formação de associações e cooperativas, de forma participativa, visando à organização da produção, à agregação de valor aos produtos, o acesso ao crédito rural, à inserção dos produtos e serviços nos diferentes mercados, a melhoria da capacidade de gestão dos empreendimentos rurais, ao resgate cultural em algumas comunidades, ao acesso a aposentadorias, dentre outras ações no campo da inclusão social e da cidadania.

Para um bom desempenho e alcance de todos os objetivos da Ater pública, os desafios são enormes e de variadas ordens. A começar pela variedade de profissionais oriundos de diferentes centros de formação (nível médio, técnico e profissional) e com diferentes formações (engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, médicos veterinários, técnicos agrícolas, entre outros) o que requer um conhecimento técnico nivelado de forma a prestar um serviço padronizado.

Assim como nos vetores econômicos, a Ater sofre as consequências da pouca eficiência na pauta ambiental e fundiária do Amazonas. Um exemplo é a modelagem dos programas de Crédito Rural que exigem grandes Projetos para o microcrédito (até R\$5.000,00) acompanhados de licenciamento ambiental e consequentemente comprovação de propriedade do imóvel.



A estruturação institucional do órgão de Ater, definida segundo as necessidades da sociedade rural e das diretrizes de governo, exige que se estabeleça uma doutrina de trabalho que contemple os fundamentos da promoção humana dos homens e mulheres do campo, através da geração de ocupação e renda a partir dos recursos que a terra e a natureza lhes dispõem.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável a partir das mesorregiões;

---

▶ Estabelecer Planos Regionais bem estruturados por polo econômico regional, considerando as adversidades antropológicas, sociológicas, geográficas e econômicas;

---

▶ Criar um Programa para microprodutores, com garantia de apoio desde a semente até a comercialização, estratificado pela categoria econômica dos produtores, obedecendo as características econômicas e sociais de:

▶ Microprodutor de subsistência;

▶ Microprodutor com excedente de produção;

▶ Microprodutor comercial em pequena escala.

---

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

▶ Qualificar o quadro técnico de forma continuada e especializada por vetor econômico com foco em desenvolvimento local, além do conhecimento do sistema e da socioeconomia regional.

---

▶ Fortalecer a estrutura institucional com:

▶ Recursos Orçamentários e Financeiros Oportunos suficientes;

▶ Recursos Humanos, em quantidade e com qualificação;

▶ Estrutura Física: Reformas e adequações dos prédios das Unidades Locais;

▶ Infraestrutura Logística com ênfase em política de gestão e inovação de projetos;

▶ Estruturar um sistema de tecnologia de informações em formato digital .

---





**ENERGIA**

**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

**ILUMINA+  
AMAZONAS**

O interior com mais  
luz e segurança.



# CONTEXTUALIZAÇÃO

A matriz energética do estado do Amazonas é composta por fontes de energia renováveis e não renováveis. Atualmente a capital é suprida por fonte das hidrelétricas de Balbina (Amazonas) e Tucuruí (Pará), gás natural e um percentual mínimo de combustíveis líquidos.

Na capital, a geração de energia encontra-se dividida entre empresas privadas e uma estatal. A Amazonas GT, subsidiária da Eletrobrás, dispõe de um parque térmico composto pelas seguintes usinas: UTE Aparecida (120MW), UTE Mauá (136MW) e Elétron (120 MW). A UHE Balbina com capacidade instalada de 250 MW, constitui a única hidrelétrica do Estado, integrante da Amazonas GT.

No interior do Estado a geração de energia é ainda mais precária, mantida prioritariamente pela geração termelétrica produzida a partir do óleo diesel, responsável pelo fornecimento de energia a 56 municípios do interior com exceção de Coari, Anamá, Caapiranga, Codajás e Anori, que são atendidos pelo gasoduto Coari-Manaus.

De acordo com a Amazonas GT, no ano de 2021, a geração bruta de energia no Estado foi de 11.149.248 MWh e o consumo de 4.443.690 MWh, com exceção dos consumidores do mercado livre de energia. Do total consumido, o principal responsável foi o segmento residencial (48,5%), seguido do comercial (23,8%), industrial (10,1%), poder público (9,8%), iluminação pública (4,2%), serviço público e setor rural (1,7%).

Destaca-se no setor a publicação da Lei N° 5.350, de 22 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia e Eficiência Energética do Amazonas.

A energia, como uma ação estruturante, é fundamental para o bom andamento dos demais vetores. É preciso ter energia em qualidade e quantidade desde o setor primário com a produção da agricultura familiar e empresarial, passando pelo setor secundário nas fábricas do PIM até o setor terciário com as lojas do comércio local e regional, por exemplo.

# DESAFIOS

Atualmente no Amazonas há um contingente populacional não definido sem acesso ao serviço de energia elétrica, além deste suprimento ser precário em milhares de comunidades. Até 2021, o Estado possuía 95 sistemas elétricos isolados responsáveis pelo consumo de 1,8 milhão de m<sup>3</sup>/ano de óleo diesel.

Já nos locais onde há oferta de energia elétrica, existe muito desperdício por conta da falta de sensibilização e capacitação da população em relação a utilização, e não existem políticas públicas claras para combater esse problema.

O governo estadual não dispõe de um plano em médio e longo prazos, com as características que o cenário atual requer para o desenvolvimento do setor energético estadual.

Fatores como a grande extensão territorial do Estado e a pequena densidade populacional, dificultam ainda mais uma manutenção eficiente dos sistemas, pois o alto custo operacional dos geradores, aliado à grande distância a ser coberta pelos meios de transporte tendem a encarecer ainda mais esse modelo, que se baseia na utilização do óleo diesel.

Nos últimos dez anos, a potência instalada no interior do Estado cresceu cerca de 78%, enquanto que o consumo total de energia apresentou um crescimento de 87%, gerando assim um déficit ainda maior no suprimento da demanda do interior, que já era bastante precário na maioria dos municípios. Esse fato só tem agravado os constantes racionamentos de energia que sempre fizeram parte da rotina das populações desses municípios.

A transição energética, a delicada mudança climática e uma larga perda de massa florestal em vários biomas no Brasil, são três coisas que estão afetando drasticamente o modelo energético e pode afetar o modelo econômico no sentido de que essa vegetação (Floresta Amazônica), em tempos de mudança climática, é o que garante o regime de chuvas. Este fenômeno é central na matriz energética e central no sistema econômico.

Considerando as características das fontes de consumo utilizadas no Estado, a diversificação de sua matriz energética, com foco em energias renováveis e limpas, é ponto fundamental na busca pela sustentabilidade, em um cenário global de transição energética.

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Diversificar a matriz energética, com foco em energias renováveis e limpas



Criar e implementar um Programa de energia solar para as zonas rurais do Amazonas;



Interiorizar a energia no Amazonas, proporcionando oportunidade para a redução das desigualdades sociais e a possibilidade, de realização de programas de desenvolvimento regional voltados ao homem, que aproveitaria as riquezas naturais existentes para melhoria da qualidade de vida, com o aumento da oferta de emprego e geração de renda;



Melhorar as estruturas e qualidades de distribuição de energia na zona rural, aumentando a capacidade suporte nas unidades produtivas e agroindustriais;



Implementar a Política Energética Estadual, com a visão de uma economia de baixo carbono, que possa gerar conhecimento, novas tecnologias, empregos e oportunidades de negócios neste setor;



Elaborar um Plano Climático-Energético do Amazonas;

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Criar o Fundo de Desenvolvimento Energético Estadual (FDE), conforme o previsto na Lei N° 5.350;

---



Elaborar e implantar a Agenda ESG (Environmental, Social and Governance), para integração de fatores ambientais, sociais e de governança, além de realizar capacitação interna para melhor desenvolvimento de habilidades técnicas e socioemocionais dos servidores;

---



Criar uma política industrial competitiva e justa para o setor solar fotovoltaico, reduzindo os preços dos componentes e equipamentos produzidos no Estado, gerando mais empregos, tecnologia e inovação.

---



Secretaria de  
**Desenvolvimento  
Econômico, Ciência,  
Tecnologia e Inovação**



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO